

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MARCAS E MARCOS – UMA HISTÓRIA DE PROFISSÃO:
O Serviço Social na Cidade de São José dos Campos

Maria Conceição Silva
Doutorado em Serviço Social

São Paulo
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MARCAS E MARCOS – UMA HISTÓRIA DE PROFISSÃO:
O Serviço Social na Cidade de São José dos Campos

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial à obtenção do Título de Doutora em Serviço Social sob a orientação da Professora Doutora Maria Carmelita Yazbek.

Maria Conceição Silva
Doutorado em Serviço Social

São Paulo
2007

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução, total ou parcial, desta tese, por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____

São Paulo, 30 de março de 2007.

DEDICATÓRIA

À minha orientadora, professora doutora Maria Carmelita Yazbek, pelo profissionalismo e a grande humanidade que reside em seu ser.

À professora doutora Dilséa Odeodata Bonetti, pelo carinho com que recebeu os alunos na Pós-Graduação, e porque, também, ao mesmo tempo firme, soube, nas horas certas, afagar.

À professora doutora Maria Lucia Martinelli, pela suavidade e leveza com que nos impulsionou a persistir na busca da identidade do Serviço Social.

Às professoras doutoras Maria Regina de Ávila Moreira e Maria Teresa dos Santos, por mostrarem que o conhecimento não é de propriedade particular; ele deve ser colocado à disposição da coletividade.

À minha irmã, Elisa Brasilina Silva, por mostrar, constantemente, que é necessário ter persistência na vida e buscar nossos sonhos, mesmo que, para isso, tenhamos que abrir mão da nossa comodidade.

A todos que acreditam ser possível desvendar novos caminhos e continuar despertando novas indagações

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos impulsiona a vida e nos faz caminhar na busca da superação, do conhecimento, da sabedoria e do amor.

Aos funcionários da Biblioteca do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté (Unitau) e Universidade do Vale do Paraíba (Univap): Vanilda, Darriê, Angelita, Rúbia, Ana Maria e Conceição.

A Meire, Maira, Solange, Rodrigo e Eva que me deram apoio técnico, e foram fundamentais nesse processo.

Às amigas Maria Regina e Maria Teresa, que me instigaram a escrever sobre a história do Serviço Social em São José dos Campos.

Aos professores e funcionários do Departamento de Serviço Social da Unitau, em especial, Fernanda, Kátia, Mabel, Dora, Leo, Elisa, Simone, Vanda, Lucia, Luciana e Geraldinho.

À minha família, Elisa &, Joel &, Edmundo &, Tereza &, Rosilane &, os quais tiveram, muitas vezes, que se abster da minha presença.

Às minhas amigas, que muito torceram por esse momento: Ivone, Telma, Maria, Teresa, Renata, Márcia, Zezé, Isabela, Alcista, Inês, e outros tantos, que vão ficar na intenção e na lembrança.

Aos Sujeitos da Pesquisa, professores Geraldo, Mônica, Maria Célia e Regina; pela contribuição, ao abrirem seus espaços, para que pudessem acontecer os depoimentos.

Às professoras Martinelli, Dilséia e Regina, que contribuíram muito, na banca de qualificação, ao ouvir e ao analisar o projeto de pesquisa.

À minha orientadora, professora doutora Maria Carmelita Yazbek, que possibilitou aprofundar minhas incertezas e auxiliou na busca de pistas para o encontro de caminhos possíveis no entendimento dos meus questionamentos.

A Kátia, que, com sua atenção e carinho, faz nos sentirmos parte do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, de fato.

Aos funcionários da Divisão Regional SDS Norte, pelo carinho e o respeito expressado.

Às assistentes sociais – chefias imediatas, Quitéria e Iara, que entenderam esse processo de estudo e possibilitaram a ausência ao trabalho, para poder continuar o curso de Doutorado.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela possibilidade de aprofundamento do Saber, e, ao (CNPq), por ter viabilizado as condições para que esse projeto se realizasse.

A todos vocês, aos amigos que fiz nesse percurso, e aos velhos e antigos amigos de sempre, o meu agradecimento, pois não se vive sozinho e não se faz história sem parceiros e companheiros militantes do saber, do carinho, da luta, e da fé numa sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é reconstruir a trajetória histórica do Serviço Social, na Cidade de São José dos Campos, sob a ótica de personagens, em marcos históricos determinados.

Para reconstruir essa trajetória, foram estabelecidos os eixos: história, formação profissional, e trabalho, e a abordagem dessas temáticas foi balizada com autores contemporâneos, perseguindo a perspectiva do processo de desenvolvimento da profissão e seu contexto histórico.

Os marcos históricos estudados compreendem as décadas de 1960 e 1970; a década de 1980; e a década de 1990, respectivamente.

Pudemos concluir que a história do Serviço Social na cidade tem, em determinados períodos, um perfil particular, pelo fato de ter surgido nos anos de 1960. Mas, nos últimos anos, com o maior intercâmbio do conhecimento através da relação com profissionais, que vieram de outras localidades para trabalhar na cidade, na busca de aprimoramento profissional; e a inserção dos profissionais nos órgãos representativos da categoria profissional, tem sido possível acompanhar o desenvolvimento da profissão em nível nacional.

Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que tem como perspectiva a constituição e o aprimoramento da Assistência Social como política pública, os municípios precisaram se adaptar às suas regras, para receber financiamento do governo federal. O envolvimento com a Loas, no âmbito municipal, amplia o campo de trabalho para os profissionais do Serviço Social e insere a profissão na sociedade.

O conhecimento da construção dessa história e de sua processualidade se faz necessário para a formação profissional e é instrumental importante no exercício da profissão na região, porque permite compreender como o Serviço Social se organizou em São José dos Campos e os caminhos que percorre na contemporaneidade.

Palavras-chave: história, formação profissional, trabalho e assistência social.

ABSTRACT

The purpose of this research is the review of the Social Service history of São José dos Campos, during specific historical marks.

To review this history, it was established the following axis: history, professional basis and work, comparing these themes with contemporary authors, following the development process of the profession and its historic context.

The developed historic marks are based on the decades of 1960 and 1970, decade of 1980; and the decade of 1990, respectively.

We can conclude that the Social Service history on the city has, in certain periods, a particular profile, because it appeared in the 60's, but in the past few years, with a bigger knowledge sharing between the professionals from different locations, search for professional growth and the insertion of the professionals in some organizations, the profession has been developed in national level.

With the promulgation of LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), which purpose is the building and improvement of Social Assistance as a public politics, the cities, in order to get money from the federal government, must be aligned with this law. Through the involvement with the LOAS in the city scope, the Social Service work increases and also the insertion of the profession in the society.

This history and its knowledge are necessary for the professional formation and it is important during the professional life, because it shows how the Social Service started and was organized in São José dos Campos.

Key words: history, professional formation, work and social assistance.

SUMÁRIO

Apresentação	01
Introdução	11
Capítulo I	
1.1 O Cenário: A Cidade de São José dos Campos	29
1.2 A Cidade no Movimento da História	33
1.3 Adentrando a História	36
1.4 A Cena Política	43
Capítulo II	
O Serviço Social no Final da Década de 1960 e Década de 1970, neste Cenário	59
Capítulo III	
A Década de 1980 e a Década de 1990 na Trajetória do Serviço Social	87
3.1 A Década de 1980 e a Assistência Social	88
3.2 Os Movimentos Sociais e a Interlocação na Cidade	102
3.3 Constituição de 1988 e as Ações da Assistência Social	111
3.4 Constituição da Assistência Social na Década de 1990	113

3.5 O Serviço Social em suas Bases Representativas e os Desafios Apresentados à Prática Profissional	124
---	-----

Capítulo IV

Considerações Finais: Marcas e Marcos de uma História de Profissão ...	144
Conclusão	158
Referências Bibliográficas	163
Anexos	170

Relação de Siglas

Abepss – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social

AI5 – Ato Institucional 5

Anas – Associação Nacional dos Assistentes Sociais

ANL – Aliança Nacional Libertadora

Apassp – Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo

Cbas – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Cedepps – Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais

Ceneas – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais

Cepal – Comissão Econômica para a América Latina

CF – Constituição Federal

Cfess – Conselho Federal de Serviço Social

Condep – Conselho de Departamentos

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

Cnss – Conselho Nacional de Serviço Social

Cras – Conselho Regional de Assistentes Sociais

Cress – Conselho Regional de Serviço Social

CTA – Centro Técnico Aeroespacial

DSM – Departamento de Serviços Municipais

Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica
Emha – Empresa Municipal de Habitação
Enesso – Encontro Nacional de Ensino de Serviço Social
Flba – Fundação Legião Brasileira de Assistência
Fpas – Fundo de Previdência e Assistência Social
Fundhas – Fundação Helio Augusto de Souza
Funrural – Fundo Rural
FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Gasevap – Grupo de Assistentes Sociais de Empresa do Vale do Paraíba
Inocoop – Instituto de Orientação das Cooperativas Habitacionais
Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Inpg – Instituto Nacional de Pós Graduação
Inps – Instituto Nacional de Previdência Social
LBA – Legião Brasileira de Assistência
Loas – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NOB – Norma Operacional Básica
Petrobrás – Petróleo do Brasil S/A
PCC – Plano de Classificação e Cargos
PIB -= Produto Interno Bruto
Psdb – Partido Social Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
ONU – Organização das Nações Unidas
Revap – Refinaria do Vale do Paraíba
SABs – Sociedade Amigos de Bairros
SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social
Senarc – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Sesc – Serviço Social do Comércio
Sesi – Serviço Social da Indústria

SMP – Salário Mínimo Profissional

Sinpas – Sistema Nacional de Previdência Social

propósito, somos, no limite, mentalmente anormais. “Gato escaldado tem medo de água fria”, diz o velho provérbio – acreditamos em seu aprendizado a partir da experiência.

Eric Hobsbawm

Apresentação

Cada época traz em seu bojo os limites, tensões e

sofrimentos que preparam a fase seguinte.

Honório Rodrigues

Desde que cursava a Faculdade de Serviço Social, já alimentava o sonho de realizar os cursos de mestrado e doutorado. Esse sonho já havia se aquietado, em mim, quando, em 1997, iniciei meu mestrado, e, como numa eclosão, hoje, já tenho o curso, que foi concluído em 2001, e apresento minha tese de doutorado, com o título: *Reconstrução Histórica do Serviço Social na Cidade de São José dos Campos: sob a Ótica de seus Personagens em Marcos Históricos Determinados.*

Para chegar nesta fase de estudos, contei com o apoio de amigos, o incentivo da minha família, com a ajuda dos professores, com o balizamento da minha orientadora.

Acredito no poder do conhecimento e alçar esse vôo é como navegar sobre as páginas dos livros, das revistas, dos ensaios, da sabedoria dos professores e a consulta de outros materiais afins, e conhecer um cantinho do país através da fala e da ótica de cada aluno com quem convivi e convivo. São histórias de vidas inteiras, construídas através de um foco particular, mas que, ao serem expressas, identificam a história de um coletivo.

Venho, no percurso de 24 anos de formação em Serviço Social, focando esse processo e acreditando que é isso que me impulsiona a buscar aprimoramento. Tenho a sede do saber.

Minha trajetória conta com 15 anos de atuação profissional, trabalhando na área de Assistência Social, no setor público (Prefeitura do Município de São José dos campos). Já atuei nas frentes de trabalho: organização comunitária; habitação; creche; criança e adolescente em liberdade assistida; prestação de serviços à comunidade e populações em risco; família; idoso; plantão social e supervisão de estágio. O trabalho direto com a população é gratificante, e é o que me estimula a continuar buscando a perspectiva do direito no exercício profissional e na discussão da política de Assistência Social no município.

Paralelamente a esse processo, em agosto de 2001, ingressei como professora colaboradora na Universidade de Taubaté (Unitau), lecionando no Departamento de Serviço Social. Naquele ano, a professora de Metodologia I pediu exoneração do cargo, e vim a assumir essa disciplina, lecionando-a até o final do ano. Em 2002, assumi a disciplina Supervisão Acadêmica e, em 2003, as disciplinas Supervisão Acadêmica, Ética Profissional II e Teoria do Serviço Social II, além de coordenar o projeto de estágio em extensão, com supervisão a nove estagiárias. No ano de 2004, lecionei as disciplinas: Supervisão Acadêmica e Teoria do Serviço Social III e continuei na coordenação do projeto de estágio em extensão no bairro Cecap, no Município de Taubaté. Em 2005, por questões de organização administrativa, a Unitau dispensou os professores colaboradores. No ano de 2006, prestei concurso para professora temporária e retornei à Unitau, no Departamento de Serviço Social, como professora das disciplinas de Metodologia IV e Supervisão Acadêmica.

A avaliação desse conjunto de atividades é que me fez despertar para a reflexão sobre a prática profissional, indagando como a

conjuntura local influenciou nos rumos da profissão de Serviço Social na cidade de São José dos Campos.

No mestrado, tive a preocupação de revisitar o processo de urbanização de favelas, fazendo uma interlocução com os profissionais envolvidos, tanto com referência à área operacional, quanto à área diretiva. Para prosseguir com o processo de investigação na área social, para o doutorado, estou dialogando com personagens do Serviço Social, na cidade de São José dos Campos, e demarcando sua história.

Sendo assim, a realização do curso de Pós-Graduação – Nível Doutorado, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, permitiu assegurar meios para viabilizar o desvendamento do objeto de estudo proposto e evidenciar sua inserção no movimento da história.

Traçar uma história é como percorrer um caminho sobre um objeto, reconhecendo as suas sombras, seus traçados e marcas, reconstituindo a sua memória.

Ao traçar um histórico da profissão do Serviço Social, localizando-a na cidade de São José dos Campos, foi necessário conhecer a história do município, para situar, dentro desse contexto, a profissão.

Com essa colocação, sinaliza-se que a profissão não se explica por si mesma, ela está inserida e engajada num contexto social que a legitima e lhe confere um significado social. E este se concretiza por força de uma demanda e através do trabalho do profissional. Assim, esta tese parte do pressuposto de que a profissão só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade. Sociedade que é produto de relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida.

Desta forma, entendemos que o surgimento do Serviço Social como profissão, na sociedade brasileira, seu assalariamento e ocupação de um espaço, na divisão social e técnica do trabalho, bem como a

estruturação de seu mercado de trabalho particular, resultam de relações históricas, sociais, políticas e econômicas, que moldam sua necessidade social e definem seus usuários.

Portanto, buscamos ultrapassar a análise do Serviço Social, em si mesmo, para situá-lo no contexto de relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares. Seu significado social, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser identificados dentro da trama de relações que constituem a vida social e, particularmente, nas respostas que a sociedade e o Estado constroem frente às necessidades sociais dos homens em suas múltiplas dimensões (materiais, espirituais, culturais, subjetivas, etc.). *Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática do assistente social.* (YAZBEK, 2005:13)

Todas as profissões têm identidades atribuídas e construídas¹ (MARTINELLI, 1991:18-158), e elas só se efetivam na trama das relações sociais e se fazem necessárias no cotidiano da vida da sociedade. Cotidiano que está pleno de movimento e de objetivação humana, o que lhe atribui o caráter de historicidade social. Sendo assim, é através do trabalho cotidiano do assistente social, na trama das relações sociais, que se constrói a profissão e se legitima sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho.

Para Marx (1985:149), o trabalho é um ato humano e se dá na transformação da matéria-prima em um produto.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e

¹ Martinelli (1991:18-158) A identidade atribuída é que é fixada como identidade de profissão, abrindo amplos espaços para a produção de um percurso alienado, alienante e alienador da prática profissional. A ausência de movimento de construção de identidade fragiliza a consciência de seus agentes, impedindo-os de assumir coletivamente o sentido histórico da profissão. (...) A história é, essencialmente, movimento, é instituinte, constrói-se a cada momento, trazendo sempre novas possibilidades. Entre tais possibilidades, encontra-se exatamente a de superação dessa vinculação. Libertando-se das amarras que a prendem a esse sistema e dos reducionistas modelos de prática por ele produzidos, a profissão caminhará no sentido da

controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças ao seu próprio domínio. (...) Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem.

Quando especifica isso, Marx (1985) não está determinando que só no uso da força é que é possível dar forma ao trabalho. Ao realizar um trabalho que exija a utilização da capacidade intelectual, em que a matéria-prima seja, por exemplo, as manifestações da “questão social”, que é o emergir da contradição exposta na relação capital x trabalho, ao trabalhar com essas manifestações, o produto se dá de forma não palpável, mas concreta, e está na capacidade de objetivação dos sujeitos sociais, no modo como ele se reflete e se projeta na trama social.

Iamamoto (1998: 94-97)², analisa:

Uma interpretação distinta do exercício profissional, que possibilita na leitura de seu desempenho, é focar o trabalho profissional como partícipe de processos que se organizam conforme exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação, moldando-se em função das condições e relações sociais específicas em que se realiza, as quais não são idênticas em todos contextos em que se desenvolve o trabalho do assistente social (...) Ao vender sua força de trabalho em troca do salário (valor de troca dessa mercadoria), o profissional entrega ao seu empregador seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se à exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante

participar coletivamente do processo de produção de novas relações sociais e de criação de alternativas peculiares de enfrentamento da relação capital-trabalho.

² Iamamoto (1998) tem vasta discussão e produção sobre a perspectiva marxiana e vem buscando relacionar toda essa produção teórica com a profissão no Serviço Social.

um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquele a que é submetido, por exemplo, um operário na linha de produção

Tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua.

Portanto, na análise desenvolvida por Yamamoto (1998:111), a profissão se configura como trabalho, pois demanda a utilização da mão-de-obra de um agente humano, mediada pela instrumentalização, e com um produto que não tem relação direta com lucro do capital, mas com a capacidade de instrumentalizar os sujeitos para o enfrentamento de suas dificuldades de sobrevivência, sensibilizando-os para a busca da consciência e da desalienação como diz a autora:

O que se pode concluir dessas considerações é que os resultados ou produtos dos processos de trabalho em que participam os assistentes sociais situam-se tanto no campo da reprodução da força de trabalho, da obtenção das metas de produtividade e rentabilidade das empresas, da viabilidade de direitos e da prestação de serviços públicos de interesse da coletividade, da educação sociopolítica, afetando hábitos, modos de pensar, comportamentos, práticas dos indivíduos em suas múltiplas relações e dimensões da vida cotidiana na produção e reprodução social, tanto em seus componentes de reiteração do instituído, como de criação e re-invenção da vida em sociedade.

Apesar de ser considerada uma profissão liberal, e ter sido regulamentada como tal em 19 de abril de 1949, com a Portaria 35, o

Serviço Social basicamente se constitui como um trabalho assalariado, sendo seu agente um vendedor da sua força de trabalho a uma instituição pública ou privada; se inscrevendo na divisão social do trabalho coletivo; tendo autonomia na sua intervenção profissional, mas dependendo da instituição para se apropriar das condições de trabalho. Essa autonomia é, portanto, relativa e mediada pelas condições institucionais em que o profissional atua.

Ao exercer o seu trabalho, o profissional em Serviço Social cria, construindo, desconstruindo e reconstruindo, com os sujeitos de sua ação, situações de enfrentamento de manifestações referentes à questão social, desvendando-as e intervindo nelas.

Com essa concepção, reafirma-se que o Serviço Social é trabalho, que é uma forma criativa e transformadora, e, mesmo em situações semelhantes, na prática, ele dá a cada situação uma atenção qualificada, fazendo uso dos conhecimentos e instrumentos de intervenção construídos através de seu processo de desenvolvimento teórico-metodológico-ético e político.

É importante salientar que na trama das relações sociais é que as profissões vão se construindo e se consolidando, enquanto trabalho qualificado, coletivo e de caráter social.

Quando se insere no contexto das relações sociais, o profissional não pode deixar de explicitar que o universo humano tem centralidade no trabalho, e é mediado por determinações que podem variar de acordo com o lugar de onde parte a análise e o ser humano só se revela através da prática. Através da relação teoria-prática é que o Serviço Social vem construindo saber e buscando a formação própria da sua bibliografia específica para o trato do ensino de sua prática, e essa construção está permeada pela visão que os profissionais construíram nesse percurso de estudos e vivências da profissão. Severino (1995:48) coloca: “*É a ação que delinea, circunscreve e determina a essência dos homens. É na e*

pela prática que as coisas humanas efetivamente acontecem, que a história se faz”.

Com o imperialismo do neoliberalismo³, o processo de globalização, e a desregulamentação do mercado, o trabalho sofre as conseqüências das transformações, que caracterizam o capitalismo contemporâneo, as quais pressionam duramente os que vivem do trabalho e alteram os sistemas de proteção social e as políticas sociais em geral. O bombardeio do Capitalismo, vem pressionando e atacando o trabalhador, respectivamente, obriga as profissões a se atualizarem e se adequarem às novas exigências do mercado.

Pierre Salama (1995:178), ao analisar o que significa a linha neoliberalista, pontua: *“Há que reduzir o tamanho do Estado e aumentar o papel do mercado”.*

Nessa linha de pensamento, há uma prática que preconiza as medidas de ajuste fiscal, reduzindo os gastos públicos e, em especial, os gastos sociais, com o propósito de pagar a dívida externa e controlar a inflação, saneando a área financeira, fragilizando, assim, a situação social. Isto posto, requer uma nova reordenação das relações entre Estado, mercado e sociedade civil.

O Serviço Social, que trabalha no campo da questão social, tem, diante disso, dois desafios apresentados por esse contexto: enfrentar a diminuição, ou seja, a retração do Estado, no provimento do acesso aos

renda, por meio de um programa situado e financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc).

Essa política de transferência de renda dá um destaque à questão da pobreza, principalmente nas áreas de concentração, mas as políticas públicas continuam com um trabalho de intervenção focalizado. Não há um planejamento estratégico de enfrentamento dessa expressão da questão social. Fica muito, ainda, voltado a focos de problemas específicos e afins, alocados a determinadas políticas públicas, sem perspectiva de universalidade.

Por exemplo, o ser humano não precisa só de comida, ele precisa de saúde, de moradia, de saneamento, entre outros serviços, o que exige um planejamento conjunto das políticas no intuito de enfrentar essas manifestações da questão social.

Tendo como cenário atual esses dados referenciais, construir a trajetória histórica da profissão, num dado espaço e tempo, utilizando depoimentos de sujeitos representativos do coletivo profissional, abre um processo de reflexão sobre as ideologias atribuídas ao Serviço Social, assim como de respostas profissionais que repercutirão na direção social assumida e os eixos políticos sociais e éticos adotados .

O ponto de partida é situar a cidade de São José dos Campos, que está localizada no eixo entre Rio de Janeiro e São Paulo. Cidade que tem sua importância no âmbito industrial, principalmente na área da indústria aeronáutica, é considerada de grande porte e tem acumulado problemas sociais, em consequência da situação socioeconômica e política do País.

São José dos Campos apresenta profundos contrastes. Tem uma economia considerada a terceira, em arrecadação, no Estado, o nono Produto Interno Bruto (PIB) do País e, ao mesmo tempo, possui grandes

bolsões de pobreza, característica do modelo econômico e da política de retração do Estado no desempenho do papel de assegurar políticas sociais efetivas e eficazes de enfrentamento à pobreza.

Yazbek, (1996:20) afirma:

Sabemos que, em uma sociedade assentada na exploração de poucos sobre muitos, como é a sociedade brasileira, as políticas de corte social, ao regularem as relações sociais, não só favorecem a acumulação e oferecem bases para a legitimação do estado, como reproduzem a dominação.

Para uma intervenção qualificada e competente do Serviço Social, que promova uma prática inserida na realidade e comprometida com os interesses da população usuária de seus serviços, é fundamental a apreensão histórico estrutural da sociedade capitalista brasileira, além de efetivar leituras das diferentes conjunturas em que se move a profissão.

Iamamoto (1999:20), coloca:

é preciso extrapolar o Serviço Social para melhor aprendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como pré-condição para que se possa captar as mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação.

Para entender esse tempo presente, é necessário buscar no passado as raízes que fomentaram esse emergir. Muitas vezes, não se dá valor ao passado, busca-se começar do presente como se esse fosse o início, negando todo o acúmulo alcançado pelas civilizações.

Segundo Martinelli (1995:148), uma das proposições do saber refere-se a:

Saber estabelecer uma nova relação com o passado: isso é fundamental se queremos dar um sentido de contemporaneidade às

nossas práticas, saber determiná-las pelo presente. Como bem nos lembrava Mário de Andrade, o grande modernista brasileiro, o passado não é um exemplo a ser imitado, mas uma lição a ser reconhecida.

Reconhecer essa história como parte integrante da vida dos sujeitos que trabalham no âmbito do Serviço Social (que fazem parte desta pesquisa) e dos que utilizam seus serviços (pesquisa que poderá

Para localizar e delimitar espaço e tempo, consideramos a hipótese de que as conjunturas política, econômica, social e cultural; a formação acadêmica; os currículos; entre outros fatores, influenciaram a relação da postura profissional dos assistentes sociais na cidade de São José dos Campos, definindo as tendências predominantes adotadas na intervenção dos profissionais.

Com essa questão levantada, partimos para a pesquisa exploratória, trabalhando com leituras básicas, levantamento documental, levantamentos de dados referentes aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) das universidades da região (Univap e Unitau) respectivamente, tendo como pressuposto que estes se referenciarão a trabalhos realizados em São José dos Campos e/ou abordarão questões históricas, teóricas e metodológicas do Serviço Social que tenham relevância para a pesquisa em questão. Com esses dados, buscamos indicativos da formação profissional, das tendências que vêm orientando essa formação, o nível de conhecimento da história e o movimento da realidade.

A partir desse universo selecionado - TCCs das Universidades (Unitau e Univap) -, iniciamos o trabalho com uma amostra aproximada de 40% dos TCCs pesquisados, levantando o conteúdo para subsidiar uma análise temática a ser abordada no processo de coleta de dados dos sujeitos.

O corte do tempo abrangeu o período da década de 1960 até a década de 1990. As décadas de 1960 e 1970, período da fundação das escolas de Serviço Social da região (Unitau, em 1966, e Univap, em 1969), que vai acompanhar a fase de crise política (ditadura militar) e o início do movimento de reconceituação do Serviço Social no País.

A década de 1980 acompanhou o processo da pós-reconceituação, o emergir dos movimentos sociais, a discussão da

assistência social e a luta para seu reconhecimento enquanto política social, garantindo sua inserção na Constituição Federal (CF) de 1988.

Na década de 1990, surgiram os desafios postos ao serviço social em decorrência das transformações no capitalismo, em sua financeirização e tratamento perverso da força de trabalho. As mudanças na relação capital-trabalho e, em consequência, as novas expressões da questão social, vão colocar para a profissão, desafios de avançar na consolidação de seu projeto éticopolítico.

É importante lembrar que nos anos de 1990 o Serviço Social brasileiro se apresentava consolidado enquanto profissão.

Netto (1996:106), ressalta:

No plano da formação (com um currículo mínimo nacional e legalmente inserida no nível superior), cerca de setenta unidades de ensino estavam em funcionamento e poucos estados da Federação não contavam com escolas de Serviço Social. A pós-graduação em sentido estrito, implantada na primeira metade da década de setenta, encontrava-se afirmada em sete universidades e, em sentido lato, registrava experiências importantes. Uma instituição credibilizada, a ABESS, renovara-se como foro expressivo dos debates sobre a formação profissional e procurava animar, desde 1987, um organismo acadêmico de pesquisa (o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais/CEDEPSS).

Do ponto de vista da chamada produção científica, o Serviço Social – que agências oficiais de fomento já reconheciam como área apta a receber recursos para a investigação – mostrava um dinamismo estimulante: não só tinha na academia um espaço efetivo de elaboração, como já dispunha de uma bibliografia própria, alargada num fluxo constante e mantinha, além de publicações intermitentes e alguns órgãos universitários, uma revista profissional com periodicidade regular, circulando nacionalmente há mais de uma década (como se sabe, *Serviço Social & Sociedade* existe desde 1979). E mais: alargou-se a demanda, pelo exterior, da presença de profissionais brasileiros em ações de formação e eventos acadêmicos

e seus textos encontraram divulgação além-fronteiras; profissionais estrangeiros (notadamente da América Latina) aumentam a sua frequência nos nossos cursos de pós-graduação e agências nacionais de formação estenderam, institucionalmente, a sua influência a outros países. Por outro lado, a área de Serviço Social abriu-se a amplo diálogo interdisciplinar, promovendo a interlocução com importantes teóricos e intelectuais do país e do exterior.

O Serviço Social tem avanços e acúmulo profissional, embora, em decorrência da realidade social, a profissão fique muitas vezes fragilizada, não dispondo de instrumentalização efetiva.

Netto (1996:109), discorre:

As novas competências passam, incontornavelmente, pela formação profissional – e, aqui, os problemas (que extrapolam as imprescindíveis determinações técnicas) estão longe de um enquadramento satisfatório, como o prova, aliás, o longo debate que, dinamizado pela ABESS, tem envolvido as unidades de ensino mais atuantes.

A questão da formação remete, obviamente, à política nacional de educação – que ultrapassa o protagonismo dos profissionais de Serviço Social ligados à docência. A intervenção desses, no caso da universidade pública aparece muito limitada pelo sucateamento da instituição e pela permanência de traços herdados da ditadura (o burocratismo, o parasitismo, concepções atrasadas e/ou inoperantes da relação ensino-pesquisa-extensão) e outros gestados nos anos oitenta (o “populismo acadêmico”, o corporativismo); mesmo assim, nela as condições de trabalho são em geral menos constrangedoras que as da maioria absoluta das escolas da rede privada, nas quais a lógica que opera é a da pura rentabilidade capitalista. No entanto, está claro que o protagonismo docente dos assistentes sociais vem sendo problematizado, dentre um amplo leque de condicionalismos, por dois fenômenos cuja natureza e implicações requerem acurada consideração: 1) uma perceptível mudança no perfil socioeconômico da massa do alunado, cada vez mais recrutada em extratos médios-baixos e baixos das camadas urbanas; 2) um visível empobrecimento do universo cultural do alunado. Os dois fenômenos, que não se

conectam obrigatoriamente por uma relação causal, não afetam exclusivamente ao Serviço Social; mas, na nossa profissão, ganham enorme ponderação: são concomitantes à exigência de maior qualificação intelectual e cultural, derivada da própria consolidação acadêmica do Serviço Social.

É importante frisar que o problema não está no novo aluno, mas no perfil de aluno construído pelos ensinamentos fundamental e médio, que são lançados à sorte e a preocupação dos organismos do ensino superior está em suprir essa defasagem, e mesmo conseguir formar bons profissionais.

No âmbito da prática profissional, há conquistas, mas há também grandes impasses e falta de visibilidade da ação profissional desempenhada no cotidiano da ação.

Netto (1996:110) vai dizer que:

No campo da chamada prática profissional, se as conquistas foram expressivas, também o são os impasses. A efetiva existência de um mercado nacional de trabalho (seja no âmbito já tradicional das instituições governamentais, seja no plano das instituições privadas e, mais recentemente, das “organizações não-governamentais”), crescentemente diferenciado em todos os níveis – e a que não tem correspondido formação especializada -, certamente tem propiciado experiências inovadoras e fecundas; no entanto, a visibilidade dessas é ainda reduzidas. De uma parte, as insuficientes conexões entre centros de formação e campos de intervenção têm reduzido a capacidade daqueles de viabilizar inovações, bem como a sua retroalimentação pela realidade das práticas de campo – aqui, é inegável um mútuo desconhecimento. De outra, e em função do anterior, as novas demandas (potenciais e/ou reais, postas seja pelas transformações societárias, seja pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições freqüentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde à realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros

profissionais (aparentemente mais “seguros”, mais “legitimados”), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições – por isso e muito mais, é freqüente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional.

Nesse campo emblemático é que se constitui a preocupação do desenvolvimento desta pesquisa, que foi realizada através de uma abordagem qualitativa, tendo como perspectiva, nesta proposta, a abordagem da história profissional sob a ótica de personagens significativos na construção da história do serviço social na cidade.

Esses sujeitos foram escolhidos intencionalmente, pois são pessoas que assumiram o protagonismo na história do Serviço Social de São José dos Campos. Para essa história profissional, foram escolhidos quatro profissionais, sendo que se buscou representação nas décadas estudadas.

Assim sendo, para a escolha desses sujeitos, o critério foi: assistentes sociais que desempenharam e desempenham um papel importante na formação de opinião no campo do Serviço Social na cidade, tendo como parâmetro a reconstituição do processo percorrido pelo Serviço Social do ponto de vista da formação profissional, trabalho e história.

Martinelli (1994:15), analisa:

No que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa. Uma consideração importante nesse sentido é que a pesquisa qualitativa é de modo geral participante, nós também somos sujeitos da pesquisa. Não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como um “saco vazio”. Não! Temos história, temos emoção.

A opção pela pesquisa qualitativa expressa uma posição de buscar não só o fenômeno, mas também os significados e o entendimento do vivido real dos sujeitos. Cada sujeito vê a história a partir de sua inserção social e a revela não só por meio da sua narrativa, como também por intermédio de sua expressão, gestos e símbolos apresentados.

Martinelli (1994:13) ressalta:

Fizemos o levantamento dos TCCs das duas universidades da região, tendo como objetivo pesquisar os trabalhos que abordam temas referentes à cidade de São José dos Campos, e assuntos de relevância para a história do Serviço Social.

De acordo com a proposta de ação prevista no anteprojeto, como meio de delinear e buscar indicativos para a pesquisa qualitativa, fizemos levantamento dos TCCs produzidos nas Universidades do Vale do Paraíba que contemplam o curso de Serviço Social: Universidade do Vale do Paraíba (Univap) e Universidade de Taubaté (Unitau); a primeira, localizada em São José dos Campos e a segunda, conforme o nome indica, situada em Taubaté.

A Faculdade de Serviço Social de Taubaté foi constituída no dia 10 de maio de 1966, tendo como seu fundador o professor Ulysses Pereira Bueno (nascido em 1916 e falecido em 1989), e aprovada em sessão de câmara municipal. A criação dessa faculdade resultou da necessidade desse profissional na região.

A Faculdade de Serviço Social de São José dos Campos foi fundada no dia 10 de maio de 1969, pelo professor Geraldo Vilhena de Almeida Paiva. Essa faculdade foi constituída em decorrência da criação do Departamento de Bem-Estar Social, na cidade, em 1967, que traz consigo a necessidade de formar mão-de-obra qualificada para o trabalho na área social.

No Departamento de Serviço Social da Unitau localizamos, em sua biblioteca, 792 exemplares de TCCs, correspondentes ao período de 1969 - quando se formou a primeira turma de assistentes sociais na cidade -, até o ano 2000. Entre estes localizamos 88 com referências ao espaço de estágio na cidade de São José e cinco com referência específica à fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social. Dentre eles, realizamos uma triagem, tendo como premissa captar os

dados históricos e a caracterização da prática profissional, observando a fundamentação teórico-metodológica adotada. Ficaram 40 trabalhos.

Na Univap, a Faculdade de Serviço Social tem registrados, em sua biblioteca, no período de 1972 - data em que se formou a primeira turma -, até o ano 2000, 72 exemplares de TCCs. Destes, localizamos 67 com referências ao espaço de estágio na cidade de São José. A triagem dos documentos teve como premissa captar os dados históricos e a caracterização da prática profissional, observando a fundamentação teórico-metodológica adotada. Ficaram 33 trabalhos.

Em seguida, colhemos uma amostra de aproximadamente 40% dos TCCs levantados, buscando maior detalhamento do perfil das questões abordadas na relação teoria/prática, tendo como referência o ensino-aprendizado organizado através dos trabalhos apresentados às universidades como documento final de conclusão de curso.

Nesse primeiro momento, a busca de colher material, que nos respaldasse enquanto conteúdo teórico-metodológico da formação em Serviço Social na região, nos apontou alguns elementos iniciais como o

1970 – Escolar, Entidade Social, Empresa;

1980 – Criança e Adolescente, Escolar, Comunidade, Saúde, Empresa;

1990 – Criança e adolescente, Idoso, Comunidade, Saúde, Empresa.

Há uma predominância nas áreas: Empresa, Saúde, Criança e Adolescente. É importante ressaltar que as realidades abordadas pelos campos de estágio são diversificadas e estes têm como influência as grades curriculares, bem como o nível de formação e informação do quadro docente, além disso há que considerar a política social desenvolvida pelos governos municipal, estadual e federal, e também as diretrizes sociais adotadas pelas instituições (públicas e privadas), delimitando os campos de maior incidência de inserção do aluno-estagiário.

Esses dados nos remetem a pensar o Serviço Social na cidade de São José dos Campos, ouvindo os sujeitos históricos que, de uma forma ou de outra, são personagens dessa construção.

Essa construção se faz na particularidade, seja na constituição de grupos específicos de discussão e vivência da profissão, ou mesmo no âmbito da pesquisa propriamente dita, que aponta fatos importantes para construção da história.

Desde 1990, participamos de um grupo que podemos denominar de Grupo de Vivência, pois ele teve, de início, um propósito de organização política e, posteriormente, passou a ter uma importância além da questão política, significando, para nós, um incentivo a buscar aprimoramento técnico e político, intervindo em nossa trajetória profissional, e o temos como referência ética e política.

Esse grupo é formado por seis pessoas, as quais, em uma entrevista grupal, se auto-apresentaram:

Eu, Conceição "... sou de São José mesmo, a única joseense do grupo. Me formei na Univap em 82. Antes não era Univap, era Fundação Valeparaibana de Ensino, hoje Univap. Comecei a trabalhar em 89, na prefeitura, nesse meio tempo, eu não trabalhava, eu participava, nesse tempo, da Pastoral da Juventude, coordenação diocesana de pastoral, coordenação paroquial, então era movimento de igreja, nesse período. Em 89, comecei a trabalhar em comunidade, fiquei em comunidade por um bom período, depois passei por creche convencional, creche domiciliar, criança e adolescente ..., trabalhei com família e, por último, estava trabalhando com idoso, na região leste. Fiz mestrado na PUC e estou fazendo doutorado, fui também do Sindicato dos Servidores Municipais, mais como experiência do que qualquer outra coisa. Também fui do Conselho Municipal de Assistência Social, primeiro grupo que participou do conselho; não fui do Conselho de Habitação, mas participei ativamente da dinâmica dos movimentos no Conselho Municipal de Habitação, acho que é isso".

"Bom, eu sou Ivone, assistente social e nasci em São Paulo. Cheguei em São José dos Campos para morar, em 1984, e para atuar na prefeitura, comecei a atuar em 1986. Sou assistente social desde 1980, tenho 48 anos, casada. Estudei, meu curso universitário eu fiz em São Paulo, onde nasci, na PUC. Iniciei minha atividade em São José, na prefeitura, trabalhando com criança e adolescente, na unidade da prefeitura que se chamava Centro de Orientação Socioeducativa do Menor Trabalhador, que hoje é uma fundação de criança e adolescente, Fundhas, e, por coincidência, pelos caminhos que percorri pela prefeitura, atualmente trabalho com criança e adolescente ... eu esqueci de um monte de coisas, na realidade, eu não me formei em 80, eu me formei, final de 79 e eu só vim para São José para trabalhar em 86; então, minha experiência profissional anterior foi em empresa, meu primeiro emprego como assistente social foi em empresa, onde eu fiquei seis meses, depois eu fui para uma outra empresa de médio porte, onde acho que tentei implantar o Serviço Social, uma empresa com características familiares, onde eu fiquei cinco anos, depois, por uma questão pessoal, eu vim para São José, fiz concurso e comecei a trabalhar na prefeitura. Na prefeitura, eu trabalhei na área de criança e adolescente, como eu já disse, na ação comunitária, trabalhei num programa de prevenção em atendimento à dependência química, mas onde eu fiquei mais tempo, durante sete anos, num programa que existe até hoje, que é o programa de apoio técnico às entidades sociais, hoje com outro nome, que faz o acompanhamento das entidades sociais conveniadas da prefeitura, com repasse de recurso, depois disso eu voltei a trabalhar com criança e

adolescente. Já estou na prefeitura há 18 anos... fui no governo do PT, ocupei o cargo durante um ano e nove meses, ocupei o cargo de diretora de departamento...”

“Bom, eu sou Teresa Freire, sou nascida em Jacareí, entrei na Prefeitura de São José em 1988 e vim morar aqui em 1994. Sou formada pela Unitaú, 1979, estou mais perto da aposentadoria do que de outra coisa. Já passei por alguns setores da SDS, desde a Unipas (Unidade Participativa de Ação Social) quando entrei, que eu fui direto para lá, e não existe mais, depois trabalhei com habitação no Centro Comunitário do Jardim Satélite (região sul) e hoje eu estou no centro Comunitário do Alto da Ponte (região norte), no Trabalho com Família... é que eu falei que formei em 79 e entrei para a prefeitura em 88, então ficou esse lapso de tempo, que eu trabalhei em Belo Horizonte, morei sete anos lá. Me formei e fui direto para lá, trabalhei sete anos na área de deficiência mental e é por isso que sou meio assim ... e também foi um período que eu participei também do movimento sindical. Eu fui do sindicato dos assistentes sociais da época, que tinha ainda, fui da direção do sindicato por dois anos...”

“Eu sou Telma, nasci em Santa Branca, eu vim para São José em 1974, no último ano que eu estava fazendo ciências sociais. É um curso que eu fiz porque mandaram eu fazer. Nesta época, eu já estava fazendo estágio na prefeitura. Me formei em 74 e em 75 eu saí, e voltei dois meses depois. Naquela época, não tinha concurso e eu fui efetivada. Casei, e em 78 eu resolvi fazer Serviço Social para ver se eu gostava, quem sabe era o que eu queria, e também não era o que eu queria, eu sonhava ser gerente de banco. Eu queria fazer economia ... daí meu tio falou que o mercado estava saturado... Quando eu entrei, era para fazer pesquisa num projeto de remoção de favela, 1974, isso foi até 1982, quando as famílias foram transferidas para o Torrão de Ouro, aí eu fiquei no Torrão até 1982. 1982 eu fui para o centro de Orientação ao Migrante, funcionava na Rodoviária de São José. Daí, fui para lá, fiquei dois anos, aí vim para o Paço e fiquei no Paço até 1999. Eu esqueci de falar, tenho 53 anos... Daí, 74, entrei na prefeitura, e 78, fiz Serviço Social, continuei na prefeitura e em 1999 aposentei. Aposentei porque não agüentava mais ficar na prefeitura, primeiro porque tudo que eu fazia não gostava e, segundo, porque com a mudança de prefeito, a secretária era a Sandra, eu aproveitei que podia aposentar, aposentei. Agora estou aposentada, eu fiz um ano e meio de trabalho voluntário numa entidade, agora não faço nada.”

“Meu nome é Regina. Sou assistente social, foi minha única opção fazer Serviço Social, me formei na Federal Fluminense, no Rio, em 83. Fiz um curso de especialização, uma pós-graduação, na verdade, em saúde pública, em 84, e em 85 eu vim para São José, até porque fiz concurso para cá, para a prefeitura, por duas razões, primeiro porque era o salário mais alto nacionalmente, na época, e, segundo, porque as

perspectivas de trabalho, que chegou no Rio, era um trabalho com comunidade. Um trabalho de organização popular, eu fiquei bastante atraída, prestei concurso e vim. Mas, a organização popular, eram umas gincanas, a Ginc. Gincana entre bairros e não esqueço, no final do ano, nós fizemos uma avaliação para acabar, mas esta era perspectiva de organização do governo do PMDB da época. Bom, eu, por volta de 88, 89, nós fundamos o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, depois o Partido dos Trabalhadores ganhou ... várias pessoas ocuparam cargo na gestão do PT, eu fui secretária e, ao longo da experiência na prefeitura, eu atuei com criança e adolescente, com comunidade, aperfeiçoamento profissional, com pesquisa e hoje volto a atuar com criança e adolescente. Eu tive alguns afastamentos da prefeitura, tanto para me dedicar a campanha partidária, licença-gestante, como afastamento para me dedicar à pós-graduação (mestrado e doutorado)... Eu fui demitida. Afastamento obrigatório é ótimo... Eu passei por uma demissão na prefeitura, na época do sindicato. Bom, enfim, aí, em 95, eu entro para a Universidade de Taubaté, onde acumulo e fiz mestrado e doutorado na PUC-SP”

“Eu sou Maria, não sou de São José, vim para São José em 1970, fiz faculdade na Fundação Valeparaibana de Ensino e agora é Univap. Me formei em 86, antes de entrar para a Prefeitura de São José, eu trabalhei um tempo no SOS Mulher. Trabalhei numa construtora e, em 88, entrei na prefeitura, numa semana antes da Teresa. Quando entrei na prefeitura, fui trabalhar no primeiro lugar que foi a Unipas, que era a unidade da prefeitura que era dirigida pela primeira-dama na época. Depois disso, trabalhei em ação comunitária, trabalhei com liberdade assistida também, tive um tempo no Sindicato dos Servidores (licenciada com remuneração), foi logo depois da gestão do PT, em São José; na gestão do PT, trabalhei com habitação um tempo e depois fui chefe de divisão na região norte e depois disso fui para o sindicato, fiquei de 79 até 98; 98 saí do sindicato e voltei para a base, fui trabalhar com migrante, no albergue, depois disso, fiquei um tempo afastada e voltei a trabalhar na região norte e hoje estou trabalhando no Programa Renda Mínima.”

As discussões acerca da profissão, de sua história, e dos desafios que estão postos ao Serviço Social, estão presentes no cotidiano do grupo. Buscamos ter, em nossa intervenção, os fundamentos do Serviço Social e um embasamento teórico claro, com vistas à defesa dos direitos e do acesso aos bens e serviços aos usuários da Assistência Social, local onde todas, do grupo, nos inseríamos.

No cotidiano do exercício profissional, incomoda-nos a relação que alguns colegas assistentes sociais mantêm com a instituição e com a população, conseqüentemente. Partindo daí uma indagação sobre quais pressupostos estavam embasando tais práticas e que isso relaciona-se com a história do Serviço Social construída na cidade de São José dos Campos.

Cidade que tem uma trajetória política com ranço conservador, de uma oligarquia que tomou conta da direção da cidade por anos, foi quebrada por quatro anos (1993 a 1996), com a eleição da Dra. Angela Guadagnin, do Partido dos Trabalhadores (PT), como prefeita. Quebrou-se a hegemonia pela base política e pela questão de gênero, pois foi ela a primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita na cidade. A prefeita ficou por quatro anos e, naquele período, não havia a recondução ao cargo em anos ininterruptos. O Sr. Emanuel Fernandes, filiado ao Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB), a substituiu e ficou por oito anos, já num momento com possibilidade de reeleição (1997 a 2004). Atualmente, assume a gestão municipal o Sr. Eduardo Cury, também filiado ao PSDB.

São José dos Campos está situado no Vale do Paraíba, na região denominada de Cone Leste Paulista. Mais precisamente, essa região foi dos Senhores do Café, com grandes fazendas e importantes latifundiários, transportando hierarquicamente a cultura conservacionista à região. Nas cidades onde houve um nível maior de imigração, há menos influência dessa cultura conservadora, porém ela não deixa de estar presente em toda a região.

Buscar o entendimento da história do Serviço Social na Cidade de São José dos Campos, ou seja, ir através de aproximações que nos remetam à análise da questão enfocada e poder trazer para o concreto essa realidade que não está revelada é o nosso objetivo.

Para entender ou reconstruir essa história, foi realizada uma investigação que partiu do real aparente para chegar ao concreto, porém, a realidade é mais rica do que o concreto pode apreender, então isso supõe que a apreensão do real é substancial. Porém, o real não é imutável e tem que ser apreendido no movimento da história e acompanhar esse processo dialético. A realidade muda e o conhecimento deve acompanhar essa mudança, ou seja, a aproximação da história do Serviço Social na Cidade de São José dos Campos, faz com que nos aproximemos de dados reais, os quais nos possibilitaram chegar ao concreto, mas esse concreto pode mudar com a dinâmica e o movimento da história.

Nesse sentido, foram os seguintes os procedimentos metodológicos adotados: :

Definir, com referência a cada década, um personagem que tenha tido expressão na história do Serviço Social na cidade, passando a abordá-lo enquanto sujeito, buscando reconstruir, com ele, a história da profissão, relacionando sua construção profissional com a construção da história do Serviço Social na cidade de São José dos Campos, estabelecendo assim a inter-relação da vida do sujeito profissional com os aspectos socioeconômico, político e cultural. Nas décadas de 1960 e 1970, foi selecionado um sujeito; na década de 1980, foram selecionados dois sujeitos; e, na década de 1990, foi selecionado um sujeito.

Os sujeitos selecionados foram os assistentes sociais, Geraldo Vilhena de Almeida Paiva, Maria Célia Comparotto Minamisako, Mônica Maria Nunes Trindade Siqueira e Maria Regina de Ávila Moreira. Para a entrevista com esses sujeitos, foi elaborado um questionário, tendo como perspectiva os marcos e marcas históricos definidos para cada década.

Para as décadas de 1960 e 1970, o questionário desenvolveu-se :

Marco: Fundação das Escolas de Serviço Social no Vale do Paraíba

Marcas:

- Ditadura Militar;
- Institucionalização da Profissão na Região;
- Movimento de Reconceituação.

Justificativa:

A década de 1960 marca a história de repressão no País, com rígido controle social⁵. No período é que são fundadas as Escolas de Serviço Social no Vale do Paraíba e inserido o Serviço Social respectivamente. Nessa perspectiva, é fundamental entender em que bases e áreas de atuação foi a demanda, para justificar a criação do Serviço Social na região.

Eixo:

Na década de 1960, diante de toda a conturbação política, como aconteceu a fundação das Escolas de Serviço Social e de que forma o movimento de reconceituação perpassou pela questão da formação e da postura do profissional naquele momento histórico?

Para a década de 1980, desenvolveu-se:

Marco: Movimento Sindical e Movimento Social

⁵ Esta se utilizando o termo controle social neste momento enquanto mecanismo utilizados pelo governo, como meio de coibir as ações da população contra as propostas da administração.

Marcas:

- Cooptação;
- Corporativismo;
- Constituição de 1988.

Justificativa:

Essa é uma década de intensa movimentação no interior do Serviço Social. Há a introdução do pensamento de Marx, por intermédio de Yamamoto (1982), que proporciona grande avanço no processo de ruptura no Serviço Social e a movimentação na sociedade, disseminando novos grupos sociais e complementação de outros, em busca de melhores condições de vida (sindicatos, moradia, sem-terra, mulheres, entre outros).

Eixo:

Como o Serviço Social estava estruturado na década de 1980 na região e quais foram as influências recebidas nessa década que caracterizaram e definiram os cenários político, social, econômico e cultural do período, e o que isso determinou no seu exercício profissional?

Para a década de 1990, desenvolveu-se:

Marcos: Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)

Marcas:

- Neoliberalismo;
- Governo do PT em São José dos Campos;
- Novas demandas e desafios para o Serviço Social.

Justificativa:

Com a Constituição de 1988, que situa a Assistência Social como política social, a promulgação da Loas é um marco na história do Serviço Social. É preciso entender como esse processo foi acompanhado pelo Serviço Social local e quais foram seus desdobramentos e conquistas.

Eixo:

A década de 1990 trouxe grandes conquistas, mas também detonou grandes desafios à profissão. Como o profissional lida com essas questões no cotidiano, que alternativas encontrou para o enfrentamento? Tendo como pano de fundo a conjuntura social, quais os desafios e perspectivas que o Serviço Social, em São José dos Campos tem nos dias de hoje e a quem atribui tal realidade?

Foi solicitado, aos sujeitos, que fizessem um aporte desses dados com sua trajetória histórica da profissão;

_ Agendamos, com os sujeitos da pesquisa, dia e horário para a entrevista. Com exceção da entrevista do professor Geraldo, que foi realizada nas dependências da Faculdade de Serviço Social da Univap, as demais foram tomadas na casa dos sujeitos, por escolha deles próprios. Tivemos que remarcar datas, em decorrência de problemas pessoais com um dos sujeitos;

_ Utilizamos, como material de apoio gravador, diário de campo e transcrição das fitas;

_ Foi necessário remeter, aos sujeitos, um questionário para complementação da pesquisa. Para tanto, mantivemos contato telefônico e enviamos, via *e-mail*, os questionários que retornaram também via *e-mail* e por via formal (extenso);

_ Após contato com o material das pesquisas, realizamos recorte das histórias da profissão com o percurso histórico da cidade e do Serviço Social, entrelaçando-os e analisando suas matizes e nuances.

Entendemos ser este um espaço de memorização, reconstrução de fatos e acontecimentos, espaço de voz aos sujeitos dando vida histórica à profissão.

É importante ressaltar que a periodização não configura problema para o desenvolvimento deste trabalho, em decorrência da metodologia adotada. As décadas foram trabalhadas de acordo com marcos pré-definidos, que influenciaram preponderantemente no emergir da profissão na cidade de São José dos Campos.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O Capítulo I enfoca a história da cidade de São José dos Campos, preparando o cenário para discussão da proposta de pesquisa.

O Capítulo II vai traçar as características das décadas de 1960 e 1970, contexto em que emerge a fundação das Faculdades de Serviço Social na região e que, no âmbito do Serviço Social, caracterizou-se pelo Movimento de Reconceituação.

O Capítulo III traz as décadas de 1980 e 1990, respectivamente, fazendo a conjugação da reconceituação do Serviço Social com os novos desafios colocados à profissão.

Por fim, nas Considerações Finais, apontamos as relações estabelecidas entre as falas dos sujeitos e os eixos temáticos que subsidiaram as discussões teóricas deste trabalho.

É importante ressaltar que optamos por trabalhar o corpo do texto com os autores, Silva e Silva, Yazbek, Mestriner, Iamamoto e Netto, devido esses autores trazerem discussões consistentes, referente aos temas trabalhados.

Silva e Silva, faz um aporte a historia do Serviço Social contextualizando-a; Yazbek e Mestriner, são conceituadas especialista na discussão da Assistência Social; e lamamoto e Netto, fazem um resgate do movimento de reconceituação e introdução do marxismo no Serviço Social.

Fazemos dialogo com Marx, Hobsbawm e Heller, quanto a conceituação da historia, e dialogamos com outros tantos autores, como por exemplo Vieira, Falcão, Sposati, Abreu, Dias, Oliveira, entre outros, os quais dão respaldo teórico as discussões empreendidas.

I Capítulo

O Cenário:

A Cidade de São José dos Campos.



1.1 O Cenário: A Cidade de São José dos Campos

*O domínio do passado não implica uma imagem de imobilidade social.
É compatível com visões cíclicas de mudança histórica, e certamente
com a regressão e a catástrofe ...*

Eric Robsbawm

Nos dias atuais, a cidade de São José dos Campos apresenta-se como um dos pólos tecnológicos mais desenvolvidos do País.

É uma cidade que, segundo os migrantes e imigrantes, proporciona fácil adaptação. Seu desenvolvimento trouxe muitas pessoas à procura de emprego. No entanto, essas instâncias tecnológicas precisam de mão-de-obra qualificada, e, assim, muitas dessas empresas não conseguiram preencher seus quadros com os profissionais da região, nem com os que vêm em busca de trabalho, pois nem sempre atendem às demandas técnicas. Foi necessário estabelecer, em muitos casos, intercâmbio internacional e também produzir cursos técnicos que dessem conta de munir a mão-de-obra com qualificação específica para atender à necessidade das empresas.

É uma cidade com déficit habitacional⁶ bastante acentuado e com grandes conglomerados populacionais, vivendo em condições insalubres e de miserabilidade.

São José dos Campos está localizada no Vale do Paraíba, cuja população já ultrapassa a marca dos 2,2 milhões de habitantes. A cidade tem, hoje, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), no último censo, uma população com 600.049 habitantes, tendo crescido 11,47%, em relação ao censo de 2000⁷.

⁶ Observa-se através do atendimento no Plantão Social as condições de moradia dos usuários, bem como sua condição sócio-econômica.

⁷ Fonte: *Jornal Valeparaibano*, edição de 16 set.05. Jornal regional.

No atendimento social, observa-se um número excessivo de pessoas, que saíram de sua terra natal em busca de melhores condições de vida, em sua maioria vindas de várias regiões do País como Nordeste, Sul e vizinhos do Sudeste, que, ao chegarem na cidade se deparam com uma realidade inóspita.

As quatro regiões administrativas que dividem a cidade são: norte, sul, leste e centro.

A região Centro⁸ praticamente não possui mais espaço habitacional; a região norte também está com sua capacidade habitacional quase toda ocupada, com áreas rurais sobre as quais estão ocorrendo loteamentos irregulares.

A região leste possui vários conjuntos habitacionais da prefeitura (Campos de São José, que congrega as famílias transferidas das favelas Morro do Regaço, Nova Detroit e Caparaó, no final do ano de 2004, como parte do Programa de Desfavelamento da prefeitura local em parceria com o governo do Estado de São Paulo).

A região sul também tem novos conjuntos habitacionais e com possibilidades de expansão. Nessa região, localizam-se quatro conjuntos habitacionais provenientes de Programas de Desfavelamento ocorridos em diversas administrações (Campo dos Alemães, Conjunto EMHA, Dom Pedro I e Dom Pedro II).

Há bairros longínquos, sem qualquer infra-estrutura, onde os loteadores ludibriam os compradores, composto, na sua maioria, por pessoas simples, de pouco esclarecimento. Ao fazerem o negócio, não obtêm a garantia da infra-estrutura, que é, na cidade de São José dos Campos, da responsabilidade do loteador. Essas pessoas, para serem atendidas em suas necessidades, têm que recorrer ao bairro mais

⁸ São dados observados no cotidiano da prática profissional do assistente social na cidade.

próximo, que contenha os serviços públicos, como saúde, educação, assistência social, entre outros.

Dentro deste panorama, é possível imaginar os problemas decorrentes da intensa demanda aos serviços públicos, que acabam não conseguindo atender às pessoas no que lhes é de direito: o acesso aos bens e serviços.

São José dos campos é uma cidade rica? É, e, como parte do País, tem riqueza, mas não tem redistribuição justa de renda.

A assistência social, na cidade, é realizada, em parte, pela prefeitura, através da Secretaria de Desenvolvimento Social; pelas entidades sociais conveniadas e também pelas cadastradas; além de contar com organismos empresariais advindos dos programas da chamada responsabilidade social das empresas.

Muito tem sido feito para que o município assuma a assistência social⁹ enquanto política pública, mas a visão dos são gestores desta pasta volta-se para a perspectiva do empreendedorismo¹⁰ sem se preocupar com a formação cultural dos envolvidos. Esse tem sido um dos impasses, no trato da assistência social, que não está reconhecida, de fato, como de direito, mas como benemerência.

Na cidade, buscou-se discutir a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), através de palestras e seminários, e está se buscando estruturar seu trabalho, via discussão do Sistema Único de Assistência Social (Suas), mas há problemas administrativos e gerenciais. As regiões administrativas não incorporam os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), e embora tenham sido regionalizados os serviços, são necessárias adequações, no que se refere a essa questão, tanto administrativa, financeira, quanto organizacional.

⁹ Assistência Social – uma mediação fundamental ao trabalho dos assistentes sociais. Pode ser encontrado em Yazbek (1999).

¹⁰ Empreendedorismo – ato de empreender, arrojado, ativo. (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa)

Outro fator é que a Assistência Social é vista, ainda, por uma parcela, principalmente de políticos, como meio de acesso fácil à população e fonte de possíveis votos. Facilitam o acesso aos bens e serviços, projetando a sua auto-imagem, incorrendo na não incorporação da Política de Assistência Social como direito.

Diante dessas posturas, configuradas com a ideologia de assistência social, assumida pelos governos do PSDB, na cidade de São José dos Campos, a atuação dos profissionais de assistência social, mais especificamente os assistentes sociais, fica refém da situação, e os profissionais, muitas vezes preferem apenas executar o que lhes mandam, sem pensar no que pode desencadear sua ação.

Os que buscam discutir as determinações impostas pela administração, com uma postura mais crítica no trato das manifestações da questão social, em busca de alternativas reais de enfrentamento, acreditando que é possível lutar por um novo projeto societário, esbarram na concepção neoliberal imposta.

Creemos ser necessário fortalecer as alianças com os atores que levantam a bandeira na defesa de uma sociedade mais justa e igualitária, que vise o rompimento com a lógica capitalista, na busca de embate ao projeto neoliberal.

Se antes já havia, por parte da administração, a adoção radical da visão de empreendedorismo, hoje, com a instabilidade política e econômica, acirra-se essa posição, submetendo os profissionais a uma postura seja a favor do que está posto, ou assumindo um perfil de enfrentamento.

1.2 A Cidade no Movimento da História

Antes de ir, propriamente, à história da cidade de São José dos Campos, vamos buscar algumas bases teóricas sobre a categoria história.

Hobsbawm (1998:22), afirma, em seu trabalho:

Em história, na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. Teoricamente, cada geração copia e reproduz sua predecessora até onde seja possível, e se considera em falta para com ela na medida em que falha nesse intento. Claro que uma dominação total do passado excluiria todas as mudanças e inovações legítimas, e é improvável que exista alguma sociedade humana que não reconheça nenhuma delas...

Continua Hobsbawm (1998:34):

No sentido mais extenso, todas as sociedades possuem mitos de criação e desenvolvimento que implicam sucessão temporal: as primeiras coisas eram assim, depois mudaram assim. Inversamente, uma concepção providencial do universo também implica algum tipo de sucessão de eventos, pois a teleologia (mesmo se os seus objetivos já foram alcançados) é um tipo de história...

Afirma o autor, ainda, que (1998:38):

atualmente, esse tipo de lição da história, de experiência acumulada e coagulada, não é mais relevante. É evidente que o presente não é, nem pode ser, uma cópia-carbono do passado; tampouco pode tomá-lo como modelo em nenhum sentido operacional. Desde o início da industrialização, a novidade daquilo que toda geração traz é muito mais marcante que sua similaridade com o que havia antes. Entretanto, há ainda uma parte muito grande do mundo e dos assuntos humanos na qual o passado retém sua autoridade, e onde, portanto, a história ou a experiência, no genuíno sentido antiquado, opera do mesmo modo como operava no tempo de nossos antepassados...

Finalizando, Hobsbawm (1998:44) coloca:

A história não tem nenhuma fórmula simples para descobrir as conseqüências exatas dessa mudança ou as soluções para os problemas que provavelmente gerará, ou já gerou. Mas ela pode definir uma dimensão urgente do problema, a saber, a necessidade de redistribuição social. Durante a maior parte da história, o mecanismo básico para crescimento econômico foi a apropriação do excedente social gerado pela capacidade do homem de produzir por meio de um ou outro tipo de minoria para fins de investimento em melhoria adicional, ainda que nem sempre assim utilizado...

A análise de Hobsbawm chama a atenção para a abordagem da história enquanto matéria de análise. Mostra que não devemos buscar fórmulas mágicas para entender o presente. Ele assinala que a história pode contribuir com indicativos, mas, por si só, não tem condições de dar respostas aos questionamentos do presente.

Para Heller (2000:02):

A história é a substância da sociedade. A sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem, pois os homens são os portadores da objetividade social, cabendo-lhes exclusivamente a construção e transmissão de cada estrutura social. Mas essa substância não pode ser o indivíduo humano, já que esse – embora a individualidade seja a totalidade de suas relações sociais – não pode jamais conter a infinitude extensiva das relações sociais. Nem tão pouco essa substância se identifica com que Marx chamou de “essência humana”. Veremos que a “essência humana” é também ela histórica; a história é, entre outras coisas, história da explicação da essência humana, mas contém o essencial, mas também a continuidade de toda a heterogênea estrutura social, a continuidade dos valores. Por conseguinte, a substância da sociedade só pode ser a própria história.

Heller (2000) dá sua contribuição, nos colocando que a história é o movimento e a construção social, afirmando que, por ela, são repassados estruturas e valores.

As citações dos dois autores não fogem à compreensão do que Marx nos traz, quando diz que os homens fazem a história, mas não a fazem conforme a sua teleologia, mas nas condições que lhes são possíveis.

Marx (1985:207) afirma:

O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens, e, por conseguinte, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento. Conseqüência necessária: a história social dos homens é sempre a história do desenvolvimento individual, tenham ou não consciência deste fato. As suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Estas relações materiais nada mais são que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual.

Essas leituras oferecem direção para a busca de situações, circunstâncias, fatos, fenômenos e símbolos significativos, que direcionam o estudo da história da cidade de São José dos Campos, bem como sinalizam a base material necessária para que essa seja uma revisão desse movimento histórico tendo como primazia o estudo da profissão em Serviço Social.

1.3 Adentrando a História

No início do século XVI, no Brasil, com a constituição dos pólos estaduais, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, partem as

bandeiras¹¹ com a finalidade de desbravar os sertões e facilitar a ligação entre esses eixos.

Ao irem abrindo trilhas e estradas, vão também povoando os lugares, doando terras e poderes.

É assim que o Vale do Paraíba surge, como nos sugere Taunay (1927:07):

Era o Vale do Parayba uma região deserta, despovoada até de índios, segundo depoimento de Jost Ten Glemmer, o holandez que acompanhou a bandeira inicial de André Leão, mandando do sertão por D. Francisco de Sousa, em 1601, a cata de indícios de metais nobres.

À medida que as bandeiras limitavam as margens do Rio Paraíba, iam constituindo os núcleos que se tornariam as futuras cidades.

A cidade de Taubaté é a primeira a se constituir e sua fundação data de 1636. A cidade de Taubaté toma vulto e tem sua importância até o início do século XX.

As povoações entre Taubaté e Mogi das Cruzes surgem mais tarde e essas povoações eram consideradas, segundo Taunay (1927:10), como: *“... todos esse lugares eram, ao começar do século pobres arranhamentos de meia dúzia de casebres em torno de toscas capelinhas”*.

Poucas eram as estâncias que detinham melhores condições de vida, e nas quais sua gente obtinha meios de produção e de propriedade.

Os viajantes que passavam por essa região, sejam pesquisadores de sua fauna e flora, mensageiros, ou outros, viviam a aventura de poder experimentar situações inusitadas, encontrando pessoas e lugarejos de

¹¹ Bandeiras ou Entradas: expedições organizadas pelos paulistas para escravizar índios e descobrir pedras e metais preciosos. (História e Civilização – O Brasil Colonial)

tipos diversificados, Ora de bom trato, ora carrancudos e de poucas amizades. Alguns, com certa cultura, outros nem tanto. Alguns organizados e trabalhadores, outros sem a mínima organização e com pouco estímulo para o trabalho. Essas diversificações é que diferenciavam os povoados, transformando-os em mais desenvolvidos ou não.

A cidade de São José dos Campos surge de uma dissidência, na cidade de Jacareí, dando sua fundação, conforme nos coloca Taunay (1927:8):

... por ato oficial do Morgado de Matheus, Capitão General D. Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, a 27 de julho de 1767. A verdade é que a velha São José do Parayba se ergue nas vizinhanças do local onde houvera uma aldeia de Guaianazes, fundada no século XVI pelo venerável Joseph de Anchieta, aldeamento mais tarde trasladado, entre 1643 a 1660 diz Azevedo Marques, para o local chamado Villa Velha. Já em 1650, Ângelo de Siqueira Affonso e Francisco João Leme, obtiveram grandes sesmarias naquele districto, edificando a capella que primeiro lhe serviu de matriz.

É interessante observar que, na formação dos povoados, a igreja funcionava como órgão agregador, com prestígio e poder.

Nessa formação, os padres jesuítas têm papel importante na catequização e domesticação dos índios, a tal ponto que, num determinado momento da história, são vistos como estorvo na aquisição dos índios, como trabalhadores na terra, requisitados pelos senhores do engenho. Há, nesse momento, uma ruptura e os padres são expulsos, por volta de 1759, deixando de ter os privilégios de então. Eles recuam mas não deixam de continuar sua “missão”, longe da vista dos poderosos. Isso ocorre com a cidade de São José dos Campos, que tem seu nascedouro às margens do Rio Cumprido e, ao serem expulsos, os padres se deslocam para o centro dessa paragem e ali iniciam novo povoado indígena, onde viviam da cultura do algodão.

A cidade de São José dos Campos foi fundada, pelos jesuítas, em 1767, os quais participavam do desbravamento do País, abrindo caminhos para as bandeiras. A cidade recebeu esse nome em decorrência de o padre José de Anchieta ser o guia espiritual dos jesuítas e da grande planície local, que se constituía em campos extensos.

A cidade passa por ciclos que foram dando forma à sua constituição:

_ Ciclo da Agricultura

Surge a cultura do café, iniciando o Ciclo da Agricultura, por volta de 1870, e, em todo o Vale do Paraíba, surgem fazendas para o cultivo do café, e o índio, conforme coloca Taunay (1927:41) perde espaço, sendo expulso de sua terra: *“ainda naquela época existiam muitos índios no Valle do Parayba e em território fluminense: O café dentro em breve os expulsaria das suas terras ancestrais”*.

Foi áureo o período do café, e a região do Vale do Paraíba tem sua ascensão, nesse período, e a cidade de São José dos Campos começa a ter alguma expressividade, a partir de 1886, contando com o apoio da estrada de ferro que fora inaugurada em 1877.

Muller (1969:05) ressalta:

A difusão da cafeicultura por toda a região, efetuada no decorrer do século XIX, intensificou o povoamento rural e impulsionou a vida urbana. A maior ocupação das áreas rurais fez com que muitos moradores não pudessem manter contatos com os núcleos urbanos pré-existentes, levando assim, por razões ecológicas, ao aparecimento de novos aglomerados que pudessem atender às suas necessidades ...

Já com a decadência do café, Muller (1969:09), coloca:

Com a decadência da cafeicultura, os centros urbanos, paradoxalmente, se beneficiam, devido ao êxodo rural. Tornam-se o reduto de famílias de fazendeiros, que aí se asilam, dos negros e mulatos recém-liberados. Por outro lado, começam a ser procuradas por estrangeiros, pela oportunidade que ofereciam ao desenvolvimento das profissões liberais, artesanais e comerciais (Lucila Herman – Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos)...

_ Ciclo Sanatorial

No início do século XX, a cidade passa a ser procurada para tratamento de tuberculose, mas essa atribuição só toma impulso com a derrocada do café, por volta de 1930, iniciando o Ciclo Sanatorial. Conta a história que os doentes que não tinham dinheiro para pagar o tratamento, em Campos do Jordão, aportavam na cidade e se tratavam ali mesmo, com os recursos que a cidade dispunha para o combate ao bacilo da tuberculose.

Esse Ciclo tem sua base na constituição de locais para tratamento da tuberculose, no município, já que o ar dessa cidade era propício. Formaram-se sanatórios para tais atendimentos e algumas pensões também foram abertas, para abrigar as pessoas, que vinham de todos os locais do País. Esse período começa a perder fôlego com o progresso do tratamento da tuberculose, que não exige mais internação, nos casos simples.

Dias (2000:33) esclarece:

A salubridade do clima já era notório e as primeiras referências à tuberculose em São José dos Campos datam do final do século XIX, mas o núcleo de tratamento tisiológico e climatoterápico começou a surgir no início do século XX (...) São José dos Campos, como um centro de tratamento da tuberculose começou com um médico que foi o dr. Mario Galvão. Ele ficou doente e se tratou em São Paulo com o médico que era o mais renomado na ocasião, tisiólogo, professor da Faculdade de Medicina, o Dr. Clemente Ferreira, e se curou. Segundo

o pessoal antigo da época, foi ele quem sugeriu ao Dr. Mario Galvão iniciar uma clínica para tuberculosos em São José dos Campos.

Consta que, em 1935, a cidade de São José dos Campos foi transformada em estância hidromineral e só então obteve recursos oficiais para serem aplicados na área sanatorial. Surgiram clínicas e mesmo pensões, onde as pessoas ficavam para receber tratamento. Isso custou, à cidade, a fama de ser infestada pela tuberculose e a ser olhada com certa resistência.

Com a descoberta do remédio para a cura da tuberculose (estreptomina), o bacilo de Koch é dominado e há um influxo no tratamento, vendo-se novamente, a cidade, em crise de trabalho.

_ Ciclo Industrial

As primeiras fábricas a funcionar na cidade datam de 1902. Uma fábrica de bebidas e, posteriormente, por volta da década de 1920, surgem as cerâmicas, mas o processo industrial toma impulso após a instalação do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), em 1950, e também com a inauguração da Via Dutra, que passa a ligar os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, cortando a cidade de São José dos Campos e abrindo espaço para o início do Ciclo Industrial. Essa rodovia agiliza o tráfego entre os eixos e facilita o escoamento dos produtos produzidos nas imediações.

É importante ressaltar que o quadro da assistência social, na cidade, data do período sanatorial, época em que a cidade amparou muitos doentes sem condições financeiras e econômicas. Não podemos deixar de colocar que, no período de guerra, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) esteve presente, no atendimento às famílias dos soldados que foram para a guerra, mas esse é um dado nacional. No âmbito do município, no período sanatorial é que se aprofunda a questão social na cidade. Um outro dado é que a década de 1960 marca o processo de expansão capitalista na cidade, assim as consequências da

questão social se coloca em evidência e o Serviço Social é implantado nesta década.

Segundo Muller, no livro Geografia das indústrias (1969:05), são três as etapas do processo de industrialização no País e, concomitantemente, no Vale do Paraíba:

“1. Fase de pré-industrialização – das últimas décadas do século XIX até 1914: marcada pela lenta evolução numérica das instalações fabris e caracterizada pela predominância de indústrias ligadas ao aproveitamento de matérias-primas locais e atendimento, essencialmente, dos mercados locais e regionais.

2. Fase de paleo-industrialização – entre as duas guerras mundiais (1914-1938). Conforme afirma Roberto C. Simonsen, corresponderia à fase de industrialização brasileira em que, mais do que crescimento numérico dos estabelecimentos industriais, verificou-se a diversificação da produção industrial com a instalação de estabelecimentos de transformação de minerais não-metálicos, de beneficiamento de produtos agropecuários (na área em foco, especialmente laticínios), da indústria da madeira, além da intensificação do ramo têxtil (5). No entanto, tratam-se de indústrias ligadas, essencialmente, a bens de consumo.

3. Fase da industrialização moderna – que se instala a partir de 1938, em conseqüência da deflagração da II guerra mundial, em que, ao par do grande crescimento numérico de estabelecimentos (especialmente a partir de 1950, coincidindo com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra), aparece a indústria moderna (metalúrgica, mecânica e química), ligada a bens de produção.

Conforme censo industrial de 1960, a cidade de São José dos

Em São José dos Campos a crescente demanda e a alta dos aluguéis levou ao desenvolvimento de uma mentalidade especulativa, a uma ocupação cerrada do espaço urbano (com moradias se multiplicando em antigos quintais), ao aparecimento de áreas residenciais de luxo, mas, também, de verdadeiras “favelas” .

Há uma grande concentração industrial e ocorre o fenômeno da migração, para a região. Em consequência, o crescimento populacional torna-se desordenado, criando sérios problemas habitacionais (moradia, saneamento e infra-estrutura). Com a crise nacional, no final da década de 1980, e início da década de 1990, há um descenso e o número de desempregados na cidade fica em torno de 45 mil pessoas.

_ Ciclo Tecnológico

Com o desenvolvimento do processo histórico, outra fase surge, agregando a essas já especificadas. Essa quarta fase, o Ciclo Tecnológico, culmina com o processo de recessão, na década de 1980, com a crise do capital e do emprego. A cidade de São José dos Campos, mais especificamente, aproveita-se da instalação do CTA, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e dos institutos de ensino, e passa a adotar tecnologia avançada, se constituindo num pólo tecnológico de ponta.

1.4 A Cena Política

A cidade de São José dos Campos tem, na sua fundação, a direção estipulada pelo dirigente mor, instituído pelo governo da província. Passa a compor o Senado da Câmara, que era formado por pessoas ditas “homens bons”, que tinham a incumbência de fiscalizar todo tipo de questão que surgisse (saúde, econômico, habitacional, etc.).

Caio Prado Junior (1942:312), coloca:

O mais importante é o Senado da Câmara, que tem sua sede nas vilas ou cidades, e estende sua jurisdição sobre o termo respectivo. Há que se estranhar que falando de administração geral das capitanias, comece pelas câmaras, que são órgãos típicos da administração local. Mas aqui, mais uma vez, devemos pôr de lado nossas concepções atuais. No sistema administrativo da colônia, (...) não existem administrações distintas e paralelas, cada uma com esfera própria de atribuições, uma geral e outra local.

Dentro dessa perspectiva de indicação e forte controle dos representantes e administradores das localidades, os indicados deviam obediência ao poder central, sem liberdade e autonomia administrativa e nem política.

É importante lembrar que o Estado Brasileiro foi organizado através de Constituições, que instituíram três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Questões históricas revelaram a supremacia do Poder Executivo, principalmente após a década de 1950.

Ações governamentais desenvolvem-se nas áreas de Educação, Saúde Pública, Habitação Popular, Previdência Social e na de Assistência Social.

No século XX, a cidade de São José dos Campos está atenta ao que acontece no cenário político do País, inicialmente com representantes escolhidos pelos governadores, para a câmara municipal. Posteriormente, conta com uma câmara eleita e com o prefeito empossado e, na década de 1930, com a destituição do poder geral dos municípios e Estados, os Poderes Executivo e Legislativo passam a ser empossados.

Na década de 1930, sob a presidência de Getúlio Vargas, o governo exerce forte domínio no âmbito da política econômica e da política social.

Vieira (1995:38), coloca: *“A trajetória ideológica de Getúlio mostra então que a industrialização conduziria diretamente ao surgimento de um capitalismo nacional, com a conseqüente emancipação econômica da nação”*.

Ainda enfocando o pensamento de Getúlio Vargas, Vieira (1995:41), assinala:

As manifestações do Presidente da República, referentes à política social, ganhavam normalmente a designação de “progresso social” ou de “bem-estar social”, numa evidente preocupação com a chamada “paz social”. Havia, sem dúvida, especial atenção de Getúlio neste campo, conforme se pode constatar pela persistência em aludir aos temas de política social em seus discursos e em suas mensagens.

Getúlio fez um governo voltado para a setorização das ações de enfrentamento à questão social, não desenvolvendo uma política global que combatesse as deficiências do País em seus mais variados campos, tais como Educação, Saúde Pública, Previdência Social, Habitação e Assistência Social.

Getúlio Vargas sofre, em sua gestão, a interferência da conjuntura econômica e política mundial, bem como a crise mundial do capitalismo, assim como a Revolução de 1930, no País, quando novos grupos sociais almejam participar da gestão do poder e uma camada de militares buscam novos rumos, por um novo projeto.

Mota e Lopez (1995:118) colocam:

A partir de 1930, o campo cedeu passagem à cidade: cada vez mais brasileiros começam a morar nos centros urbanos. Do ponto de vista político, a democracia liberal das oligarquias foi substituída pelo Estado corporativo, de inspiração fascista. Mais uma vez, a maioria da população foi excluída do processo político. As eleições foram suspensas, o congresso foi fechado. O controle das decisões de governo coube a um único homem: o gaúcho Getúlio Vargas.

A crise de 1929¹², no mundo e também no Brasil, provocou demissões, desemprego, falências e fluxo migratório campo-cidade. No Brasil especificamente, o excedente de café obrigou os senhores da cultura cafeeira a mudar seu perfil de cultivo da terra e outros produtores em decadência migraram para a cidade, em busca de novos meios de sustentação.

Getulio Vargas enfrenta, em sua gestão, várias insurreições, tais como a Revolução Constitucionalista, em 1932, iniciada em São Paulo, cujo enfoque era a exigência de respeito aos princípios federalistas contidos na Constituição de 1891, que foi abafada após grande resistência por aliados do governo.

Posteriormente, em 1935, ocorre a insurreição comunista, que é denominada também de “intentiona”, movimento de um grupo de tenentes liderado por Luís Carlos Prestes, que havia se filiado ao Partido Comunista e fundado a Aliança Nacional Libertadora (ANL), alcançando legalização. Posteriormente ao levante, seus membros foram perseguidos e exilados, e toda a movimentação se dá em decorrência de discordância no teor da nova Constituição, vendo frustradas as perspectivas de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em seguida, em 1937, ocorre o levante integralista, em que é forjado um plano, para pressionar a população, que pudesse justificar a intervenção armada. Isso quer dizer que, para não ter que se explicar à população e não ter sua imagem comprometida, o governo, via subterfúgio, encena uma ameaça dos comunistas, para justificar a sua ação na concentração de poder. Em 10 de novembro de 1937, é publicada a nova Constituição, instaurando a ditadura do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945.

¹² Em 1929 quebra a bolsa de Nova York, o sistema financeiro entra em colapso e o Brasil como país dependente, não tem como se sustentar, e o café que era a sua fonte de exportação ficou sem saída, levando o País a crise a diminuição do poder de compra. A crise foi mundial, tratando-se da crise do sistema capitalista internacional.

Em seu governo, Getúlio teve de equilibrar e sanar os problemas econômico-financeiros do País e, ao mesmo tempo, voltar-se à ampliação do crescimento industrial intervindo vigorosamente no domínio econômico.

Para a área social, no Governo Vargas, Yamamoto (1996:138,140,141), coloca:

...já dentro da ditadura varguista – ao mesmo tempo em que busca impedir que a arbitragem do conflito saia da esfera policial. Importa reter, dentre os diversos aspectos da prática social do empresariado durante esse período, dois que se relacionam diretamente com a implantação e desenvolvimento do Serviço Social. O primeiro refere-se à crítica do empresariado à inexistência de mecanismo de socialização do proletariado, isto é, de instituições que tenham por objetivos produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril (..) O segundo aspecto a ser retido refere-se ao conteúdo substancialmente diverso da política assistencialista desenvolvida pelo empresariado no âmbito da empresa. (...) Os benefícios são condicionados ao comportamento diante das greves e a uma vida regrada. Os mecanismos assistenciais aplicados individualmente pelos empresários se constituem em atividades que, mesmo no plano estritamente contábil, tem um custo adicional reduzido ou mesmo nenhum. Nesse sentido, apesar de sempre aparecerem sob a aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração.

Nesse sentido, Yamamoto (1996:244) reafirma:

A noção fetichizada dos direitos, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação. A legislação social, assim como as instituições que a complementam, não podem ser vistas apenas sob o prisma das carências que o aprofundamento do modo de produção faz aflorar: condições de

moradia, trabalho, acidentes, insuficiência alimentar, desagregação familiar, abandono e mortalidade infantil, doenças, etc. O problema da integração de grandes novas massas urbanas, de novas forças sociais que se adensam juntamente com o crescimento das atividades produtivas urbanas, tem por centro o fato de que o prosseguimento da acumulação capitalista exige que esses setores sejam mantidos continuamente em estado de carência – com a expansão da acumulação se dando na ordem direta do aumento da miséria relativa da população trabalhadora e do aprofundamento de sua subordinação ao capital.

Desta forma, lamamoto (1996:241) continua:

A pressão pela ampliação da cidadania social torna necessário algo como uma renegociação periódica de um Contrato Social, através do qual o Estado procura a integração e mobilização controlada dos trabalhadores urbanos pela corporação progressiva e falsificação burocrática de suas reivindicações e aspirações. A paz social do Estado corporativo pressupõe, assim, o surgimento constante de novas instituições – Seguro Social, Justiça do Trabalho, Salário Mínimo, Assistência Social, etc. – que aparecem em conjunturas determinadas como respostas ao desenvolvimento real ou potencial das contradições geradas pelo aprofundamento do modo de produção que atinjam o equilíbrio das relações de força. O desenvolvimento da Legislação Sindical e as Instituições de Previdência e Assistência Social são ilustrativas deste processo.

As expressões da questão social estão postas à vista da sociedade e do Estado, como na fala de lamamoto (1982), percebe-se com clareza a necessidade da intervenção do Estado.

Com a urbanização expandida, e com o aumento de trabalhadores nas fabricas, suas necessidades, os levam a se mobilizar para reivindicar “direitos”. Esses movimentos se ampliam neste período, ocupando os espaços da cidade.

À medida que essa relação patrão x operário se complexifica, as expressões da questão social passa a chamar atenção, É necessário medidas de contenção.

Yazbek (1980:27), ressalta:

A revolução de 1930 bem como a reorganização econômica após a crise de 29 possibilitam a dinamização do setor industrial e, pouco a pouco, vão sendo firmadas e garantidas as condições para consolidação do processo de acumulação de capital na indústria (...) O Estado que emergiu da revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias, ao mesmo tempo que procurava estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações.

À medida que o Estado legaliza as ações trabalhistas, também controla e delimita a ação do trabalho não só no campo formal, mas também na vida dos trabalhadores do mercado informal e dos pobres, em geral.

Mestriner (2005:105) vem dizer que:

A própria constituição de 1937 coloca que o trabalho é dever de todos (art.136), o que implica crime o não-trabalho. Assim, como que num movimento de punição, define que não merece garantia de atenção aquele que não trabalha e não produz.

Criando uma dualidade entre a atenção previdenciária e as ações assistenciais, a legislação faz diferenciar as garantias de direito, das práticas de concessão, construindo uma forma peculiar de reprodução estatal da força de trabalho. Instalando o primado do trabalho, alija o trabalhador sem carteira assinada da regulamentação jurídica, reservando-lhe apenas a caridade e a benesse.

Enquanto os trabalhadores formais, geralmente os da indústria, são transformados em sujeitos coletivos pelo sindicato, os informais são enquadrados como pobres, dependentes da ação das instituições sociais, dissolvidos em atenções individualizadas e não organizadas. Tal realidade ainda se dá hoje, no âmbito da assistência social, onde

quem ocupa o espaço coletivo é a organização das entidades sociais, pelo peso dos *lobbies* que exercem, e não a população, que é demandatária de suas atenções.

Isso posto, a perspectiva, que vai sendo assumida, é a da benemerência e da solidariedade. Ocorrem mudanças, mas a pobreza não é enfrentada, não é combatida. E Mestriner (2005:220), ressalta:

Assim, se para a emergente classe operária brasileira, as ações no campo da proteção social se redefinem como parte de um pacto entre as classes sociais, para o trabalhador pobre, sem carteira assinada ou desempregado restam as obras sociais e filantrópicas que mantêm-se responsáveis pela assistência e segregação dos mais pobres, com atendimento fragmentado por segmentos populacionais atendidos. A atenção à criança predomina e permanece asilar, “o confinamento em instituições especializadas... afigurava-se o correto caminho a seguir. O isolamento dos desajustados em espaços educativos e corretivos constituía estratégia segura para a manutenção “pacífica” da parte sadia da sociedade. (Adorno,1990:9) A proposta era de “psicologizar” as ações junto aos segmentos empobrecidos da sociedade, realizando a reforma social e moral dos indivíduos pobres. A ação filantrópica nesse período vai efetivar-se como reação à “questão social” sob a perspectiva da doutrina social da Igreja.

Do ponto de vista estatal, a atenção para esses segmentos vai basear-se numa lógica de benemerência, dependente de critérios de mérito e caracterizada pela insuficiência e precariedade moldando a cultura de que “para os pobres qualquer coisa basta”

A Previdência Social, mesmo alargando sua área de atuação, não cobre os trabalhadores rurais, os trabalhadores domésticos, os profissionais liberais, bem como os autônomos, os funcionários civis e militares.

Em 1935, a cidade de São José dos Campos torna-se Estância Hidromineral e Climática e o representante do Poder Executivo passa a ser nomeado e os representantes do Legislativo são escolhidos via eleição.

Com a renúncia de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, é eleito Eurico Gaspar Dutra, que promulga, em 18 de setembro de 1946, uma nova Constituição, restabelecendo a independência dos Poderes Executivo e Legislativo, com eleições diretas em todos os níveis; mas São José dos Campos, por ser Estância, continuou sem autonomia.

A década de 1940 caracterizou-se pela instabilidade política. Na época, passaram pela cidade vários prefeitos que, ao não se adequarem às exigências do governador, eram depostos e substituídos por outro interventor.

Dias (2000:159) relata:

Assim como havia acontecido nas décadas de 30 e 40, a de 50 também se caracterizou pela grande alternância no cargo de prefeito: entre nomeações, interinidades e uma eleição, 8 nomes diferentes ocuparam o cargo, sendo que um o ocupou em três ocasiões diferentes.

Vamos trabalhar os governos, privilegiando os períodos significativos para as políticas sociais, no caso o Governo de Getúlio Dorneles Vargas e Juscelino Kubstschek, o período da ditadura militar e os governos mais atuais.

Em 1954, é preparado um golpe contra o presidente da República, e, antes do sucedido, Getúlio se suicida. Sua morte causa intensa comoção e trauma nacional, revelando o populismo que engendrava a política não só do Brasil como da América Latina, representado, por exemplo, por Perón, na Argentina. Na carta que deixou, Getúlio, no final, afirmava:

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek toma posse como presidente da República, após percorrer um longo caminho de percalços, pois uma facção do exército tentou impedi-la, mas esse movimento foi abafado por seus correligionários.

O programa político de Juscelino tinha, como características principais, a manutenção da ordem legal, a confiança no futuro - desenvolvimentismo -; e um clima de otimismo – ingresso do capital estrangeiro no Brasil.

Juscelino conta, em seu governo, com um bom desempenho em relação às forças políticas. Tem o apoio e a sustentação do Parlamento e das forças armadas.

Com aliados nas questões trabalhistas, estabelece relações diretas com os sindicalistas e impõe uma certa repressão aos desobedientes.

Juscelino, em seu segundo dia de mandato, criou o Conselho de Desenvolvimento, responsável pela coordenação do Programa de Metas - energia, transportes, alimentação, indústria de base. Essa proposta significou, sobretudo, restringir o desenvolvimento apenas à industrialização.

Em seu governo, 29% da população tinha renda superior a um salário mínimo e 70,33% ficava na faixa de um salário mínimo, dentro da perspectiva de um custo de vida elevado.

Juscelino, ao longo de seu mandato, fugiu de conflitos abertos com interesses tradicionais, e gerou a chamada Administração Paralela.

Vieira (1982:95) explica:

(Juscelino) Atuou dentro da burocracia oficial já existente e fugiu de conflitos abertos com interesses já tradicionais, sobretudo representados no Congresso Nacional. Mas gerou, por outro lado, o

que tem sido chamado de administração paralela. Então, muitos dos velhos órgãos administrativos continuavam reservados aos interesses dos antigos grupos dominantes, fervorosos adeptos da política de clientela. A administração paralela procurava dar dinamismo ao processo econômico sem contrariar suas raízes tradicionais.

No governo de Juscelino, no que diz respeito à política social, foram produzidos projetos e medidas pouco vigorosos, como o da educação, que apontou o combate ao analfabetismo. O programa abrangia, nesse período, 50% de analfabetos no País, e as medidas de enfrentamento da questão eram esparsas e dependente dos poderes dos Estados brasileiros; a previdência social atendia ao trabalhador urbano; a habitação foi um dos setores mais relegados. Revelou-se, em sua gestão, uma extrema valorização da área econômica, em detrimento da área social.

Entre o governo de Getúlio Vargas e o de Juscelino Kubitschek, com a morte de Vargas, assume Café Filho, temporariamente, que fica no poder de agosto de 1955 a janeiro de 1956, sem apresentar, no campo da política social do País, qualquer ação de destaque.

No governo juscelinista, a educação passa a ser obrigatória, pelo menos o ensino primário, dando enfoque para a qualificação de mão de obra, com cursos de profissionalização. É também aprovada a Lei Orgânica (Lei 380/60), que vem direcionar e uniformizar a legislação previdenciária.

Juscelino não investe na política habitacional, ocasionando um déficit e a conseqüente criação e ampliação de grandes núcleos de favelas, com populações maiores que a de algumas capitais.

A participação popular foi permitida, nessa gestão, desde que vigiada e delimitada. Vieira (1982:126) coloca:

Antes de tudo, deve-se salientar o fato de que Juscelino também abriu às massas populares a possibilidade de participar na luta

política de então. Cumpre ressaltar, no entanto, a existência de limites bem definidos para esta participação, limites muito mais estreitos do que os concedidos no período getulista. Em nome da ordem vigente, o governo juscelinista delimitara o espaço consentido para a mobilização dos trabalhadores, embora chegasse a admitir suas reclamações e até a concordar com a influência deles sobre as alianças partidárias.

No dia 14 de janeiro de 1958, é aprovada, na Assembléia Legislativa do Estado, emenda constitucional, liberando as eleições para a capital e o município onde houvesse Estância Hidromineral.

Nos anos 1960, são instaladas diversas faculdades na cidade de São José dos Campos, entre elas, em 1969, a Faculdade de Serviço Social Ministro Tarso Dutra (que hoje compõe as faculdades integradas que formam a Univap). A cidade torna-se, já nesse momento, apesar de toda turbulência política, o mais importante município do Vale do Paraíba.

No período, o sucessor de Juscelino na Presidência da República, Jânio Quadros, fica no poder de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto do mesmo ano, sendo tema de seu governo a moralização, a austeridade na vida pública, a democracia, a liberdade sindical e o direito de greve.

Jânio renúncia após forte e enérgica oposição. Com sua renúncia, houve atitude contrária à posse do vice-presidente João Goulart, e a mobilização de políticos e de alguns movimentos populares influentes, que se posicionaram favoráveis à sua posse.

Nessa década, a democracia sofre um forte golpe, com a ditadura militar. O regime instaurado em 1º de abril de 1964, conduziu o País a um forte processo de centralização do poder administrativo e fiscal, tirando-o dos municípios e Estados.

O Golpe militar de 64 derrubou Goulart, que foi exilado, assumindo o poder o deputado Ranieri Mazzilli. Os militares, sob o governo do Marechal Castelo Branco, publicaram o Ato Institucional n.º 1 que, em seu teor, mantém a Constituição de 1946; impõe a eleição do novo presidente e vice-presidente; e tem o poder de tirar mandatos e promover cassações.

É importante lembrar que Castello Branco é eleito em 11 de abril de 1964 por um Congresso Nacional já mutilado por cassações e suspensão de direitos políticos.

A partir de Castello Branco, emerge, no País, o questionamento sobre as eleições indiretas. Há a experimentação, para governador, e, a partir de então, os presidentes e governadores passam categoricamente a ser tirados de eleições indiretas, reprimindo o exercício do voto popular e deixando a oposição à margem do poder.

Castello Branco transfere o poder presidencial a Costa e Silva, que é impedido, posteriormente, por doença. O seu vice, Pedro Aleixo, não assume, tolhido por um golpe de estado.

De 1964 a 1968, os Poderes Legislativo e Judiciário passaram por evidentes dificuldades, mas com a edição do Ato Institucional n.º 5, a situação piora. A nação é colocada sob o poder absoluto do Executivo militar, com o AI-5, que nasceu com Costa e Silva e perdurou pela gestão de Médici e Geisel.

O movimento de 1964 abriu totalmente o processo do monopólio internacional, colocando as carências do mercado interno em segundo plano. Esse movimento representou um turbilhão para as atividades educacionais, com repressões e sanções às manifestações e expressões dos estudantes, professores e funcionários do setor.

Nesse período, com o intuito de unificar os fundos e institutos de pensão, é criado o Instituto Nacional de Previdência Social (Inps), que

não suporta a demanda, realizando contratos com a rede privada, no setor hospitalar.

O Golpe de 64 afastou o povo das manifestações, que passa a ser apenas informado sobre as últimas decisões do governo. Relega-se e explora-se a grande massa popular.

Uma das medidas da ditadura militar foi a centralização do poder na Universidade, com o objetivo de manter a ordem e o controle dos estudantes.

Silva e Silva (1994:25), em seu livro, esclarece:

Apesar das repressões, continuaram fortes as manifestações de descontentamento com o ensino superior brasileiro, até que, em 1968, foram contidas, com a reforma do ensino superior e com medidas adicionais de repressão, expressas, sobretudo, pelo Decreto-lei n.º 477, que atribuía às autoridades universitárias e ao MEC poder de desligar e suspender estudantes que viessem a se envolver com atividades consideradas perigosas para a segurança nacional, ficando esses estudantes impedidos de se matricular em qualquer curso superior no Brasil, por três anos. Esse decreto-lei também estabeleceu o jubramento, como outra medida disciplinar proibindo, portanto, qualquer participação estudantil, estendendo essa proibição a professores e funcionários que, se surpreendidos nas mesmas atividades, seriam impedidos de trabalhar no ensino superior brasileiro, durante cinco anos.

A partir desse movimento, são destituídas as faculdades e departamentalizados os cursos, que perdem a autonomia administrativa. Tem início, nesse período, um *boom* no crescimento de faculdades privadas, na perspectiva da mercantilização do ensino, e consolida-se o aumento de cursos, como frisa Netto (1990:124):

Em pouco mais de uma dezena de anos, o sistema de ensino superior (público e privado), passou a oferecer, em todo o país, cursos de Serviço Social numa escala impensável uma década antes

– se em 1960, havia 1.289 estudantes de Serviço Social, em 1971 o seu número chegava a 6.352”.

Nos anos 1960, as instituições universitárias brasileiras eram constituídas por um conjunto de faculdades e cursos, muito pouco voltados para a pesquisa. Em 1970, esse quadro começa a modificar-se, com a implementação de um novo modelo, que vai estimular o trabalho docente em tempo integral; e cria a estrutura departamental e a pós-graduação. Mesmo discordando de seus fundamentos, a reforma universitária estabelecida pelos militares buscou inserir as universidades, sobretudo as públicas, no contexto do desenvolvimento nacional.

Como nos demais governos de 1964 a 1978, a área da política social limitou-se a uma série de decisões setoriais, não se configurando, de fato, em estratégias de combate à problemática social no País.

As ações sociais setorizadas não vieram para consolidar uma ação política social, mas, tão-somente, para confundir e dividir a opinião pública, desmobilizando os movimentos reivindicatórios.

Num processo dinâmico, o período de 1930 a 1978, é marcado por grandes mudanças para a vida do País.

Esse longo período, dos anos 1930 até o final da ditadura, trouxe reflexos, à vida dos brasileiros, vigentes até os dias de hoje, como, por exemplo:

_ As conquistas de direitos trabalhistas, como a regularização da previdência social, o direito de greve, etc.;

_ A abertura ao mercado internacional;

_ A Ditadura Militar, os atos institucionais, entre outros.

Durante a ditadura, o município passa a ser um mero instrumento na efetivação das políticas impostas pelo Governo Federal, e São José

dos Campos só retoma a eleição com a abertura política, em 1978, tendo um governo da oposição, na época do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Apesar de toda a propagação de democracia, o governo não abriu espaço à participação da comunidade, como nos coloca Minamisako (1992:76):

Apesar de todos os limites já mencionados anteriormente e compreendendo a proposta política do PMDB, contida em sua carta programática, na perspectiva da democracia liberal, colocando a participação representativa como limite, esta gestão teria exercido um papel importante, na medida em que contribuísse no processo educativo de uma participação efetiva, fortalecendo assim a sociedade civil na conquista de uma real democracia. Porém, enquanto partido político, preservou uma feição elitista e excludente, não se prestando a uma ação intermediadora que permitisse a coesão interna dos movimentos sociais que se gestavam, avessos ao clientelismo.

Há o enfoque de que só há desenvolvimento de um país quando acontece o desenvolvimento integrado entre o econômico e o social, muito embora tal constatação tenha ficado no discurso.

Avaliando o percurso dos governos até agora apresentados, nota-se que os governantes estiveram voltados para o desenvolvimento econômico, tão-somente. O social, nesse período, não alcançou importância e legitimação.

Fazendo um contraponto entre as décadas assinaladas e o momento presente, verifica-se que pouca coisa mudou. Há uma roupagem nova, uma nova maneira velha de administrar o poder e exercer forte domínio sobre a população.

Há, no entanto, algumas experiências importantes, no exercício do poder, com perspectivas democráticas e socializantes, envolvendo a população, favorecendo o seu papel de controle e fiscalização,

desmistificando o papel do poder centralizado, abrindo possibilidades de fomentar a participação popular, viabilizando o exercício da cidadania.

Registra-se a presença dos engodos, o ludibriar e a massificação, realizada pelos meios de comunicação, que se colocam a serviço dos interesses da burguesia, que busca manter o poder a todo custo e a qualquer preço, mesmo que, para isso, seja necessário usar a força e demonstrar o poderio econômico que possui.

Muito se falou em democracia, na época, principalmente nos idos de 1980, e de democracia se ouviu falar nos discursos, fazendo parte do sonho de alguns revolucionários, com raras exceções.

Com a Constituição Federal de 1988, abrem-se, à sociedade, possibilidades de organização e participação social; os mecanismos foram institucionalizados e é necessário legitimá-los.

Abre-se, para a sociedade, a possibilidade de se fazer ouvir, e de ser parte do poder, utilizando o mecanismo de participação nos conselhos, fóruns e afins. Essa é, para o Brasil, uma experiência nova, que a população está aprendendo a utilizar. Após anos de ditadura, ver o povo nas ruas para reivindicar algum direito, seja pelas Diretas Já, em 1984, ou mesmo o *impeachment* do presidente Collor de Mello, em 1997, são atitudes fruto de uma concepção mais crítica do papel da sociedade civil e sua mobilização na condução econômica, política, cultural e social do País

II Capítulo

**O Serviço Social no Final da Década de 1960 e Década de 1970,
neste Cenário.**



O Serviço Social no Final da Década de 1960 e Década de 1970,
neste Cenário

A história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas,

porque seu tema não pode ser isolado

. Eric Robsbawm

É importante ressaltar, antes de entrarmos propriamente na década de 1960, que enquanto o Serviço Social tem início, formalmente, no Brasil, com a fundação da Escola de Serviço Social, em São Paulo,

em 1936, em decorrência da expansão industrial e dos problemas sociais que se proliferam a partir da exploração da mão-de-obra e das péssimas condições de trabalho, no período, São José dos Campos está lidando com a tuberculose e não tem, nesse primeiro momento de agravamento da saúde e de pobreza dos que aportam na cidade, nenhum contato com a profissão.

Oficialmente, a Santa Casa de Misericórdia, a primeira obra social a compor o cenário de atendimento médico-assistencial aos pobres, na cidade, foi fundada em 15 de agosto de 1898; aparecendo, posteriormente, os sanatórios.

Sposati e Falcão (1989:63) colocam:

É de se lembrar, também, o destaque que as misericórdias e suas Santas Casas exerceram nesse campo desde o Brasil Colônia. As confrarias e as associações de socorro mútuos foram as formas institucionais iniciais, com que a sociedade buscava resolver “problemas Sociais”.

A primeira escola pública da cidade foi fundada em janeiro de 1828. Anteriormente, existiam escolas particulares mantidas pelos jesuítas e/ou professores contratados para ministrar aulas particulares em domicílio.

A Igreja, já nessa época, fazia caridade aos pobres, buscando atender o lado material, conjugado ao lado espiritual.

Silva e Silva (2002:25), analisando esse momento, traz como contribuição que:

Nesse momento da conjuntura nacional, o Serviço Social ainda é um projeto embrionário de intervenção profissional. Apresenta-se como estratégia de qualificação do laicato da Igreja católica que, no contexto do desenvolvimento urbano, vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados, para o desenvolvimento de uma prática ideológica junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias.

Procura-se com isso, atender ao imperativo da justiça e da caridade, em cumprimento da missão política do apostolado social, em face do projeto de cristianização da sociedade, cuja fonte de justificação e fundamento é encontrada na Doutrina Social da Igreja.

Ao abordar esse início da profissão, suas características e a identidade que lhe é atribuída nesse momento, é importante ressaltar que o País está num processo franco da industrialização, num contexto em que ocorre a sobreposição da burguesia industrial, sobre o poder do Estado. A intensa concentração populacional e o constante êxodo rural, cria um grande contingente populacional na malha urbana e, conseqüentemente, ocorre, com intensidade, o emergir das expressões da questão social, eclodindo na sociedade; em decorrência, o Serviço Social tem suas bases deslocadas para o Estado.

Silva e Silva (2002:25) assim a exprime: *“Suas bases de legitimação são deslocadas para o Estado e para os setores empresariais da sociedade, ao mesmo tempo em que o assistente social e se transforma numa típica categoria profissional assalariada”*.

A cidade de São José dos Campos, no século XX, vai incorporando algumas entidades sociais ligadas à Igreja, que realiza atendimento filantrópico. São orfanatos (tais como, Casa Santa Inês, Éden Lar, Casa dos Meninos e das Meninas), Santa Casa de Misericórdia, sanatórios (tais como, Maria Imaculada, Antoninho da Rocha Marmo, Vicentina Aranha), distribuição de sopa, do leite, de alimentos, em algumas paróquias (tais como, paróquias de Santana, São José, Sagrada Família), entre outras ações.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) instala-se na cidade, em 28 de agosto de 1942, com o nome inicial de Comissão Municipal e realiza o trabalho de assistir à população carente e, em especial, dar respaldo aos familiares dos pracinhas que foram à guerra, e, depois, num outro momento, trabalha com a proposta de atender a criança, a gestante e trazer cursos profissionalizantes.

A LBA tem como missão trabalhar pelo bem da sociedade. Foi registrada no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como uma sociedade civil sem fins lucrativos e com a responsabilidade de agregar organismos e forças sociais para promover serviços sociais. Segundo Sposati e Falcão (1989:14)

É nessa ocasião que ocorre forte chamamento aos governos estaduais, através das primeiras-damas, buscando a união de esforços. Os usuários são as famílias dos pracinhas; os servidores – dessa sociedade de frágil organização burocrática – são as voluntárias e alguns funcionários públicos disponibilizados para o trabalho com as primeiras-damas. Naquele momento a LBA não tinha quadro funcional próprio. Era o tempo da Madrinha dos Combatentes, das campanhas de cigarros, etc. Sua organização expressa a “parceria” entre o voluntariado civil e o empresariado. Com a criação da LBA o papel contributivo da mulher no enfrentamento das situações sociais adversas reforça-se, já que a esse órgão coube a mobilização da sociedade civil durante a II Guerra Mundial.

Pelo fato de ser preponderantemente conduzido por mulheres, esse trabalho, em decorrência da cultura da época, identificava-se com uma visão segundo a qual coisas do coração e sentimento cabiam às mulheres, e o que se reportava à razão cabia ao governo (aos homens). Portanto, pobre é coisa para as mulheres darem conta e resolver essa questão é um problema do âmbito domiciliar.

Ao final da II Guerra Mundial, nos diferentes países, começam a se estruturar meios para dar conta do caos que a guerra deixou, e formou-se pactos, entre as classes sociais, o que vai resultar no Estado de Bem-Estar Social, que provê a seus cidadãos condições de bem-estar.

Silva e Silva (2002 :56) ressalta:

Há consenso que o EBES define-se, de modo geral, pela responsabilidade do Estado pelo bem-estar de seus membros. Trata-se de manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos,

como questão de direito social, através de um conjunto de serviços provisionados pelo Estado, em dinheiro ou em espécie.

Trata-se da intervenção do Estado no processo de reprodução e distribuição da riqueza, para garantir o bem-estar de todos os cidadãos, porém, no Brasil, este Estado de Bem-Estar Social não consegue se efetivar e somente no final dos anos 1980 é que vai definir-se constitucionalmente, no País, como sistema de Seguridade Social

Não podemos deixar de ressaltar que o desenho da política social foi marcado por um processo lento, dificultando a viabilidade do direito.

Behring e Boschetti (2006: 110), com ampla discussão sobre a política social no Brasil, colocam:

Podemos afirmar que sua expansão (política social) foi lenta e seletiva; marcada por alguns aperfeiçoamentos institucionais, a exemplo da separação entre os Ministérios da Saúde e Educação em 1953, e da criação de novos IAPs¹³. A disputa de projetos implicou em certa paralisia no campo da política social no contexto da ordem democrática limitada ...

As autoras fazem menção a postura exercida pelo governo com as medidas de assistência social aos trabalhadores.

Sposati e Falcão (1989:16) traduzem:

Nos diferentes países aliados, ao final da II Guerra Mundial, começa a tomar forma o pacto interclasses sociais, que vai sustentar o que se chamará o Estado de Bem-Estar Social. Os serviços sociais devem, nesses países, prover a todos os cidadãos. As garantias, pelo Estado, da seguridade social não chegam porém ao Brasil. Aqui os serviços sociais são estendidos gradualmente a alguns trabalhadores, a partir do tipo de ocupação que desenvolvem. E não se dirigem a todos, nem a todas as necessidades.

¹³ Instituto de Aposentadorias e Pensões - IAPs

Com a retomada democrática, em 1945, há alternância na coordenação da LBA e, por incompatibilidade ideológica, é ameaçada de extinção, pelo presidente da República (José Linhares), só não vindo a ocorrer de fato em razão do apelo direcionado de vários locais do País.

Sposati e Falcão (1989:18) acentuam:

A LBA, embora tivesse sua institucionalização rejeitada na conjuntura democratizante dos anos 40, já que patenteava tal distinção entre “cidadãos da assistência” e “cidadãos da previdência”, permanece com atribuições modificadas: “a defesa da maternidade e da infância através da proteção à família procurando por todos os meios a racionalização de diretrizes e de ação tendentes a um perfeito aproveitamento da assistência social em suas diversas formas”. (Portaria 1.596 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores)

Na década de 1950, a LBA assume preponderantemente um caráter assistencial, respondendo às necessidades apresentadas pelo capital, e pelos trabalhadores, preparando mão-de-obra e aumentando o número de atendidos quanto a bens de consumo e controle social, com arrecadação de fundos para manutenção de obras de caridade, auxílio econômico, amparo à família, orientação maternal, fornecimento de filtros, campanha de higiene, manutenção de creches e orfanatos, lactários, colônias de férias, assistência médico-odontológica e concessão de instrumentos de trabalho. Mantém, nesse período, um trabalho paralelo à ação governamental.

Após a segunda guerra mundial, com o surgimento do americanismo, o Serviço social passa a receber influencia norte-americana e condensa expressões do tecnicismo. Neste período a política econômica assume peso maior, em detrimento a política social é colocada em segundo plano. O Serviço social é entendido neste momento como uma grande ferramenta aos mecanismos do Estado.

Silva e Silva (2002:26) observa:

Entretanto, o Serviço Social passa a ter uma presença significativa no projeto de desenvolvimento nacional quando, durante a década de 50, a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais se empenham em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade (DC) como estratégia de integrar os esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento. Pauta-se por uma visão acritica e aclassista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica equilibrada, percebendo a comunidade como unidade consensual ...

Busca-se com a união entre população e Estado chegar ao desenvolvimento, num processo de modernização, mas com apropriação cultural vigiada, controlada.

Essa movimentação ganha força e propensão com a crise da perspectiva desenvolvimentista, que acaba gerando frustrações e desacordos em amplos setores sociais, o que é buscado enfrentar pelo Estado, com adoção de uma política populista, com modelo nacionalista contrapondo a propositura do internacionalismo da economia política.

Nesse momento, segundo Silva e Silva (2002:28):

A prática profissional começa a deslocar seu eixo de preocupação do indivíduo para a comunidade, dando margem à adoção de novas técnicas como reunião e nucleação de grupos. Os valores norteadores da profissão passam a se pautar pela busca do avanço técnico na perspectiva do ajustamento do indivíduo numa sociedade harmônica.

Na década de 1960, mais precisamente no pós-64, a LBA sofre uma interferência do governo militar, com redução de recursos, e, em 1974, dá-se sua institucionalização como órgão governamental.

Nos idos de 1966, ocorre uma série de mudanças, na Instituição: as Comissões estaduais passam a Diretorias Estaduais, e demarcam o início da assistência profissional. É criada a Divisão de Serviço Social, com novo estatuto, integrando, além da defesa à maternidade e infância,

a defesa ao adolescente. São criados os Departamentos de Educação para o trabalho, Medicina Social e Serviço Social; e mantidos os Departamentos de Administração e da Procuradoria.

Em 1969, a LBA passa a receber recursos advindos da Loteria Esportiva, que a ela destina 40% de sua renda líquida. Deixa, nesse ano, de ser um órgão legiãoário, transformando-se em Fundação, pelo Decreto-Lei 593, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A década de 1960 é marcada pelo regime político militar ditatorial, que produz um contexto de assistência e repressão no tratamento à questão social. Há aceleração da economia e, no âmbito da política social, é dada prioridade à formação dos trabalhadores, com o intuito de favorecer seu ingresso no mercado de trabalho formal, que mantinha demanda de mão-de-obra.

Iamamoto (1996:83) coloca:

Como substitutivo do esvaziamento dos canais de participação política dos trabalhadores, são intensificados os programas de cunho assistencial, centralizados e regulados pelo Estado e subordinados às diretrizes políticas de garantia da estabilidade social e de reforço à expansão capitalista. Em outros termos, a nova peculiaridade no enfrentamento da questão social, no que concerne à assistência, é que ela passa a ser organizada de modo a atender a um duplo requisito: favorecer a acumulação de capital pela iniciativa privada e subordinar-se aos preceitos da segurança nacional.

Nesse contexto é que a prática social se vê utilizada pelo poder do capital para dar conta de organizar e manter a ordem social, atuando como meio regulador de conflito social.

Iamamoto (1996:86) continua:

Paralelamente se diversificará as demandas feitas ao meio profissional no sentido de assumir e enfrentar uma série de tarefas e

funções relativas à implementação das políticas sociais, dentro da nova racionalidade que o modelo político impõe. A isso se acrescentam os efeitos da burocratização crescente produzidos pela modernização do aparelho de Estado. Este fato, que também se reflete no interior das empresas, torna ainda mais necessária a existência de funcionários especializados nas tarefas de interpretação e encaminhamento para a obtenção dos “benefícios” a que se referem aquelas políticas. Assim, observa-se que o crescimento da demanda e das exigências postas por essa conjuntura ao meio profissional nada mais é do que um aspecto da reposta institucional ao agravamento das condições de vida do proletariado.

Nesse contexto, um grupo pequeno dentro do Serviço Social assume postura mais renovadora, com características mais críticas, adotando o posicionamento dos cristãos de esquerda, no engendramento de trabalhos como a alfabetização de adultos, ou o processo de animação popular, e mesmo na participação no trabalho de sindicalização, ou levando em sua prática a influência da cultura popular de Paulo Freire.

Silva e Silva (2002:29) assinala:

o Serviço Social brasileiro é bastante marcado por essa conjuntura. Contraditoriamente enquanto tem freada, no início do novo regime, a sua vertente crítica emergente, é bastante reforçado, do ponto de vista profissional, na medida em que tem um grande impulso quantitativo, tendo em vista a expansão do mercado de trabalho, e qualitativo, considerando-se o amplo debate empreendido, no meio profissional, sobre questões de teoria e de método do Serviço Social, ainda que numa visão modernizadora, cientificista e tecnicista.

Para dar conta desse novo perfil (moderno), foi necessário mudar a estrutura de ensino no Serviço Social e a política educacional da ditadura dá conta de fazê-lo romper com o confessionalismo legionário que fez parte do Serviço Social.

Em 1974, a Fundação Legião de Assistência (FLBA) ganha novo estatuto como órgão governamental, respondendo ao Ministério da

Previdência e Assistência Social, com recursos providos pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), e, em 1977, passa a compor o Sistema Nacional de Previdência Social (Sinpas). A FLBA incorpora o Fundo Rural (Funrural), o atendimento ao Idoso e ao Excepcional.

Em revisão estatutária, no ano de 1979, a FLBA assume expressão política, adotando a vertente tecnocrática e o modelo de privatização. Passa, mediante estudo, a implantar e executar a Política Nacional de Assistência Social. Nesse período, é mudada também sua fonte de custeio, agora de responsabilidade do Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) .

Em São José dos Campos, a presença de um profissional de Serviço Social na instituição só se dá no final da década de 1960, quando uma profissional passa a coordenar as ações da entidade. É delegada à assistente social Marlene Yuri, a responsabilidade pela FLBA na cidade.

O primeiro assistente social a chegar na cidade de São José dos Campos, em 1964, foi o Sr. Geraldo Vilhena de Almeida Paiva (vindo de Juiz de Fora/MG), e segundo no Vale do Paraíba, pois, na cidade de Taubaté, já se encontrava o Sr. Ulysses Pereira Bueno, que era assistente social do INPS.

Assim se expressa, sobre esse momento, o prof. Geraldo:

Cheguei aqui, São José estava num processo de industrialização. Cheguei, mas com essa formação, com essa consciência política, e vendo os movimentos que estavam ocorrendo, procurei logo jornal e comecei a escrever para o jornal... artigos na área de Serviço Social. Criança, adolescente, comunidade, favela. Aí fui convidado para fazer palestra. Fui convidado para fazer palestra no Rotary. O Rotary naquela época eram os empresários de São José ... o pessoal pela primeira vez está ouvindo falar em Serviço Social. Não havia nenhum assistente social aqui em São José dos Campos e no Vale do Paraíba só tinha um, Ulisses Pereira Bueno, lá em Taubaté. Mas quando o jornal saía, o Ulisses já sabia que São José já tinha um outro assistente social. Aí recebi o convite para freqüentar o Serviço Social em uma das indústrias, empresa a Bendix em São José..

Esse assistente social assume trabalho na Bendix (órgão do Exército), em plena revolução de 64. Com a pressão política, o profissional sai da Bendix e retorna a Juiz de Fora.

Volta e presta, posteriormente, concurso no Serviço Social do Comércio (Sesc) e, em 1965, ajuda a instalar esse mesmo serviço na cidade de São José dos Campos.

O prof. Geraldo, assim se coloca:

O Sesc cria em São José, instala uma unidade e o Sesc não tem, em seu quadro, o cargo de assistente social, que é um cargo de assistente técnico. E abriu um concurso para assistente técnico. Ao abrir concurso para assistente técnico, eu fui a São Paulo e me inscrevi. E o Sesc não tinha nenhum assistente técn

aprovada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e, na instituição, vão sendo formados profissionais para atender ao Vale do Paraíba, à Região Serrana e ao Sul de Minas.

No ano seguinte, nas vésperas da discussão do documento de Araxá, em 1967, documento este categorizado, por Netto (1990:170), como a afirmação da perpetuação da perspectiva modernizadora:

Ora, é da “perspectiva da globalidade” que flui a reflexão que em araxá, vai conduzir à adequação da metodologia às funções do Serviço Social (CBCISS, 1986:30). Explorando as funções que se atribuem à profissão (cf. supra), o documento reconhece que elas se efetivam em dois níveis: o da micro e o da macroatuação. No primeiro, “essencialmente operacional” (CBCISS, 1986:31), assola-se a administração e a prestação de serviços diretos; já “o nível de macroatuação compreende a integração das funções do Serviço Social ao nível da política e planejamento para o desenvolvimento”. E essa integração, acrescenta-se, supõe “a participação no planejamento, na implantação e na melhor utilização da infraestrutura social”.

Na cidade, é construído o Projeto de Lei 1.408, de 13 de novembro de 1967¹⁴, que foi todo embasado nessa discussão do documento de Araxá. O projeto é remetido à Câmara do Município de São José dos Campos, e aprovado por unanimidade, formando, assim, o departamento que trabalharia com os problemas sociais e definindo que este seria dirigido por um assistente social, mas sem remuneração. Nessa lei, há uma indicação de que o órgão teria a supervisão técnica de um assistente social sem ônus para os cofres públicos e seria de livre escolha do prefeito.

Quanto a esse projeto, o prof. Geraldo nos revela:

¹⁴ Fonte: Livro Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, páginas 111 a 114, do dia 13 de novembro de 1967, e publicado no *Jornal Valeparaibano*, no dia 26 de novembro de 1967.

Então o Veloso me pediu: “Faz um projeto de lei para mim, para a gente criar um departamento desse”. Então o Departamento de Bem-Estar Social. Estava na moda naquela época o bem-estar social. Então criar o Departamento de Bem-Estar Social. Era uma influência ainda da Doutrina Econômica Keynesiana. “Então vamos criar, vamos fazer um projeto de lei”. Fiz um projeto de lei. Ele mandou preparar aquele projeto de lei, encaminhou à Câmara.

A Câmara aprovou por unanimidade o projeto de lei, criou o Departamento de Bem-Estar Social e o Veloso me chamou. Falou: “Olha! Eu já sancionei a lei”. Mil novecentos e sessenta e oito. “Sancionei a lei e você vai ser o primeiro Diretor desse Departamento e vai implantar o Departamento”. Eu falei: “Espera! Mas eu tenho o meu trabalho no Sesc”. “Não tem problema. Você fica... trabalha no Sesc, dirige aqui, orienta e... Do jeito que você faz aí. Monta, monta aí uma estrutura. E monta isso que eu quero...”. Quando sai o decreto do prefeito me nomeando.

Esse departamento tinha como uma de suas funções, arregimentar entidades sociais, buscando organizá-las e, através de conselhos, indicar aquelas que deveriam receber recursos da prefeitura.

Com o desenvolvimento desse trabalho, surgiu a necessidade de implantar uma Escola de Serviço Social na cidade, que foi fundada em 10 de maio de 1969, pelo então assistente social Geraldo Vilhena de Almeida Paiva.

Em 5 de maio de 1972, começa a funcionar, na cidade, o Serviço de Obras Sociais (SOS), instituição que tinha como finalidade principal atender os indigentes da cidade. Essa entidade contava com um grupo de pessoas voluntárias para esse atendimento.

Começam a emergir, nesse período, as entidades sociais que buscam ter uma relação aproximativa com os órgãos públicos.

Dos idos de 1970 até 1978, há uma cisão no trabalho social formal, na Prefeitura de São José dos Campos, com a ditadura militar e a intervenção do Estado. O trabalho formal da assistência social é

colocado de lado; não há trabalho específico neste período, e volta, após esse período, o trabalho oficial do Departamento de Bem-Estar Social com “menores”, o Instituto Materno-Infantil, as entidades sociais, os centros comunitários e as favelas.

Datam desse período os primeiros movimentos para o trabalho com criança e adolescente, que vão desencadear o surgimento da Fundação de Atendimento à Criança e ao Adolescente Helio Augusto de Souza, em 1989, com a primazia de atender essa demanda com perfil de ser carente e morador da cidade de São José dos Campos.

É importante lembrar que, a partir de meados dos anos 60, no País a profissão participava de um movimento de renovação amplo e plural que, na América Latina, se denominou Movimento de Reconceituação, colocando em xeque as limitações teórico-metodológicas e político-ideológicas.

No Brasil, esse processo é interrompido com o golpe militar de 64. O Serviço Social brasileiro, impossibilitado de se questionar politicamente, volta-se para questões metodológicas e para uma avaliação de sua formação profissional, na busca de capacitação para atuar no nível macro e desenvolver trabalho em equipe interprofissional.

Pode-se dizer que esse processo teve uma diálise, ou seja, duas posturas diferentes: Uma, com ação burocrática, atendendo e operando as políticas sociais do Estado, com perspectivas conservadoras; e outra vertente, que está preocupada com uma prática diferenciada, mais voltada à realidade brasileira, e ligada aos movimentos sociais e populares.

Sobre esse item, Silva e Silva (1995:15) coloca:

O primeiro tipo de prática apresenta-se como uma resposta às exigências da política social hoje, enquanto a prática emergente vem se formulando a partir do movimento de reconceituação do Serviço

Social no Brasil. Semelhantemente ao que tem ocorrido na América Latina, no Brasil, o movimento de reconceituação do Serviço Social tem assumido posturas variadas e até contraditórias. Apontam-se como formulações iniciais desse movimento, entre nós, o Encontro de Araxá, em 1967, e o Encontro de Teresópolis, em 1972. Ambos explicitam e reafirmam o paradigma tradicional do Serviço Social, que se voltava para a integração social, preconizando a perspectiva de modernização assumida com a tendência forte do movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil, no seu início. Por volta de 1970, começa a assumir uma perspectiva marxista, inicialmente expressa pelo estruturalismo de Althusser, sobretudo através da concepção das instituições como aparelhos ideológicos do Estado, eclodindo um movimento de negação da prática institucional, com ênfase na prática política.

Ocorrem os encontros dos assistentes sociais brasileiros, sendo, o primeiro, o Encontro de Araxá (1967), que, segundo Netto (1990), tem uma perspectiva modernizadora. Seguido do encontro de Teresópolis (1970) que é, para o autor, a cristalização da perspectiva modernizadora.

Netto (1990:178) afirma: “no documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma como parte interventiva”.

Em seguida, acontecem os encontros de Sumaré e Alto da Boa

Já nos meados da década de setenta, todavia, fazem-se sentir os vetores – sócio-históricos e profissionais – que responderão pelo visível deslocamento da perspectiva modernizadora do proscênio que, no processo brasileiro da renovação do Serviço Social, ela ocupava até então quase solitariamente. Estas modificações, a princípio subterrâneas, pouco a pouco mais evidentes, já foram analisadas (...) Mas é pertinente assinalar, mais uma vez com a máxima ênfase, que não se pode assegurar que, a partir daí, ocorreu a evicção da perspectiva modernizadora dos quadros efetivos do Serviço Social no Brasil: o que de fato se registra é o seu deslocamento da arena central do debate e da polêmica. Passam a concorrer com ela, neste plano, e a disputar seus espaços e hegemonia outras vertentes renovadoras; o que se verifica é que, gradualmente, ela perde ressonância nos foros de discussão emergentes e nas instâncias/ agências profissionais que antes eram o seu lócus de promoção e divulgação.

Netto (1990:119) condensa:

No que diz respeito à prática dos profissionais, o processo da “modernização conservadora” (cf. capítulo 1, seção 1.2), tomado globalmente, engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado, para os assistentes sociais. O desenvolvimento das forças produtivas, na moldura sócio política peculiar da autocracia burguesa, saturou o espaço social brasileiro com todas as refrações da “questão social” hipertrofiadas e com a sua administração crescentemente centralizada pelas políticas sociais do estado ditatorial. Donde a generalização de loci na estrutura sócio-ocupacional, a serem preenchidos por assistentes sociais (e não só), quer nos aparelhos burocrático-administrativos do Estado, quer no âmbito de setores diretamente geridos pelo capital.

A autocracia burguesa na relação capital x trabalho, vai interferir no Serviço Social, influenciando no seu processo de renovação, na sua prática e na sua formação, à medida que vão sendo postas à profissão as indagações referentes à sua posição na história do desenvolvimento da sociedade.

Netto (1990:131) coloca:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas às demandas sociais e da sua sistematização, e da validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

O grande capital e o estado autocrático redimensionam nacionalmente o mercado de trabalho e passam a reformular o sistema previdenciário, alterando autoritariamente o conjunto das instituições e aparatos governamentais.

Em meados da década de 1970, com uma relativa abertura da ditadura militar, é que o movimento de reconceituação toma novo impulso e faz alguns ensaios, abordando, nesse ínterim, a perspectiva marxista, mas ainda com enganos, sendo, nas bases teóricas, introduzidas noções de estruturalismo, em Althusser, e uma corrente pensando pela via da fenomenologia. Quanto à linha marxista, segundo Netto (1990), foi um marxismo sem Marx. Sua interpretação vai se consolidar a partir da década de 1980, quando alguns autores, em especial Marilda Vilela Iamamoto, vai buscar na fonte marxiana a interpretação de sua obra e o entendimento do Serviço Social.

Os dados desse contexto têm muito a contribuir com esse primeiro marco da exposição desse trabalho quando demarcamos a implantação das escolas de Serviço Social no Vale do Paraíba. Sua constituição tem as marcas da ditadura e do processo de reconceituação do Serviço Social. Por essa condição é que o sujeito de pesquisa foi escolhido, diante dessa referência, denotando sua participação na fundação das Escolas de Serviço Social de Taubaté (1966) e de São José dos Campos (1969).

Na década de 1960, na cidade de São José dos Campos, já estão instaladas grandes empresas, como a General Motors, a Avibras, a Johnson&Johnson, a Embraer, entre outras. Ocorre também uma expansão habitacional.

Com a repressão da ditadura e a política adotada pelo governo militar, a cidade tem uma expansão econômica e sua gente não percebe diretamente a opressão causada pela ditadura militar. Localiza as proibições, o toque de recolher, mas, com raras exceções, essa opressão é algo que os atinge, em decorrência da conjuntura social.

Para apresentar suas vivências e experiências nessa década, o sujeito pesquisado foi o assistente social, professor Geraldo Vilhena de Almeida Paiva, escolhido por representar, nesse período, importante papel na implantação do Serviço Social na cidade. Ele se apresenta:

Bom, o meu nome: Geraldo Vilhena de Almeida Paiva. Minha idade: 74 anos. Trabalho na área de Serviço Social há 43 anos. O local da minha formação: eu fiz o curso de Serviço Social em duas oportunidades diferentes. Comecei em 1956, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, dois anos depois, foi interrompida. Eu havia feito Concurso Público Federal e fui nomeado para trabalhar mesmo, para ficar sediado no Rio de Janeiro, no gabinete do Ministro, do então Ministério de Aviação e Obras Públicas e, logo a seguir, o Governo Federal, preocupado na formação de seu pessoal... fez um convênio com a Fundação Getúlio Vargas, que àquela época praticamente era mantida pelo Governo Federal. E, nesse convênio com a Fundação Getúlio Vargas, o Governo Federal encaminhou alguns funcionários para fazerem o curso de Administração Pública na Getúlio Vargas. (...) Fui um dos indicados... Eram 15 ou 20 indicados... E para que eu pudesse fazer o curso de Administração Pública (interrompi... cancelei)... tranquei minha matrícula na PUC e fui fazer o curso de Administração Pública. Ao terminar o curso, já diplomado em Administração Pública, fui designado para um cargo de confiança em Minas Gerais, com sede em Juiz de Fora como inspetor do Ministério, que era um cargo de confiança do Governo Federal. Em Juiz de Fora, nós tínhamos lá a

Faculdade de Serviço Social, que estava iniciando a sua segunda turma, (...) reabri minha matrícula na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, que foi integrada à Universidade Federal de Juiz de Fora. E concluí em 1963, o curso que eu havia iniciado em 56. Interrompi, fiz outra faculdade e fui terminar em 1963, no mês de dezembro de 63. Posteriormente, eu fiz uma pós-graduação em Planejamento em Desenvolvimento Econômico e Social na Cepal, que é a Comissão Econômica para a América Latina, um organismo da ONU. Foram selecionados 21 técnicos na área de Economia, Ciências Sociais, na América Latina, e eu fui um dos selecionados para fazer o curso. E fiz o curso de pós-graduação em Planejamento Econômico e Social. Então, essa é a minha formação, além de outros cursos que, no decorrer da vida, fui fazendo. Desse período de 1900... da década de 60, 70, foi um período muito rico para mim. Rico em razão de minha história de vida até a década de 60. Sou mineiro, vim de uma família bastante preocupada com a formação dos filhos.

Em 60, eu estou no cargo de confiança, Jânio Quadros renunciou, graças a Deus! E o João Goulart assumiu e fiquei sem o cargo de confiança, mas eu era efetivo, funcionário efetivo. Mas no período dos meses, lá seis, sete meses lá do Jânio Quadros, fiquei sem o cargo de confiança e voltei a ocupar cargo de confiança tão logo João Goulart assumiu a Presidência. E aí, então, a gente tinha mais liberdade de ação, tanto no meio estudantil, no meio operário, no trabalho com as populações. Então, fui voltado mais a isso, a esse trabalho direto com populações, trabalho direto com favelas, com periferia, movimentos estudantis, com reuniões. Então, minha formação foi centrada nisso. Chega 64, Movimento Revolucionário de 31 de março. Pouco antes do Movimento Revolucionário, nós tivemos, no dia 11 de março, grande comício do João Goulart, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. E eu já tinha saído de Juiz de Fora, tinham me avisado do que iria acontecer. Eu já estava informado que iria acontecer o movimento, porque um general, Ladálio Teles, já falecido, quando ele comandou a Quarta Região Militar em Juiz de Fora, ele havia falado para a gente. Ele era muito ligado a João Goulart. Havia falado o que estava sendo planejado. Tanto que ele saiu de Juiz de Fora, o João Goulart o nomeou como Comandante do Terceiro Exército do Rio Grande do Sul e o General

Mourão assumiu o comando da Quarta Região e foi um dos chefes da Revolução. Então, eu já estava preparado, inclusive aconselhado a dar o fora.

Nessa época, éramos casados, três filhinhos pequenos. Então, deixei minha família em Juiz de Fora e vim parar aqui em São José. Conhecia São José, não conhecia nada. Cheguei aqui, São José estava num processo de industrialização. Cheguei, mas com essa formação, com essa consciência política, e vendo os movimentos que estavam ocorrendo, procurei logo jornal e comecei a escrever para o jornal. Comecei a escrever artigos na área de Serviço Social. Criança, adolescente, comunidade, favela. Aí, fui convidado para fazer palestra. Fui convidado para fazer palestra no Rotary. O Rotary, naquela época, eram os empresários de São José, o pessoal pela primeira vez está ouvindo falar em Serviço Social. Não havia nenhum assistente social aqui em São José dos Campos e no Vale do Paraíba só tinha um, Ulisses Pereira Bueno, lá em Taubaté. Mas quando o jornal saía, o Ulisses já sabia que São José já tinha um outro assistente social. Aí recebi o convite para freqüentar o Serviço Social em uma das indústrias, a Bendix, em São José. Eu era funcionário federal, eu estava afastado, não, estava fugido, mas o meu dinheiro todo mês estava no Banco do Brasil e pelo menos estava num processo de fuga antecipada da revolução. No 11 de março de 64 fui ao Comício da Central e vários empregados da Bendix foram comigo. Já levei vários deles comigo para assistir o Comício lá na Central do Brasil, participar. Alugamos um ônibus aqui e fomos embora, assistimos e voltamos. Acontece a Revolução. Aí eu comecei a ver um outro lado também. Um dos gerentes de Recursos Humanos da Bendix assumiu um papel de trocar com todas as empresas... (eu posso falar, porque a Bendix não existe mais aqui), com todas as empresas do Vale do Paraíba, troca de informações dos seus empregados que estavam envolvidos com o Movimento contra a Revolução de 64 (os comunistas). E esse gerente me convidou, me chamou, disse que ele ia percorrer o Vale e gostaria que eu fosse junto. Eu não sabia do que se tratava. Começamos a correr o Vale. Durante uma semana, todo dia, saía visitando as empresas. Daí que eu vi do que se tratava: a troca de informações. O empregado que saísse de uma fábrica, não ia ter vaga na outra. (repressão à greve e participação em movimentos reivindicatórios de maneira geral) Aí me recusei a ir, me desliguei da Bendix, porque

não, não compactuava com aquilo. E comuniquei aos funcionários da Bendix, inclusive alguns engenheiros, o que estava passando. Tinha alguns engenheiros, lá, que a gente se reunia sempre, depois que saía da Bendix. Vinha para a cidade, se reunia e conversava. Algumas reuniões, a gente fazia em lugar para ninguém ver que a gente estava reunido. E contei o que estava acontecendo: que eles tomassem cuidado, para que o nome deles não entrasse na lista. E fiquei. Voltei a ficar só com o meu “salariozinho”, que ninguém cortou, do Banco do Brasil. Saí da Bendix, trouxe minha família para São José. Quando recebo um convite do Ulisses, daí eu fiz esse trabalho. Ah! Em 65, criou-se, instalou-se o Sesc em São José dos Campos. Nesse período, até, é importante para a história do Serviço Social, que até o início da década de 60, até 60, o grande mercado para o Serviço Social era: Serviço Social da Indústria (Sesi), Sesc, LBA e alguns órgãos outros, como Serviço Social Rural, que era uma autarquia, foi extinta com a Revolução, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, também, que fazia concurso para assistente social, também extinto pela Revolução. Todos esses órgãos públicos que tinha espaço para o Serviço Social, todos eles foram extintos com a Revolução. Ah... Então esse mercado de trabalho estava aí. As escolas de Serviço Social, até esse período, praticamente estavam nas mãos de congregações religiosas, ou então das Universidades Católicas. As Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, que a sede, a casa-mãe, era em Campinas, elas praticamente se dedicavam às (instalações) e à direção de várias faculdades de Serviço Social no Brasil, a expandir as faculdades de Serviço Social. Nesse período da década de 60, já havia aquela formação que eu falei agora há pouco, da Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Operária Católica (JOC), da Ação Católica (AC), porque Marx estava chegando. Os movimentos operários, os movimentos estudantis e nós todos já estávamos envolvidos nesses movimentos teóricos, em organizações, em conhecimento, que mobilizavam instintivamente a nossa participação. O processo de Reconceituação do Serviço Social tem seu início na América Latina como um todo...

Eu fui, fiz o concurso. Mas quando eu fui fazer o concurso, foi no começo de 65, eu já havia sido preso. Já tinham me descoberto aqui, como, a toda hora, saía artigo no jornal, eu fazendo palestra, depois

tendo ido implantar o Serviço Social na Bendix, que foi a minha passagem. Eu implantei e acabou.

Eu fiz o concurso (do Sesc) e passei. Então, São José seria a primeira, se você quiser ficar lá”. “Então eu vou ser o primeiro assistente social no interior”? Ele falou: “É. Mas por que São José”? “Porque o Sesc foi instalado agora lá”. Ele falou: “É melhor você ficar lá do que ficar aqui”.

Então, assim, o Ulisses me chamou, quando estavam estudando implantação de uma faculdade de Serviço Social em Taubaté, se eu poderia ajudá-lo... Eu falei: “Não tem problema nenhum”. Então passando a ir com frequência a Taubaté, me reunir com o Ulisses, estudar todo aquele processo para a faculdade, a faculdade municipal. Não existia ainda a Unitau. A Unitau veio posteriormente, mas as faculdades de Taubaté eram todas municipais. E aí eu vi o seguinte: Taubaté é uma cidade... àquela época, era mais evoluída do que São José dos Campos. Era uma cidade que era chamada a Capital do Vale, naquela época, e não São José era a capital do Vale. Era o grande centro do Vale. E o Ulisses Guimarães, coitado! O Ulisses Pereira Bueno, através das conversas e tudo mais, eu verifiquei desde umas duas, três... uns dois, três encontros, que eu deveria manter muita reserva. Porque ele era do grupo, ele era ligado ao grupo que fez a Revolução. Ele era da ala conservadora, o que se confirmou com todo o pessoal que ele colocou para trabalhar na faculdade. Mas ele precisava de um assistente social da região (...) não dei chance de ele perceber também as minhas posições, a não ser que ele soubesse já de uns... mas não que eu estava... E

Social . Não departamento de cultura, o que hoje pode se chamar de Fundo de Solidariedade. E... fui ver toda a assistência. Tinha se criado já no tempo do Marcondes, a casa da criança. Onde é o laboratório de análise da prefeitura, a Casa da Criança, que era para atender os excepcionais – Associação de Pais e Alunos Excepcionais (Apae). No DAS, então, comecei a conversar com a esposa do prefeito, antes já tinha conversado com a... no tempo do Marcondes, com a Dona Célia Marcondes, esposa dele (...) Depois com o Veloso, com a Dona Ida, também já falecida. Então... e eu mostrando o caminho para o atendimento dentro da linha do Serviço Social, qual o caminho. Mostrando... o Veloso, não havia estrutura de secretarias. A estrutura administrativa da prefeitura era de departamentos, estrutura departamental. Então, o Veloso me pediu: “Faz um projeto de lei para mim, para a gente criar um departamento desse”. Então, o Departamento de Bem-Estar Social. Estava na moda, naquela época, o bem-estar social. Então, criar o Departamento de Bem-Estar Social. Era uma influência ainda da Doutrina Econômica Keynesiana. “Então vamos criar, vamos fazer um projeto de lei”. Fiz um projeto de lei. Ele mandou preparar aquele projeto de lei, encaminhou à câmara. E chegando à câmara, sou convidado pela câmara para expor à câmara, expor aos vereadores. Então vieram os vereadores, eu expus o que era. Então fiz... dei uma aula de Serviço Social, mostrando o que era. Ah... aí, a câmara me convida para fazer uma exposição pública, presidir uma reunião pública. Se eu poderia expor, levando, para o pessoal das obras sociais, aquele negócio todo lá. “Não tem problema”. Fui. Expus tudo.

A câmara aprovou por unanimidade o projeto de lei, criou o Departamento de Bem-Estar Social e o Veloso me chamou. Falou: “Olha! Eu já sancionei a lei”. Mil novecentos e sessenta e oito. “Sancionei a lei e você vai ser o primeiro diretor desse Departamento e vai implantar o Departamento”. Eu falei: “Espera! Mas eu tenho o meu trabalho no Sesc”. “Não tem problema. Você fica... trabalha no Sesc, dirige aqui, orienta e... Do jeito que você faz aí. Monta, monta aí uma estrutura. E monta isso que eu quero...”. Quando sai o decreto do prefeito me nomeando, esse monsenhor vai à prefeitura atrás do prefeito e comunica, e fala para o prefeito que ia para Caçapava comunicar que ele, prefeito, estava nomeando um comunista para dirigir um departamento da prefeitura. Bom, o prefeito me chamou e

disse: “Olha! Está acontecendo isso”. Eu falei: “Não seja por isso. Eu já fui preso várias vezes. Eu já sei que vou ser outra, não tem problema nenhum. Mas não sou comunista”. Ele falou: “Eu sei que você não é. Você tem suas idéias, tanto assim que eu pedi para criar um departamento para atender essas populações mais pobres, as favelas” (...) aquelas casas (..) como se fosse aquelas favelas do Nordeste, da Amazônia, de palafita, (...) tinha um barraco (no caminho tinha armações) era tipo uma pinguelazinha (...) Ele falou: “Mas eu não... você não vai sair. Eu não vou lhe substituir, você vai ficar. E tem todo o meu apoio”. Tanto que eu era a única pessoa que não pedia para entrar no gabinete dele. Eu chegava lá, eu abria a porta e entrava e saía. Bom, aí começamos. Aí a gente falou... Aí ele, em contato com a Fundação Vale Paraibano de Ensino, por que não fazer em São José uma faculdade para formar assistente social, que precisava? A Fundação Vale Paraibano de Ensino de pronto, topou. Fui convidado... a participar da fundação da faculdade. E dia 10 de maio de 69 instalamos a Faculdade de Serviço Social de São José dos Campos. Os nossos primeiros alunos, já no primeiro ano, não tive a menor dúvida: levei todo mundo para o campo. Precisava de gente e eu acreditava na minha capacidade de acompanhar o trabalho de todo mundo. Só no Sesc colocamos, remunerados, dez estagiários.

Então, houve, em termos de estrutura, o Departamento de Bem-Estar Social, com o Veloso, até o momento da saída dele. São José perde a sua autonomia, entra um militar, assume, extingue o Departamento de Cultura e o Departamento de Bem-Estar Social. Um ou dois anos depois, acho que dois anos depois, dois alunos da... foi quando formou a primeira turma, em 72. A Diná era primeira turma. A Diná é contratada pela prefeitura e para a Secretaria de Educação, que a secretária era a Maria de Fátima Manfredine e foi para a Secretaria da Educação para fazer o trabalho. O Sobral, com aquele negócio de fazer de São José uma metrópole, ninguém podia pôr lixo na rua. Então tinha que pegar as crianças, dar banho, cortar cabelo e pôr roupinha limpinha, escovar dente e... para poder ensinar o pessoal da cidade a usar, distribuir e dar de presente saquinho de lixo para ele pôr lá. Só na parte nova da cidade. A parte nova ia até a Faculdade de Direito. Largo da Matriz, faculdade de Direito, só aquele pedacinho. E... então, a Diná iniciou esse trabalho e recordo muito bem que eu falei para a Diná: “Todo espaço colocado à nossa

disposição, devemos ocupar. Não importa se o partido seja o nosso, se a ideologia é nossa. Não importa. Só posso combater eu estando lá dentro, participante. Ocupar todo e qualquer espaço”. E continuou falando isso até hoje. Quando alguém me pergunta: “Ah”... “Tem espaço? Ocupa! Ocupa antes que alguém ocupe”. Alguém de outra área vem e ocupa o espaço que é nosso. Com o Hélio Augusto: “cultura? Ocupe. Na cultura, você faz Serviço Social também”. Bom, no... depois que saiu o Sobral, o Hélio Augusto saiu da prefeitura. A Diná, por questões políticas também, filiação partidária, a Diná, o setor dela na Secretaria da Educação (...) não me recordo o nome, passou a ser uma divisão: Divisão de Menores. E... parece-me que posteriormente, na... quase no fim da saída do Ednardo, que também era nomeado, né, passou a chamar Divisão de Promoção Social, se não me engano. É, de Promoção Social. Mas que tinha como trabalho era... ainda eram aqueles meninos, aqueles adolescentes, que faziam serviço de *office boy*, fazia serviço de... no... Departamento de Serviços Municipais (DSM). Veja bem, isso já no final da década de 60 (digo) 70. Que no final da década de 60, que na época do Departamento do Bem-Estar Social, que nós implantamos com o Veloso, nós pegamos cem adolescentes da favela da Linha Velha, conseguimos da Breda, ônibus e do reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), que participava conosco, Professor Lacas, no ITA, com a colaboração desses professores, dois professores que mobilizaram outros lá dentro, esses cem menores, todos os dias, o ônibus apanhava esses cem menores, levava para o ITA e lá eles tinham aula e profissionalização. Muitos deles, eu vi, depois, trabalhando na General Motors e em vários locais. Com professores do ITA e o apoio do Lacas. Uma coisa que eu não esqueço até hoje. Esses (meninos) menores foram conhecer o ITA, foi numa tarde. Eu fui... levei os menores lá. Fomos em dois ônibus cedidos pela Breda. (...) A Breda nos emprestou dois ônibus, nos cedeu dois ônibus. Nós fomos, levamos esses menores ao ITA. O professor Lacas, o CTA era dirigido pelo tenente-brigadeiro Paulo Vitor, diretor do CTA, professor Lacas, reitor do ITA, corpo docente do ITA, o prefeito de São José, o Veloso, eu, no auditório do ITA, e o discurso do professor Lacas me comove até hoje, quando eu lembro das palavras dele, quando olhou para aqueles meninos da favela da Linha Velha, hoje Santa Cruz, e disse: “Vocês, como toda São José dos Campos, têm inveja dos alunos do ITA. Vocês vão sair daqui agora, hoje, e vão chegar na

cidade e falar para quem vocês quiserem: eu sou aluno do ITA. Esse é o maior presente que vocês vão dar ao ITA, a mim, brigadeiro Paulo Vitor. Então, vocês são alunos do ITA, porque vão ter aula aqui todos os dias, com os professores do ITA”. Nessa... a impressão de que foi uma das grandes vitórias que eu tive na minha vida profissional, entre outras que já passaram. E você sabe que esse convênio, como que foi feito com o Departamento da Prefeitura? Esse convênio foi feito verbalmente por mim, preso tantas e tantas vezes, antes e depois disso, pela revolução. Verbalmente, com o brigadeiro Paulo Vitor, com o reitor do ITA, em nome da prefeitura. Convênio verbal. Hoje não. Tudo tem que ser escrito, passado em cartório.

É notório, nesse período, o incremento da instalação de faculdades na cidade (Odontologia, Engenharia, entre elas, a Faculdade de Serviço Social). Há uma preocupação em formar quadros para a demanda criada pelas indústrias locais; neste setor, verifica-se a instalação de cursos técnicos e a ampliação da formação de quadros.

Francisco de Oliveira (2003:71) coloca:

Perante o quadro descrito, o período Kubitschek forçará a aceleração da acumulação capitalista, com seu programa avançar “cinquenta anos em cinco”. Do lado da definitiva conversão do setor industrial e das suas empresas em unidades – chave do sistema, a implantação dos ramos automobilísticos, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose -, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia, orientam a estratégia; por seu lado, o Estado, cumprindo o papel e atuando na forma já descrita, lançar-se-á num vasto programa de construção e melhoramento da infra-estrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenamento e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola “externa” ...

Na década de 1970, intensifica-se esse processo, desencadeado na década de 1960, e, na cidade, começa a crescer também, além das indústrias, o ramo das instituições prestadoras de serviços (supermercados, shopping, construção civil, hospitais, entre outros)

Em 1970, é nomeado prefeito Sergio Sobral de Oliveira, que fica na prefeitura de 1970 a 1975.

Monteiro (2002:56-57) observa:

Deste modo, para execução de seu primeiro plano (prefeito Sergio Sobral de Oliveira), e graças a uma série de medidas incentivadoras,

dele foi: extinguir o Departamento de Bem-Estar Social e o Departamento de Cultura. Extinguiu os dois, de cara.

É esse prefeito (Sergio Sobral de Oliveira) que também luta pela implantação da Petrobras, pela criação da Refinaria Henrique Lajes (Revap) na cidade, que inicia sua instalação em 1980, já na gestão do prefeito Bevilacqua, que vai de 1978 a 1981.

Francisco de Oliveira (2003:132) considera:

A longa ditadura militar de 1964 a 1984 prosseguiu, agora nitidamente, com a “via prussiana”: fortíssima repressão política, mão-de-ferro sobre os sindicatos, coerção estatal no mais alto grau, aumentando a presença de empresas estatais numa proporção com que nenhum nacionalista do período anterior havia sonhado, abertura ao capitalismo estrangeiro, industrialização a “marcha forçada” – a expressão é de Antonio Barros de Castro -, e nenhum esforço para liquidar com o patrimonialismo, nem resolver o agudo problema do financiamento da expansão do capital, que já havia se mostrado como o calcanhar-de-aquiles da anterior configuração de forças. O endividamento externo apareceu então como a solução, e por esse lado abriu as portas à financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro ...

O processo de recessão econômica instaurado nesse período da década de 1970 e que perdurou pela década de 1980, em decorrência das crises instaladas, como, por exemplo, a crise do petróleo, afetou sobremaneira o País. A Petrobras não tinha produção suficiente para a manutenção interna e a ação do governo brasileiro foi adotar medidas restritivas, nesse mesmo momento histórico, mais para o final da década de 1970, e vai abrindo espaço ao mercado internacional, afetando sobremaneira a produção nacional, e esse fenômeno alcança a região, que inicia um processo de refluxo industrial, demitindo funcionários em massa.

III Capítulo

A Década de 1980 e Década de 1990 na Trajetória do Serviço Social.



3.1 A década de 1980 e a Assistência Social

... a retomada de algum estilo ou modo de pensar o passado, não são fins em si mesmo, mas meios de esclarecer alguma questão mais ampla, que ultrapassa em muito o relato particular e seus personagens.

Eric Hobsbawm

A década de 1980 é caracterizada com muita movimentação no interior da profissão, passando pelo afloramento dos movimentos sociais e a reintrodução do debate sobre a assistência social como foco de trabalho profissional.

A assistência, que foi negada com o processo de modernização e com o movimento de reconceituação. E é na adoção da reconceituação que o Serviço Social percebe a necessidade de trabalhar com foco na assistência social, tendo como material as expressões da questão social, acentuadas com a relação perversa do capital x trabalho.

Essa questão envolve o mundo do trabalho, e as nações conseguem dar-lhe resposta de acordo com a organização e estrutura econômica e política que cada uma tem e, especificamente nessa situação, o grau de compromisso social assumido ou adquirido no transcorrer de construção da seguridade social.

Os anos 80 trouxeram para o Serviço Social brasileiro a prioridade de traçar o desenvolvimento nacional e local da assistência social, fundamentada por marcos determinados, quais sejam: abertura política; o avanço da organização profissional; e a expansão dos movimentos sociais; a Constituição Federal de 1988; e, em 1993; a promulgação da Loas, que envolveu os assistentes sociais brasileiros em seu processo de formulação. Efetivamente, com a institucionalização da Constituinte de 88, formaliza-se a Seguridade Social brasileira e a Assistência Social como política social.

A década de 1980, em São José dos Campos, é marcada pelo processo de “cooptação” dos movimentos sociais na cidade, mais

especificamente a “cooptação” das sociedades amigos de bairros, que vão perdendo o nível de representatividade.

Maria Célia coloca:

Nós tínhamos também nesse trabalho e que foi um embate bastante forte nesse período, a questão de que as associações de bairro, no processo, elas fossem legitimando, que representassem efetivamente a população e as necessidades daquela população, que eles se diziam representar. Porque, na maioria das vezes, foram criadas de cima para baixo, tinha em todos os bairros e era tido como uma coisa super emancipada...

Nesse período, o trabalho do Serviço Social foi capacitar esses representantes para uma vivência de coletivo na sociedade para discutir no mesmo nível de entendimento e igualdade com os demais interlocutores, sejam da sociedade civil ou do governo, suas necessidades, sejam de infra-estrutura, de alimentação, saúde ou educação, entre outros assuntos.

Tendo como referência o contexto local e o trabalho de nossos sujeitos, elegemos como representantes desse período as assistentes sociais Mônica Maria Nunes Trindade de Siqueira e Maria Célia Comparotto Minamisako, que desta forma se apresentam:

Mônica

O meu nome é Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira, eu tenho 44 anos. Atuo na área de Serviço Social há 23 anos, contando, claro, a época que eu trabalhei como estagiária... porque eu considero esse período como atuação dentro do Serviço Social. E o local de formação foi aqui na Univap (Universidade do Vale do Paraíba), mas que, na época, era Faculdade de Serviço Social (Faculdade de Serviço Social Ministro Tarso Dutra); ainda não estavam congregados todos os cursos numa única universidade. E os cursos de pós-graduação que eu tenho é gestão de recursos humanos. Então, um curso que...é de especialização, de 360 horas, que era uma parceria que foi realizada com a Embraer e o INPG, que é o Instituto Nacional

de Pós-Graduação. Eu concluí esse curso em 94 e depois eu fiz o curso de especialização na terapia familiar sistêmica. Terapia familiar e de casal sistêmica, que eu concluí em 2000, 2000 e pouquinho. Eu iniciei o trabalho em 82 e fiquei na prefeitura até 85 mais ou menos. A primeira fase do trabalho, com relação à favela lá do Banhado..._84, 85, 86, nessa fase, que a gente tinha um grupo, quer dizer, eu e mais algumas colegas, a gente resolveu criar um grupo de estudos. Esse grupo tinha inicialmente o objetivo de discutir a prática profissional ... e a gente discutir essa prática no sentido, da gente encontrar alternativas para enfrentar as dificuldades que a gente tinha e como a maioria trabalhava em órgão público, na época as dificuldades nossas eram realmente as dificuldades políticas, a interferência de vereador, a população que facilmente era cooptada por qualquer situação que viesse a acontecer na época, ou mesmo a dificuldade mesmo, da população, da gente desenvolver essa participação popular no processo de organização deles... Era um grupo mais ou menos de umas dez pessoas, tinha gente, tinha profissionais de Jacareí, que era a Isaílda, o Eberaldi e tinha profissionais daqui. Tinham pessoas de Monteiro Lobato e tinham pessoas da própria prefeitura, mas era um grupo de colegas. A partir do que esse grupo começou, vamos dizer, a ter reuniões sistemáticas, passamos a registrar isso em ata e começamos a participar também de outros eventos que aconteciam dentro da categoria, o que aconteceu? Esse grupo passou a ser um núcleo. Em princípio, eu não lembro, mas eu acredito que seja um núcleo do Conselho Regional de Serviço Social (Cress), que na época era Conselho Regional do Assistente Social (Cras). Por quê? Porque o próprio Cress, isso... não sei se a memória vai me falhar aqui, mas, na época, a nível de Estado de São Paulo, começava também a organizar uma série de grupos dentro do Estado de São Paulo que se tornaram núcleos, (...) acontecia uma movimentação maior dentro do Estado de São Paulo, que era a movimentação para a categoria de assistentes sociais se organizar enquanto sindicato

Bom, a partir daí, depois que eu fui demitida da prefeitura (São José dos campos), comecei a trabalhar na Prefeitura de Santa Branca. Na Prefeitura de Santa Branca, eu era ligada ao Fundo Social de Solidariedade.

E aí, eu... nessa época eu fiz o concurso e passei e fui trabalhar como assistente social em São Paulo, na Secretaria. Na época, chamava Secretaria do Estado da Promoção Social. E nessa época que foi 87, mais ou menos, se inaugurou a primeira Delegacia da Mulher em São Paulo, no Parque Dom Pedro, que era a delegada na época, era a doutora Rosemeire, se não me engano chamava isso. Hoje eu acho que ela é deputada, não sei. Mas na época ela era delegada. E nessa delegacia do Parque Dom Pedro tinha uma equipe de assistentes sociais, que acho que eram umas quatro, cinco assistentes sociais. Tinha uma coordenadora da equipe e o nosso trabalho. Aí, meu trabalho (risos) mudou completamente, nessa época, eh... o trabalho era atender as mulheres, não só vítimas de violência do marido... principalmente isso, mulheres vítimas do marido, que queriam se separar e não tinham onde... muitas vezes não tinham onde ficar e a gente fazia todo atendimento social. O trabalho não era grupal, era um trabalho de atendimento individual mesmo e... onde tínhamos que fazer todo o atendimento, orientação com essas mulheres e articular recursos dentro da capital de São Paulo, para poder estar encaminhando.

Então, nessa época, eu fiquei basicamente uns três meses lá e consegui a transferência aqui para São José, ainda dentro da Secretaria do Estado. E foi quando eu vim para cá e fui para trabalhar na Delegacia do Primeiro Distrito Policial onde tinha um plantão social.

E nessa época que eu entrei no plantão, eu estava meio desgostosa sim, com a profissão, e aí eu decidi fazer Direito, aí eu fui fazer... Você acha que eu vou investir... a área, vou fazer outra coisa. E aí foi quando fiz o curso de Direito.

E embora eu tenha feito Direito, eu não segui a carreira, nem caminhei para esse lado, e continuei dentro da área de Serviço Social.

Bom, aí abre-se a vaga, dando seqüência à minha história de vida, abre-se vaga para contratar assistente social no Senai e aí, dentro desse período, eu participo com 30 assistentes sociais e no final do processo quem fica sou eu e aí eu inicio meu trabalho. Foi onde eu fiquei 14 anos no Senai. Nesse período, eu faço a seguinte avaliação,

com relação a envolvimento mais político, ele fica mais de lado, e eu, na minha avaliação, eu vejo assim, que foi um momento muito importante também na minha vida, onde eu consegui investir mais na parte técnica, onde eu fui aprofundar mais meu trabalho... com grupos. Que hoje eu digo assim, não que o trabalho anterior não tenha agregado, com certeza agregou e muito valor, mas é... esse trabalho mais sistemático, e voltado para um trabalho socioeducativo, eu fui ter mais *know-how* no Senai, do trabalho com grupos.

Assim, paralelamente ... esse momento, que foi em 91 eu participei de um processo de seleção em Taubaté, que estava abrindo vaga para a disciplina de metodologia. E participei de um processo de seleção. Na época era a ... Maria Célia Comparotto, que era a chefe de Departamento e foi criado esse processo de seleção e eu participei para dar aula na faculdade. E foi quando eu iniciei a minha vida de docência no nível universitário, na qual eu estou até hoje, e nesse período, vamos dizer, vamos marcar mais assim, de 91 até 2004, que é o período, que eu fiquei também no Senai, nesse período da faculdade, foi um período bastante importante porque toda a experiência, adquirida na prática na época que eu trabalhei na prefeitura, que é trabalho de comunidade e no próprio Senai que eu estava ainda lá, me ajudou e me deu um suporte muito grande para estar desenvolvendo as disciplinas, para estar desenvolvendo a aula que eu tinha por lá, e que eu dava lá.

Nesse período também, durante seis meses, eu cheguei a trabalhar na Pró-reitoria de Extensão, quando a Maria Célia era a pró-reitora, porque depois ela deixou de ser chefe de Departamento e foi para a Pró-Reitoria. E lá eu desenvolvi um trabalho junto aos estagiários de uma maneira geral, com todos... de todos os cursos. Então, eu cheguei a promover, como foi um período curto, a gente chegou a promover um encontro com todos esses estagiários para discutir as suas dificuldades.

E com relação à Universidade, hoje eu estou efetiva, na Universidade e a cadeira que eu tenho, a cadeira de Supervisão Acadêmica...

... esse momento que eu estou vivendo ainda, eu acho que teria muitas outras coisas para estar contando aqui para você. Mas assim, o importante é, assim, eu estou construindo esse momento que foi

uma decisão que eu tomei, em 2004, 2003, 2004 que eu comecei a decidir a dar este rumo para a minha vida (risos).

Mas eu pretendo... desenvolver grupos nesse espaço que eu tenho. Grupos com essa população. E vai ser um esquema de atendimento gratuito, em princípio, mas para mim atender, vai ser... vamos dizer assim: em termos de município, vai ser mais um recurso que o município vai ter para estar atendendo essa demanda que é enorme em relação a diversas situações aí que aparecem. Mas eu ainda não defini em que área que eu vou estar atuando em relação a esse grupo, com essa população. Mas com certeza vai ser população, em princípio... fica na região centro... para facilitar em termos de acesso, para não precisar de ônibus, esse tipo de coisa. Então é um espaço ainda que eu estou montando. Nesse espaço vai se ter, não só isso, mas grupos de estudo. Pretendo desenvolver supervisão profissional... que é uma atuação que já faço há mais de dez anos, mas é um espaço de supervisão profissional, de grupo de estudo, de treinamentos, de cursos, de palestras, de *workshops* e esse atendimento de família que é o atendimento que eu já estou fazendo lá nesse espaço. Então, essa é uma frente de trabalho que eu estou ainda construindo... desde que eu saí do Senai eu estou construindo e agora ele tem mais possibilidade de se concretizar porque agora eu estou com espaço próprio para isso.

Maria Célia:

Eu fui acadêmica da Universidade de Taubaté, que na época não era ainda universidade, ... era uma junção de faculdades, faculdades integradas (...) eu coleei grau em 1974. Eu morava em Campos do Jordão e nós descíamos e subíamos para Campos todo dia para cursar.

Eu larguei de um período de trabalho e fui fazer o estágio. Então foi um estágio que tinha sociólogo, tinha arquiteto, estudantes. Tinha assistente social, (digo) estudante de Serviço Social, tinha estudante de geografia, de biologia. Então era uma coisa muito inédita. Se você pensar isso a 35 anos atrás, era uma coisa... Então essa relação fluía da mesma forma e daí a gente tinha muito respaldo de cruzar esse trabalho - é o Plano Diretor dos Municípios, que ele fazia - de cruzar esse trabalho com o pessoal da FAU-USP, que já pretendia um

trabalho assim, mas que eles conseguiam fazer no Instituto de Orientação das Cooperativas Habitacionais (Inocoop) em São Paulo .(recém formada) E tinham duas vagas, eu fiquei em uma das duas vagas. Fui trabalhar em São Paulo e primeiro você passava pelas regiões. Era São Paulo, Grande São Paulo, Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba. E, aqui no Vale do Paraíba, ainda não tinha sido iniciado nada do Inocoop, estava começando a ser montado um escritório. E a gente tinha reuniões semanais. Tudo era muito bem sistematizado, não era uma coisa descomprometida, porque já tinha passado para essas pessoas que estavam nesse trabalho. Algumas delas já tinham ido morar na favela, que entendendo que se morassem lá, elas poderiam quase que sugar mais, como falar, como lidar com as pessoas, como conversar com as pessoas.

... em relação a essa demissão, os quatro que permaneceram, que foi uma estratégia do próprio Inocoop mesmo, eles deveriam permanecer trabalhando nos escritórios, não mais nas áreas de habitação. Enfim, tinha uma série de regras, mas independentemente dessas regras, nós tínhamos decididos que nós estávamos sendo usados para manter as aparências e que nós não ficaríamos. E nos envolvermos no movimento coletivo de protesto contra essas demissões.

(após demissão) ... tem essa contradição, que nós nos voltamos para o espaço teórico, mas com um norte de fazer daquele espaço teórico, um espaço que a reflexão teórica suscitasse o questionamento da prática. E eu considero que foi muito importante, tanto é que muitos de nós também fomos demitidos dos lugares que trabalhávamos (risos). Eu até durei alguns anos na Univap, mas tive colegas que ouviam minha aula atrás da porta. E achando que a gente faz a cabeça do outro, que a gente queria fazer a cabeça do outro.

Eu sei que viemos em quatro, fomos contratadas três. E trabalhamos na Empresa Municipal de Habitação quando começou a ser pensado o Campo dos Alemães. Então, naquela época, eu trabalhei em todas as favelas daqui, porque o projeto inicial era desfavelizar e levar lá para o Campo dos Alemães. A gente discordava e falava isso para o Hélio e ele concordava com a gente, certo? Mas ele era assessor lá do deputado e isso era a gestão do Bevilácqua. O Bevilácqua fazia uma reunião aos sábados e quem coordenava, quem era a

presidente da Emha, era um arquiteto daqui de São José, e quem era responsável pelo Serviço Social, a área social ficava ali ao lado de onde é hoje o Extra, naquela praça, que era a praça da Amizade. Tinha uma casa ali, hoje tem um *flat*, um prédio com *flats* ali. Mas era ali. E ali que a gente recebia a população, ali que a gente fazia reunião com a população, ali que nós estabelecíamos os critérios, ali que nós derrubamos a tese de desfavelização pela própria atividade econômica que as pessoas desenvolviam. Então, daí, vem a fase que eu começo a dar aula, mas o Serviço Social, aqui da Univap, que nem era Univap, era Fundação, ele tinha à noite e de manhã. Eu dava aula à noite. Eu dei aula para a turma da Mônica, do José Roberto, que é hoje ... assessor lá do Congresso Nacional...

Quer dizer, a nossa opção profissional, ela geralmente ela vem carregada da nossa própria história. Quando não, não é impeditivo para que o profissional, ele tenha os elementos da sua formação ali, mas a incorporação, vamos chamar assim, ideológica, ela tem uma relação com a própria história de vida mesmo da gente. Fora , eu acho que a gente procurou salientar os contextos em que a nossa profissão ela... quer dizer, a história é determinante para a nossa prática profissional, o momento histórico, os diversos contextos que a nossa profissão ela atravessa no sentido de estar lidando com questões que são emergentes na sociedade e que... só essas questões, elas não estão descoladas da conjuntura onde as demais questões estão envolvidas.

Minha dissertação de mestrado, que é sobre a ideologia participacionista, como estratégia de hegemonia do poder local. (...) meu referencial teórico foi justamente... foi Gramsc e eu, eu tinha muito interesse em trabalhar a questão do poder local, como é que se dá a composição desse poder local e como que é que a concepção, vamos dizer, o conceito, mais conceito do que concepção. Não, mais concepção do que conceito, porque a concepção, ela carrega com ela, uma determinada tendência teórica. Então a concepção de participação, para nós, era assim, a participação em todos os momentos do processo, desde a decisão, da reflexão, da decisão, de fiscalização da execução, em todo o processo, da avaliação, em todo o processo.

Eu não deixei de falar da parte acadêmica, mas eu assim, falando mais o que isso significou na profissão, da parte acadêmica, eu acho que tanto teve aquela questão da gente compreender a academia como um espaço privilegiado mesmo, de discussão, de reflexão, de sistematização, produção científica, isso ainda quando docente. Na coordenação de estágio, ter uma melhor visibilidade da importância do supervisor de campo e passar... Quando eu entrei como docente, alguns meses depois eu fui para a coordenação do setor de estágio e estava na docência também, e na chefia estava a professora Vanda. Numa primeira gestão ela estava designada, porque o professor Ulisses morreu, e numa segunda gestão ela foi eleita. E eu não conseguia trabalhar mais, independente da linha que o conjunto tivesse, vamos dizer, tivesse a decisão consciente mesmo de assumir. Eu não consigo trabalhar mais sem partilhar, sem reunir, sem discutir, mas isso de uma forma organizada. Nós somos técnicos, nós temos que ser as pessoas que melhor sabem fazer uma reunião, nós temos que ser as pessoas que melhor sabem fazer, que melhor sabem, talvez eu esteja sendo um pouco pretensiosa, mas eu não vou fazer reunião com os meus colegas sem uma pauta, eu não vou despachar com o reitor sem uma pauta, eu não vou chamar os alunos todos lá no salão e dizer que nós vamos ter uma palestra lá, sem antes ter checado se aquele elemento vem compor com o que está sendo necessário para a formação deles. Na coordenação de estágio, foi a hora em que a Universidade, o Departamento de Serviço Social abriu a porta para os supervisores, que eram os mais criticados.

Quando o professor Ulisses morreu, o professor Milton me chamou e falou que a professora Vanda e o Conselho de Departamentos (Condep) estavam me indicando para ficar interinamente até aquele momento. Até esse pedaço aí, da coordenação de estágio, tudo isso, então a gente fazia reuniões com a equipe. A partir das reuniões com a equipe de supervisão a gente ia sistematizando uma coisa que a gente chamou de manual, de supervisão de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A sistematização final foi feita por mim e pela Maria Teresa.

Bem, daí eu fui chamada lá na Reitoria para assumir o Departamento, porque a professora Vanda estava sendo chamada para ocupar a

Pró-Reitoria de Extensão em função da aposentadoria da Maria Emília. E tinha uma tradição lá que era sempre assistente social... Então, assumindo o Departamento, havia a questão do Serviço Social, ele era visto sim pela universidade, como um curso, como são vistos os cursos da área de Humanas, um curso rentável, porque, como dizem, só usa cuspe e giz. Mas não precisa de laboratório, não precisa não sei o que. Mas eu ficava muito invocada com as instalações que a gente tinha e que a gente não tinha condição nem de conversar. Às vezes, um professor queria conversar em particular, um aluno queria conversar em particular e toda hora vinha uma ameaça de que iam mudar a gente, iam mudar a gente e tal. Independente da questão da organização física, tinha a questão também da organização de quem ia participar dessas áreas...

(O convite para assumir a pro-reitoria de extensão) Nem a professora Vanda sabia. Ele falou para mim assim: “Eu estou te chamando para consultar a professora...” - isso era junho mais ou menos, sabe? - “para consultar se você aceitaria assumir a Pró-reitoria de Extensão, porque a professora Vanda vai se aposentar, mas como ela não está com uma data fixa, eu queria que você, já às tardes, fosse participando lá para se inteirar do assunto e não sei o que”. Ele falou ... Daí eu falei: “Professor, por que o senhor não aconselha...?” ...Ele falou para mim assim: “Olha! Sabe por quê? Porque eu chamei cada chefe de Departamento aqui para conversar. E todos falaram que estava tudo bem, que ele era muito competente, que o Departamento dele era o melhor de todos, que os alunos eram ótimos, os professores eram ótimos, tal e coisa. Você foi a única que falou para mim, eu acho, que a verdade. As dificuldades que estava tendo...”.

eu compreendo, assim, o período da Pró-reitoria de Extensão, da minha vida acadêmica, como o período que eu mais pude pôr em prática o que eu acredito e que eu amo também, sabe? Que é sair de dentro para fora. Os projetos, eles tinham que ser qualificados. A gente foi fazendo isso com o tempo, porque nada você tem condições - que é o que a gente estava falando da atual reitora – nada tem condições... se você mudar de um dia para o outro, minha filha, você pode saber que depois de amanhã já não é mais nem aquilo, nem isso e você não sabe mais o que é. Então fomos indo gradativamente, sempre respeitando os Departamentos. Tive alguns

assessores excelentes, bolei áreas de assessoria importantes para dar mais dinâmica e agilidade para a Pró-reitoria. E para a Pró-reitoria de Extensão, que era tida assim: “A responsável pela cantina. Responsável pela reprodução de cópia” - A gráfica – “A responsável pela formatura”... era isso. Na medida que a gente foi dando visibilidade gradativamente, as bibliotecas, tudo isso é da Extensão. As bibliotecas, as cantinas, tudo que presta serviço ao aluno é Extensão.

(a exoneração do cargo de Pró-Reitora) O senhor precisa perguntar para terceiros, coisas sobre o nosso trabalho? Então, realmente, o senhor perdeu a confiança mesmo. Então, dá licença...”. Eu peguei e falei: “Em termos práticos, como que fica”? Ele falou: “Você volta para as suas aulas lá no Departamento”. “Sim, senhor”. Levantei de lá, fui lá para o Departamento, que ele ia passar sobre o congresso, que a gente tinha uma reunião agendada, não falei nada para ninguém, consegui não falar nada. O Joel sabia, mas ficou na dele. Perceberam que eu voltei de lá, a gente volta, vem para um lugar que a gente está... daí só no dia seguinte, que eu já tinha resolvido mesmo protocolar minha aposentadoria, que eu chamei toda a equipe e falei para eles, nesse dia eu também falei.

Então eu preciso fazer um pró-memória e deixar tudo, cada coisa como que está. Porque o meu compromisso é com a instituição, não é com as pessoas.

Que os instrumentais - esse foi um aprendizado maravilhoso - que os instrumentais técnico-operacionais da nossa ação, eles podem ser utilizados em qualquer uma das perspectivas, o que vai diferenciar é o objetivo, aonde você quer chegar. Você quer destruir a bancada ou você quer pregar a bancada? Então o instrumento, ele é o mesmo. Agora, o objetivo e a forma de trabalhar esse instrumento é que modifica. O “para que?” e o “como?” é que modifica. Daí que passei a resgatar isso e tentar entender, dentro daquela compreensão que eu falei para você, que me tirava o sono, dentro da relação teoria-prática, como que na relação teoria-prática dentro desta perspectiva aqui, eu faço, por exemplo, uma entrevista, uma visita domiciliar. Tanto é que foi muito interessante essa reflexão, porque quando eu fui dar, trabalhar capacitação da triagem da Fundhas agora no ano passado e no início desse ano. Quer dizer, eram coisas que eu tinha refletido

lá e que eu fui adensar essa reflexão, porque é lógico, tudo... muita coisa foi pensada, repensada, sistematizada. Eu fui pesquisar para ver o que mais já tinha... mas que trabalhei com muita segurança com eles por conta de ter tido essa possibilidade de sentir isso na vivência cotidiana mesmo do trabalho. E, portanto, ensinar os alunos a serem competentes nisso e ensinar para eles dentro de qual perspectiva, vamos dizer... tem uma fase da disciplina de metodologia, um período da formação acadêmica, que a disciplina de metodologia tem que trabalhar a instrumentalidade. E daí que vem essa questão que eu digo, a opção.

...que nada disso, que pegou em questão subjetiva, em questão partidária, por incompetência da própria Câmara, do próprio mediador do prefeito, nada disso deixou com que eu não acreditasse na profissão e não amasse a minha profissão mesmo. Essa é uma dimensão que eu me envolvo, não com paixão, com amor, com amor sim; aquela pessoa que quer cultivar mesmo, que quer alimentar aquela prática, para que aquela prática floresça, germine, floresça, cresça, sabe?

Em 1984, na gestão do presidente da República João Batista Figueiredo, a LBA é presidida por Léia Leal, que vai reafirmar o propósito de tornar a instituição catalisadora de esforços para atendimento aos mais necessitados da comunidade, com o apoio de voluntários. A LBA, nesse período, 135 mil voluntários, seis mil entidades sociais conveniadas, dois mil equipamentos sociais próprios e oito mil servidores, segundo Sposati e Falcão (1989:28).

É importante frisar que, nessa gestão federal, o General João Batista Figueiredo deu continuidade ao processo de abertura política, iniciada na gestão anterior, do presidente Ernesto Geisel. O presidente João Batista Figueiredo suspende os efeitos do AI-5 e define uma política externa mais aberta. Em 1981, o governo propõe eleições diretas a todas as áreas do Poder Executivo, com exceção do cargo de presidente, dos prefeitos das capitais e áreas de segurança nacional.

Neste ínterim, é bom assinalar que é com a concepção do Estado de Bem-Estar Social, na Europa, que o Estado amplia sua intervenção no processo de reprodução social da classe trabalhadora na perspectiva de distribuição da riqueza social, para garantir o bem-estar dos cidadãos, reconhecendo seus direitos sociais. No Brasil, a criação da Seguridade Social apresenta a mesma eficácia e cobertura.

A LBA, como responsável pela gestão do social no País, muda a entonação, mas sem alcançar efetividade, como, por exemplo, nos coloca Sposati e Falcão (1989:29):

a FLBA, como parte do Sinpas, se vê impregnada destas orientações que supõem um reordenamento institucional que traz a tona a figura do usuário. Mais do que isso, resgata-se a idéia do

LBA São José dos Campos – foi fundada em 1942, com o nome de comissão municipal, contando com uma diretoria voluntária que se constitui dos seguintes elementos: um presidente (Sra. Antonia Amaral Mello) um tesoureiro e um secretário.

Inicialmente, o trabalho visava dar assistência às famílias dos pracinhas, doando alimentos, agasalhos, material escolar, medicamentos, enxovais para recém-nascidos e a distribuição de leite em pó. No período pós-guerra, foi estendido às famílias carentes da comunidade e não coberta por nenhum tipo de previdência. Pagamento de pensão para tuberculosos, pobres que vinham se tratar em São José dos Campos.

A LBA, nos anos 1980, na cidade, foi o órgão agregador do trabalho social, tendo papel de repassar verbas e fazer o intercâmbio com as entidades sociais e o próprio trabalho social da prefeitura. A LBA, por exemplo, financiava alguns projetos voltados ao trabalho com crianças e adolescentes, clubes de mães, bem como mantinha alguns trabalhos de geração de renda.

No âmbito do Serviço Social, há no decorrer da década de 1980, uma produção teórica intensa e rica, como bem exemplifica o texto de Yamamoto e Carvalho no Livro *Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil*.

O avanço dessa produção de conhecimentos deve-se, sobretudo, ao “desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no país”. É importante destacar que a criação e a expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, iniciada na década de 1970, vai configurar-se como espaço privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com diferentes áreas do saber e entre diferentes paradigmas.

Yazbek (2000:27) coloca que,:

Neste espaço, o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das

ciências sociais do país e do exterior. Também neste espaço o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo, acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros temas. Enfrentou o desafio de repensar a assistência social colocando-a como objeto de suas investigações. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais.

Complementando, Yazbek, (2006:24) afirma que o Serviço Social:

ganhou espaço junto ao CNPq, à Capes e a outras agências como área de pesquisa. Hoje temos no país 23 cursos de Pós-graduação na área do Serviço Social.... Convém observar que este acúmulo teórico instala no âmbito do Serviço Social uma massa crítica e um amplo debate que vai favorecer a construção do projeto profissional.

Ainda neste íterim, com a Constituição de 1988, é que se constitui formalmente a Seguridade Social Brasileira e incluindo a Assistência Social como política social.

Ao longo dessa década, a participação dos assistentes sociais na construção da Assistência Social no País, como política pública, foi primordial para a organização dessa política, tendo também, esses profissionais, um papel importante na elaboração da Loas (Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993), a qual dá forma legal de atenção à família, à criança e ao adolescente, ao idoso e aos portadores de deficiência, estabelecendo diretrizes para a implantação da Política de Assistência Social no território nacional.

Em paralelo, expande-se, na cidade, na década de 1980, o trabalho social, com a contratação de novos profissionais, os quais dão

visibilidade ao trabalho social, tendo como perspectiva a expansão do trabalho em comunidade. O trabalho social na cidade requisita mão-de-obra do assistente social, ampliando consideravelmente o número de contratação desses profissionais, muitos deles vindos de outras cidades ou Estados.

3.2 Os Movimentos Sociais e sua Interlocação na Cidade

O quadro de crises vividas pela sociedade possibilitou às classes populares alcançar uma tomada de decisão, se inserindo em movimentos sociais e populares, criando novas formas de manifestação, construindo formas democráticas de participação de base.

Nos anos 1980, os movimentos sociais ganham espaço na teia social e surgem novas formas de expressão e reivindicação, como nos coloca Gohn (1997:25-26):

No início dos anos 80, no Brasil, quando se falava sobre novos movimentos sociais, em encontros, seminários e colóquios acadêmicos, tinha-se bem claro de que fenômeno estava se tratando. Era sobre os movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam a práticas da ala da Igreja Católica, articulada à Teologia da Libertação. A denominação buscava contrapor os novos movimentos sociais aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das Sociedades Amigos de Bairros ou Associações de Moradores. O que estava no cerne da diferenciação eram práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local, de uma maneira totalmente distinta. (...) A categoria teórica básica enfatizada era a da autonomia. Na realidade, tratava-se mais de uma estratégia política embutida no olhar sobre os movimentos populares, pois reivindicava-se um distanciamento em relação ao Estado autoritário. Os fundamentos sobre a questão da autonomia eram difusos. Matrizes do socialismo libertário do século passado, assim como do anarquismo, estavam embutidas numa leitura que, no geral, fazia uma análise marxista da realidade. (..) começa a haver interesse, por parte dos pesquisadores, por outros tipos de movimentos sociais, tais como o das mulheres, os ecológicos, dos negros, dos índios etc. eram movimentos que tinham ganho expressão naquele período, embora eles tenham igualmente ressurgido no Brasil ao final dos anos 70 e, em alguns casos, estivessem até articulados, como a luta popular por creches e algumas alas do movimento feminista.

Nessa década é que aflora o movimento feminista e que se publiciza com maior ênfase a relação de gênero no Brasil.

É importante ressaltar que os movimentos sociais, na década de 1980, contribuíram para o marco da cidadania e como conteúdo de reflexão para os teóricos e pesquisadores.

Podemos também citar o movimento sindical, que vem de um processo de acomodação forçada diante da estrutura criada pelo Estado Novo, na qual essa entidade classista é mantida pelos impostos sindicais, sem conflitos presenciais fabris, remetendo-se ao trabalho assistencial, quando surgem, ainda na década de 1970, as greves e que se prolongam pela década de 1980, em busca de melhores condições de trabalho e remuneração.

Na história do Serviço Social no Brasil, o processo de sindicalização marca o período de 1978 a 1988. Esse período possibilita à categoria o ingresso na demarcação sociopolítica, fator anteriormente não acessado pelos profissionais com perspectiva de reflexão crítica sobre os caminhos percorridos e a percorrer pelo Serviço Social em direção à integração da profissão no espaço técnico e especializado na sociedade, não só enquanto espaço ocupacional, mas como espaço de relação social e política.

Abramides e Cabral (1995:15) colocam:

A concepção e a prática do novo sindicalismo apresentam ainda o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e o lugar no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao Socialismo.

O período analisado – de 1978 a 1988 – compreende uma década do novo sindicalismo no Brasil e se contextualiza no ciclo conjuntural da transição lenta, gradual e segura, que se prolonga por quinze anos, perfazendo o período de 1974 a 1989. O seu início ocorreu ainda na ditadura, com Geisel – de 1974 a 1988 – com a política de distensão ou democracia relativa...

Em 1979 é fundada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), e, em 1983, ocorre a criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), com caráter deliberativo.

Todo esse movimento de sindicalização no Serviço Social culminou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o qual ficou denominado como o congresso da “virada”.

O complexo Ceneas/Anas cumpre a função de centralizar e unificar as lutas dos assistentes sociais, com reivindicações, por exemplo de Plano de Classificação de Cargos (PCC), e Salário Mínimo Profissional (SMP).

São filiados à Anas 28 entidades pré-sindicais e sindicais de todo o País.

É importante ressaltar que a Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp) participa, em 1978, do I Encontro Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais, com outras quatro entidades. A partir do III Encontro de Entidades, em 1979, é que se cria a Ceneas.

No ano de 1973 é fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a Anas se filia a essa entidade.

Abramides e Cabral (1995:30) pontuam:

A partir de - 1990, inicia o processo de dissolução dos sindicatos de base de assistentes sociais, para a inserção da categoria nos sindicatos por ramo de atividade ou contratação, com a conseqüente extinção da Anas em 1994.

As autoras analisam como acertada politicamente a extinção das entidades sindicais de categoria e resultado do amadurecimento alcançado naquele momento.

Todo o percurso percorrido pelo Serviço Social não ficou descolado da realidade vivenciada pelos demais sindicatos, visto que a Anas se filia a CUT e passa a discutir e, junto com as demais entidades filiadas, a seguir a pauta de resoluções encaminhadas pela categoria.

Giannotti e Neto (1990:36) relatam:

O ano de 80 vê iniciar-se uma crise econômica que vai durar até 84. O reflexo na classe trabalhadora é o desemprego, com o conseqüente recuo nas lutas reivindicativas. Diminui a capacidade de realização de grandes lutas como no triênio anterior. Ao mesmo tempo politicamente ocorrem grandes mudanças. A Ditadura Militar chega ao seu esgotamento e a classe dominante prepara uma transição que garanta a continuidade essencial do sistema econômico-político. Os empresários enfrentam a crise econômica com planos de reestruturação e reciclagem. No trato com os trabalhadores, eles procuram a alternativa da negociação e de um pacto social que supere o simples recurso à repressão policial.

Nesse momento, acelera-se a introdução de novas tecnologias nas empresas e, em conseqüência, aumentam os métodos de controle dos trabalhadores. Os ativistas sindicais e as lideranças são mapeados pelas chefias imediatas dentro das fábricas e, através de listas negras, são demitidos.

Na cidade de São José dos Campos, há um sindicalismo forte, mas uma participação popular quase inexistente, e é com o movimento político, e a eleição histórica da oposição (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), que se fala com proeminência na difusão da participação popular e na perpetuação do processo democrático.

Minamisako (1992:258) coloca:

Apesar de todos os limites já mencionados anteriormente e compreendendo a proposta política do PMDB, contida em sua carta programática, na perspectiva da Democracia Liberal, colocando a

participação representativa como limite, esta gestão teria exercido um papel importante, na medida em que contribuísse no processo educativo de uma participação efetiva, fortalecendo assim a sociedade civil na conquista de uma real democracia. Porém, enquanto partido político, preservou uma feição elitista e excludente, não se prestando a uma ação intermediadora que permitisse a coesão interna dos movimentos sociais que se gestavam, avessos ao clientelismo.

Percebe-se que há, por parte da comunidade, vontade de ver de perto o que é democracia. Os moradores dos bairros periféricos engajam-se nos movimentos de bairros, movimentos populares em geral, que se dissipam por toda a cidade. Há uma proposta conduzida pelo Serviço Social de participação social com o intuito de democratizar os espaços públicos, numa perspectiva de co-gestão, mas a direção dada pela administração pública entra em confronto com essa proposta empreendida, havendo choques de interesses e ideologias.

Maria Célia relata:

Em 1982, foi eleito desde governador, senador, prefeito. Foi o ano do PMDB. As fundações (Pedroso Horta) eram espaços de discussões, os cadernos que eles têm, eles fizeram em grupos de trabalhos, os cadernos que eles têm são altamente consistentes. Eles convidam todos os sindicatos, todas as categorias profissionais para participarem. E, no caso local, nós temos a história de gestão do executivo local (com assessoria da Fundação Pedroso Horta) ... Foi um trabalho que cresceu muito rápido (trabalho social), porque todo mundo estava mobilizado, não só nós profissionais, mas com a população, porque tinha sido um ganho a questão de eleger, como o pessoal dizia “de cabo a rabo” o MDB ... As pessoas estavam renascendo de uma história de extrema repressão ... então, no início da década de 80 era muito representativo no cotidiano da gente, de você poder falar, de você poder expor suas idéias...

Esse trabalho de educação social amplia-se e ganha fôlego, mas em decorrência, os vereadores da cidade (que não estavam preparados

para aceitar a autonomia da coletividade) entram em confronto com o trabalho proposto, dificultando seu desenvolvimento.

Surge nesse momento, no paralelo, um setor de atendimento a lideranças, que passa a “minar” o processo de construção dos movimentos autônomos, passando, as Sociedades Amigos de Bairros (SABs), a ser dependentes financeira e ideologicamente do poder local, à medida que assume difundir as propostas políticas da administração em exercício e/ou se filiando ao partido vigente ou se eximindo de ter uma preferência partidária.

Mina-se esse processo de formação política e desenvolvem-se atividades comunitárias com o intuito de promover o desenvolvimento comunitário, porém, a estratégia utilizada desencadeou um movimento muito mais de competição entre bairros, do que um movimento de educação popular na direção de autonomia e gestão co-participada.

Maria Regina argumenta:

E eu vim ainda com uma atuação do Serviço Social bastante vinculado à questão de o importante é organizar o povo. Quando cheguei aqui, tinha essa coisa forte do Serviço Social em comunidade, mas uma visão totalmente distorcida, até daquele que a gente pensava que seria o Serviço Social em comunidade, que era uma coisa muito vinculada... gincana e tal. E é interessante que o Serviço Social já havia vivido, porque o Serviço Social já tinha vivido uma experiência mais politizada, mais crítica, que foi com a demissão dos assistentes sociais... Quer dizer, já tinha uma experiência do que um Serviço Social mais atuante, com a comunidade no sentido da organização, de Sociedade Amigos de Bairros e aí retrocedeu com o MDB (gestão), que é o momento que chego (na cidade), que passa a ser um Serviço Social em comunidade muito mais para controlar as Sociedades Amigos de Bairro...

Diante dessa situação de incertezas, a categoria profissional dos assistentes sociais volta-se para si e inicia um processo de avaliação e

reelaboração da intervenção profissional na cidade, discutindo situações específicas da categoria.

Inicialmente, forma-se um grupo de discussão entre colegas de trabalho (da Prefeitura do Município de São José dos Campos), agregando depois outros colegas e buscam apoio nos organismos de classe, tornando-se um grupo representativo do Conselho Regional do Assistente social (Cras).

Mônica relata:

... a gente tinha um grupo, quer dizer, eu e mais alguns colegas, a gente resolveu criar um grupo de estudos. Esse grupo tinha inicialmente o objetivo de discutir a prática profissional... e a gente discutir essa prática no sentido da gente encontrar alternativas para enfrentar as dificuldades que a gente tinha e como a maioria trabalhava em órgão público na época, as dificuldades nossas era realmente as dificuldades políticas, a interferência de vereador, a população facilmente era “cooptada” por qualquer situação que viesse a haver, a acontecer na época, ou mesmo a dificuldade mesmo, da população, da gente desenvolver essa participação popular no processo de organização deles.... O objetivo do grupo inicialmente foi um grupo de estudos para discutir a questão da prática. A partir do que esse grupo começou ... a ter reuniões sistemáticas, a gente registrar isso em ata e... começar a participar também de outros eventos que acontecia dentro da categoria, o que aconteceu? Esse grupo passou a ser um núcleo. Em princípio, eu não lembro, mas eu acredito que seja um núcleo do Cress, que na época era Cras. Por quê? Porque o próprio Cress, isso... não sei se a memória vai me falhar aqui, mas, na época, a nível de Estado de São Paulo, começava também a se organizar uma série de grupos dentro do Estado de São Paulo que se tornaram núcleos, núcleos de estudos de assistentes sociais. E desses núcleos, quer dizer, paralelo à atuação do nosso núcleo, acontecia uma movimentação maior dentro do Estado de São Paulo, que era a movimentação para a categoria de assistentes sociais se organizar enquanto sindicato. Então, o que aconteceu? Desses núcleos... a partir do momento que a gente passou a participar de eventos estaduais, nacionais e

regionais, esses núcleos passaram a ser, se tornaram comissões pré-sindicais. Por que eram comissões? Porque a gente... além das nossas questões, que a gente discutia da prática, a gente também discutia de que maneira que a gente poderia organizar a categoria na região ou no município, para fortalecer esse encaminhamento para que a categoria tivesse o seu próprio sindicato. Então,, a gente do núcleo de estudos, a gente passou a ser comissão pré-sindical. E aí, quando a categoria, a partir do Cress e de outros... órgãos que eu não me lembro agora, a gente conseguiu, a categoria conseguiu ter o seu próprio sindicato e a gente passou a ser um membro, vamos dizer assim, um grupo que era um dos grupos que ajudava articular toda a discussão a nível de sindicato dos assistentes sociais.

Esse processo de organização dos assistentes sociais na cidade é tardio, visto que Silva e Silva (2002:42) aponta:

O percurso do Serviço Social no Brasil, no período 1974-1985, configura uma intensa movimentação dos assistentes sociais que repercute profundamente nas três dimensões constitutivas da profissão, representadas pela dimensão político organizativa, pela dimensão acadêmica e talvez, com menor intensidade, pela dimensão da intervenção profissional, no nível dos organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos.

O Serviço Social na cidade, por necessidade de respostas, inicia um movimento de articulação e discussão e acaba se fundindo ao processo de discussão nacional, organizando-se e vinculando-se ao Cras, hoje Cress, sendo referência na região.

Tivemos, nesse período, por um lado, os movimentos sociais e populares, aos quais foi buscado servir, organizando-os e direcionando suas reivindicações, e, por outro lado, a participação nas representações de classe da categoria dos assistentes sociais, buscando respaldo e fundamentação técnica, numa organicidade na sua relação. Embasando a prática profissional, instrumentando a categoria para a relação seja com o Estado, seja com os movimentos, expressando as

contradições do Estado e mesmo das instituições referências, em relação às demandas sociais.

3.3 Constituição de 1988 e as Ações de Assistência Social

Em decorrência da transição política, com a superação do autoritarismo militar e a instauração do regime democrático, apesar das marcas ainda conservadoras, nessa transição, configura-se para o Serviço Social um espaço político profissional diferenciado, colocando em debate a questão social e suas expressões, no contexto de transformações no capitalismo.

Com a abertura política e o retorno de algumas liberdades democráticas, como o direito de escolha do presidente da República, há uma conclamação à reformulação da Constituição e é instalada a Comissão Constituinte, em 1986, que, em sua tarefa de rever a Carta Magna que rege o País, define constitucionalmente, a assistência social, como política pública de Seguridade Social, atribuindo-lhe caráter formal de Política Social. Para que isso ocorresse, foi necessária uma intensa mobilização da sociedade civil e, fundamentalmente, dos assistentes sociais, representados por suas organizações de classes e instituições formais.

Silva e Silva (2002:46) analisa:

Por isso mesmo, o processo constituinte, desde a convocação feita em 1986, até a promulgação da nova constituição em 1988, é palco de uma intensa luta política na qual as classes sociais atuam organizadamente, ainda que em condições bastante desiguais, claramente desfavoráveis aos trabalhadores, proletários e excluídos.

Com a instalação da nova constituinte, criam-se comissões setoriais para o campo da Previdência Social – habitação, saneamento, assistência social, saúde e educação –, orientados pelo discurso da cidadania, tendo como princípios a descentralização administrativa dos serviços e benefícios; o controle dos programas sociais e a participação popular; o acesso a bens e serviços.

Yazbek (2004:12-13) ressalta:

É nesse sentido, que tantas vezes afirmamos que a Loas estabelece uma nova matriz para a Assistência Social brasileira, iniciando um processo que tem como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. A inserção na Seguridade aponta também para seu caráter de política de Proteção Social¹⁵ articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo. ... Como lei, a Loas inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social. Inova também ao propor a participação da população e o exercício do controle da sociedade na gestão e execução das políticas de assistência social.

O processo de mobilização da categoria para implementar a discussão política e reivindicação de dar à Assistência Social, na nova Constituição, um *status* de acordo com sua consistência e importância para o enfrentamento da questão social na cidade, foi muito passivo em São José dos Campos, com apenas alguns assistentes sociais

¹⁵ Por Proteção Social entendem-se as formas "às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. Incluo neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com o intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades" (DI GIOVANNI, 1998:10)

acompanhando o movimento nacional. A mobilização só toma maior vulto com o reconhecimento constitucional da Assistência Social como direito, na Constituição, e com a discussão para a implantação da Loas.

Em São José dos Campos, essa movimentação, apesar de moderada, tem algumas ações buscando envolver os profissionais no processo de discussão da lei e mesmo participando através de abaixo-assinado, como nos coloca Maria Célia:

O debate focado e organizado em nossa cidade foi muito rico e com contribuições consistentes.

Nesta época, 1985/86/87, já no Departamento de Serviço Social da Unita, através de convites ao Aluisio Mercadante, várias mesas de discussão foram organizadas, convidando através do Cress os colegas de toda a região e litoral norte... Houve uma relação e uma participação intensa na formulação da Política de Assistência Social versada na Constituição de 1988.

Também a Câmara de São José dos Campos organizou um debate, com o senador Eduardo Suplicy, sobre Renda Mínima, exatamente em 1986. Eu já estava na chefia de departamento e como éramos canal na região, fui convidada para compor a mesa de debate, juntamente com outros segmentos.

Esse foi um momento histórico, da maior importância para compreensão da questão da cidadania e para assegurar um salto de qualidade a questões sociais candentes na realidade nacional.

Esse depoimento demonstra por onde passou a discussão para aprovar a lei na região e como os profissionais da cidade de São José dos Campos se apropriaram dessa discussão, bem como se fizeram presentes nesse momento que, para a Assistência Social, no País, tem um salto qualitativo, possibilitando a inclusão social e o exercício de cidadania.

3.4 Constituição da Assistência Social na Década de 1990

Hoje, reportar a gênese do Serviço Social faz-se necessário, com os olhos voltados ao movimento da história no tempo presente e com estudos históricos contextualizados das ações efetuadas, para compreender a trajetória histórica percorrida e dimensionar a importante contribuição e a vanguarda atribuída ao Serviço Social na época e a possibilidade de sua constituição na contemporaneidade, abrindo novos leques para novas construções, o que possibilitou, na atualidade, ter dado um salto quantiquantitativo na abordagem da profissão Serviço Social, e isso se qualifica, porque tivemos como cenário agentes inseridos na trama do movimento histórico social.

Toda história requer sujeitos que a fazem e atribuem significados sociais, de acordo com seu tempo e sua época.

Um marco histórico para o Serviço Social, nesta década, é a promulgação da Loas.

Como já citado, para chegar ao patamar de política social, a Assistência Social no País passou por vários momentos. Em 1937, por exemplo, a Assistência Social, como campo de ação governamental, inaugura primeiramente o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e, na década de 1940, LBA.

Em 1977, cria o Ministério da Previdência e Assistência Social, ainda baseado na centralidade e exclusividade da ação federal.

Só com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, reconhecendo a assistência como dever do Estado, no campo da seguridade social, e não mais isolada, entendida como uma política complementar, que a assistência se eleva ao patamar de política social.

Em 1989, foi criado o Ministério do Bem-Estar Social, na contramão da Carta Magna, fortalecendo o sistema vigente, um modelo

simbolizado pela LBA, centralizado, desconhecendo as novas diretrizes para enfoque da Assistência Social, que contempla o artigo 203 da Constituição Federal, onde se lê: “A assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social”, e no artigo 204, que diz: “ As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes”: primeiro descentralização político-administrativa e segundo participação da população na via da fiscalização e controle.

Em 1990, a redação da Loas é vetada pelo Congresso Nacional e só em 1993, com negociações e movimentação nacional, envolvendo gestores das três esferas governamentais e representantes de movimentos populares e de classes no Congresso, permitiu a aprovação da Loas, que foi promulgada em 7 de dezembro de 1993, sob a Lei 8.742. Iniciando, em seguida, o processo de gestão pública e participativa , com acesso da população através dos conselhos, de caráter deliberativo e paritário, em todos os níveis (federal, estadual e municipal). A Assistência Social passa a ser ato de direito e não de vontade.

Em 1997, é editada a Norma Operacional Básica (NOB), que conceitua o sistema participativo e descentralizado, instituindo a obrigatoriedade da constituição do Conselho, do Fundo e do Plano Municipal de Assistência Social, como requisito para receber recursos federais.

Em 1998, há nova edição da NOB, agora diferenciando serviços, programas e projetos, criando os espaços de negociação e pactuação.

Para a década de 1990, o sujeito selecionado para a pesquisa se aproximou do perfil de envolvimento político e social da categoria profissional, constituindo numa referência na cidade, em todos os

âmbitos do Serviço Social. Entrevistamos a assistente Social Maria Regina de Ávila Moreira, que se apresenta da seguinte forma:

bom, meu nome você já sabe, eu tenho 44 anos. Eu tenho 20 anos de trabalho como assistente social. Eu só trabalhei como assistente social e no mesmo lugar praticamente. Há 20 anos na prefeitura e há dez anos, 11 anos na Universidade de Taubaté, como professora. Eu me formei na Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, em 1983. Então, entrei em 83 e fiz cursos de pós-graduação. Eu fiz o curso de Saúde Pública, na Fundação Oswaldo Cruz, aí depois eu fiz mestrado e doutorado na PUC. Bom, (não é?) um pouco para você sim, porque eu acho que a minha... o local da minha formação e o período da minha formação tem muita influência na minha trajetória profissional. Quer dizer, eu entro na faculdade no processo de abertura política, quer dizer, a gente está saindo de um processo de ditadura militar. Então, quer dizer, quando eu entro na faculdade, eu entro no pleno vigor de ascensão dos movimentos sociais, entre eles do movimento estudantil. Então quer dizer, acho que nesse sentido eu me sinto até privilegiada, de estar começando a ter contato com o Serviço Social num momento em que os movimentos sociais também estão ascendendo, quando surge o PT, vai surgir a Central Única dos Trabalhadores. E a nossa formação, de todo mundo daquele período, principalmente nas escolas públicas, nas Universidades Federais, foi muito marcada, influenciada por esse momento. Eu escolhi o Serviço Social, acho que pelas mesmas razões que a maioria, ou grande parte das pessoas escolhem, Conceição, que foi para ajudar os pobres. Nada, nada politizado, nada profundo, nada crítico. Tinha essa coisa de: “eu queria fazer a Sociologia na prática”, aquela idéia de que eu precisava escolher alguma coisa na prática, e eu aí achava que o Serviço Social era a prática da Sociologia, que é uma visão equivocada, mas, enfim... e pessoalmente também eu tinha uma questão minha, na minha casa, que eu tinha uma avó doente, que eu achava que faltavam instituições para tomar conta de pessoas desse jeito e então eu também queria me envolver. Tanto é que eu

achava que eu ia me envolver com essa questão da terceira idade e eu nunca trabalhei com isso. Mas desenvolvi, desde aquela época, uma concepção sobre essa questão da velhice, que eu mantenho muito até hoje e que eu vejo muito equívoco também, por exemplo, a responsabilidade da família. Que eu acho que se assumiu essa coisa da responsabilidade no sentido de responsabilizar a família de uma maneira muito errada e que naquela época tinha. Porque eu já achava que tinha que ter instituições bancadas pelo Estado para atender a terceira idade. Então, assim, o que me levou ao Serviço Social foi essa questão mesmo da ajuda, embora eu tivesse assim alguma idéia de que o Estado era responsável, mas eu não tinha crítica sobre isso não. Era

eu... (interrupção na gravação). Então, essa necessidade de participar da mudança da sociedade, elas estão muito juntas, elas estão muito coladas.... Eu só sei o seguinte, Conceição, assim, eu gosto tanto de ter a cabeça que eu tenho, que eu devo isso ao Serviço Social e à militância, entendeu? Eu acho que eu não seria a pessoa que eu sou hoje se não fossem essas duas coisas. Então, e quando eu me formo, na verdade, quer dizer, no Rio de Janeiro, o mercado de trabalho muito restrito e eu fui fazer a pós-graduação em Saúde Pública muito mais pela possibilidade de estar inserida, quer dizer, continuar o estudo, porque eu não tinha outra identidade na minha vida, a não ser estudante. Eu não era uma daquelas alunas trabalhadoras, eu trabalhava como estagiária, mas eu não trabalhava como outras pessoas, já eram bancárias, industriárias, vendedoras, já faziam coisas, não, eu me dediquei aos estudos. Então, a minha identidade de estudante, e a necessidade de sobrevivência, também me levaram a esse curso de pós-graduação, não por uma vinculação com a questão da saúde propriamente dita. No Rio, a coisa dos assistentes sociais com saúde é muito forte, mas, para mim, foi muito mais por necessidade de sobrevivência porque tinha bolsa de estudo. E que foi muito importante, porque eu tive contato com outras disciplinas.... Em 1985, já acabando o curso de pós-graduação, então, aparece o concurso na Prefeitura de São José dos Campos. Eu vim junto com outros colegas do Rio de Janeiro, várias pessoas passaram, aliás, São José e Rio de Janeiro tem uma história grande. E vim para cá. Vim, porque era... seria a possibilidade de eu ter uma experiência profissional, porque na época a possibilidade era para se desenvolver o tal Serviço Social em comunidade, era assim que foi divulgado o concurso, Serviço Social em comunidade. E porque também, como eu estava muito vinculada a movimento, na época eu já estava participando de diretório municipal do PT em Niterói e eu era responsável pela Secretaria Sindical. E eu achava que eu estava vindo para o berço do movimento operário. São José dos Campos, eu falei assim: "Agora sim, eu vou saber o que é o tal movimento operário, que, afinal de contas, os proletários são os protagonistas da história, são os sujeitos

revolucionários. Enfim, eu quero ir para esse lugar”. E eu vim ainda com uma atuação do Serviço Social bastante vinculado à questão de o importante é organizar o povo. Quando cheguei aqui e tinha essa coisa forte do Serviço Social em comunidade, mas uma visão totalmente distorcida até daquele que a gente pensava que seria o Serviço Social em comunidade, que era uma coisa muito vinculada - eu não sei se você lembra - gincana e tal. E é interessante porque o Serviço Social já tinha vivido uma experiência mais politizada, mais crítica, que foi com a demissão dos assistentes sociais. A Maria Célia participou daquele movimento todo dos transportes, etc. e tal. Quer dizer, já tinha tido uma experiência do que era um Serviço Social mais atuante, com a comunidade no sentido da organização, de Sociedade Amigos de Bairros e aí retrocedeu com o MDB, que é o momento que eu chego, que passa a ser um Serviço Social em comunidade muito mais para controlar as Sociedades Amigos de Bairros, que tinha que ter uma assistente social em cada Sociedade Amigos de Bairros muito mais para controlar o que eles estavam fazendo, do que ter autonomia para trabalhar..... Porque, para mim, profissionalmente, eu vou viver, de 89 – eu vou explicar isso direitinho – a 92, um vácuo em termos do movimento da Assistência e do próprio Serviço Social. Por quê? Com a aprovação da Constituição, nós vamos fundar, aqui em São José dos Campos, o Sindicato dos Funcionários Públicos. Então, a Constituição, para mim, ela vai ter um significado muito mais, porque ela vai, vai significar a luta pela sindicalização dos funcionários públicos. E para dar consequência àquela perspectiva que a gente estava elaborando na categoria, que era de que a gente tinha que se vincular ao movimento dos trabalhadores. Quer dizer, isso vai ter um peso muito maior do que a aprovação para mim, dos artigos 203, 204 da Constituição. Eu vou estar muito mais voltada para isso. Quando a gente funda o sindicato e começa a participar disso, e 1989 eu vou ser demitida da Prefeitura por fazer greve, vou dirigir esses anos da minha vida todinha ao movimento sindical. Quer dizer, o meu contato com a Assistência Social, ele vai ser muito pontual e vai ser só quando eu estou com os

assistentes sociais da Prefeitura de São José dos Campos, mas para chamá-los para alguma discussão de organização dos funcionários públicos.... quando eu volto para o movimento da categoria e para a assistência social, nós, a categoria já está brigando pela aprovação da Lei Orgânica. Quer dizer, a elaboração... mas também não lembro de ninguém aqui de São José estar participando disso. É muito interessante por que? É a partir da eleição do PT no município, aqui em São José em 92, é que nós vamos tomar essa questão da Lei Orgânica e de toda discussão da Assistência Social como política pública de direito e equacionar na nossa cabeça como é que é isso vai ser a partir, acho, penso eu, posso estar enganada, mas a partir do PT. Então parece que nós vamos viver meio que um vácuo aí nessa discussão da Assistência.... quando eu assumi a Secretaria, no governo do PT, em 93, até mesmo quando já tinha sido nomeada, antes de começar o meu exercício efetivo, como eu te falei, lá, eu estava vivendo um vácuo nessa discussão mais específica da Assistência Social. Eu levei um susto quando... com a Loas, eu fui pega de surpresa com isso tudo. Então, assim, se não fossem os assistentes sociais da prefeitura, para mim seria muito difícil. Quer dizer, quando a gente resolve que ia bancar o meu nome para a Secretaria, que a gente senta para fazer a discussão de qual seria o programa de governo do PT, você lembra disso. Quer dizer, eu chamei os assistentes sociais, e foram eles que foram construindo. E eu posso te dizer o seguinte, pela minha formação, pela militância, politicamente eu incorporei rápido essa discussão da Assistência Social. Claro que eu tive que fazer um exercício para eu mesma justificar as razões disso, do porquê que a Assistência Social é direito. Eu tive que elaborar para eu incorporar isso, então... Mas eu acho que incorporei. Politicamente foi muito rápido, agora, operacionalmente, como é que era isso, essa questão do Benefício de Prestação Continuada, a descentralização significava exatamente o quê? Como é que estavam funcionando os convênios com as entidades? Não fossem os assistentes sociais da Prefeitura, que tinham muito bem acúmulo desses anos todos de experiência, eu não

conseguiria fazer essa junção do que. Tecnicamente, concretamente seria necessário, para juntar o dia-a-dia da Assistência com esse político que está colocado na Lei Orgânica, que estava colocado na Lei Orgânica da Assistência Social. Quer dizer, os assistentes sociais foram fundamentais, os assistentes sociais da Prefeitura. Sem eles eu acho que a gente não... sem eles São José não teria uma incorporação da Assistência que tem hoje.

Os anos 80 e 90 foram anos que constituíram terreno para o avanço da regressão do neoliberalismo, e as políticas sociais estão no palco de reordenamento, sendo submetidas a política econômica, passando pelo apelo á solidariedade e a filantropia, com proposta de enfoque seletivo e com focalização na ação de combate à pobreza.

Diante disso, novas questões são postas ao Serviço Social; seja, no âmbito da intervenção, seja na construção de conhecimentos.

Não deixando de considerar que estas décadas estão nos marcos da reestruturação produtiva do capital globalizado.

Deste modo, é necessário desvendar essas lógicas do capital na atualidade, conseguindo compreender as mudanças impostas ao mundo do trabalho e da desestruturação das formas de proteção social, conseqüentemente as influencias impetradas as políticas sociais.

Neste processo de contradições e desafios, a década de 90, coloca ao Serviço Social, a emergência de entender essas novas configurações da questão social, expressada pela precarização do trabalho e conseqüentemente, o trabalhador se vê penalizado.

Dentro desta perspectiva, a Constituição Federal de 1988, a assistência social brasileira se constrói numa nova matriz, como política publica de direitos, e a agenda do neoliberalismo, com sua herança desestruturadora, confundindo e dasafiando o desatar dos nós.

Nesta década, o Serviço Social no Brasil debruça-se sobre a reflexão de direitos e cidadania, contrapondo-se a todo o processo de

organização popular, destinado às comunidades e aos grupos específicos e passando à abordagem individual, perdendo o senso do coletivo e dificultando o trabalho de apoio e fortalecimento das comunidades ou grupos.

Abreu (2002) coloca que tivemos três tipos de abordagens socioeducativas na trajetória histórica do Serviço Social: a da ajuda – Serviço Social de Caso, na perspectiva moralizadora e de readequação social; a da consciência – perspectiva tecnicista na organização comunitária; e a emancipatória - tendo como perspectiva entender esse homem num contexto histórico social. Na orelha de seu livro, a professora Dra. Maria Carmelita Yazbek, sintetiza essas fases:

Para a autora, a pedagogia da ajuda desenvolveu-se sob a ótica da reforma moral e da reintegração social, pela ajuda psicossocial individualizada, apoiada pelo Serviço Social de casos e sua ênfase no relacionamento interpessoal; a pedagogia da participação configurou-se como uma expressão da estratégia desenvolvimentista modernizadora dos anos 50/70 no país, apoiada no Desenvolvimento de Comunidade, uma das abordagens do Serviço Social tradicional, voltada à integração social, pela cultura do “bem-estar”; e a pedagogia emancipatória, que emergiu como contestação ao projeto conservador predominante, no âmbito do movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano e que se caracterizou pela “construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização”.

Toda movimentação da profissão, através de seus agentes, não é homogênea. Acreditamos que é um fator importante, nessa trajetória, o Código de Ética de 1993, que tem como premissa a construção de uma nova ordem societária contrapondo-se ao capitalismo, mas não exclui o diálogo com outras posições plurais que se põem ao debate.

É nesse palco que se fortalece o espaço de criação profissional, presidido pela originalidade própria da relação entre sujeitos, sejam eles parceiros profissionais, usuários, movimentos ou instituições que se

colocam na trama do movimento sócio-histórico e também todo processo de mobilização para constituir as novas bases das diretrizes curriculares, o que culminou na elaboração das novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social (1996), com amplo debate com a categoria profissional (professores, alunos e profissionais), tendo como perspectiva o projeto ético-político profissional.

Tanto o código de ética como as diretrizes curriculares foram construídas coletivamente.

Os projetos coletivos traduzem uma dimensão também política, pois na medida em que há disputa de pensamentos e posicionamentos coletivos, há luta de poder, e esses projetos incorporam interesses de classe social e são maleáveis e passíveis de mudança, de acordo com o movimento histórico da sociedade e das relações sociais.

Dentre os projetos coletivos, há os que se referem às profissões, as quais possuem um regulamento jurídico, com formação teórico-metodológica técnica e interventiva, com valores, objetivos, funções, requisitos e também estabelecem e normatizam sua relação com os usuários.

No Serviço Social, a organização profissional compreende o sistema Cfess/Cress, a Abepss, a Enesso, e outras associações às quais o assistente social se afilia.

O Projeto Etipolítico vem consolidar os esforços da categoria na construção de novos conhecimentos, possibilitando uma base teórica mais consistente à profissão na perspectiva de uma nova proposta de sociedade, mais justa e igualitária.

3.5 O Serviço Social em suas Bases Representativas e os Desafios Apresentados à Prática Profissional

Ao ser legalizado, em 19 de abril de 1949, pela Portaria 35 do Ministério do Trabalho, a profissão é constituída como uma profissão liberal. Na prática, como já assinalado, o Serviço Social não atua como uma profissão liberal. Em decorrência, o assistente social necessita de um aparato institucional para munir-se de condições materiais para efetivar o seu exercício profissional.

Nesse sentido, Yazbek (2004:16) coloca:

...o assistente social não desempenhava (como atualmente não desempenha) suas atividades como profissional autônomo, não dispondo do controle das condições materiais e organizacionais em seu exercício, o que não significa que a profissão não disponha de relativa autonomia e de características presentes nas profissões liberais, como: a relação singular que pode estabelecer com seus usuários; o caráter não-rotineiro de seu trabalho; a presença de um Código de Ética orientando suas ações; a possibilidade de apresentar propostas de intervenção, a partir de seus conhecimentos teórico/metodológicos e técnico/operativos e, finalmente, a regulamentação legal da profissão.

É importante ressaltar que o Serviço Social aparece como profissão em 1936 e já em 1949 se constitui legalmente. Tem um processo de crescimento e evolução, se constituindo e atingindo a sua maturidade. Seu desenvolvimento está intimamente ligado ao movimento da história da sociedade; por exemplo, nos dias de hoje, as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho afetam diretamente a profissão, pois ela tem que se adequar para poder intervir nas implicações que estas mudanças provocam na vida da sociedade e especificamente na vida da população usuária dos serviços sociais. Yazbek (2004:20) assinala:

... interfere no trabalho do Assistente Social, na esfera pública e no setor privado, são as mudanças no mercado de trabalho, localizadas no quadro mais amplo da desregulamentação dos mercados de trabalho, entre as quais destacamos as tendências à diluição das

fronteiras profissionais, a expansão do trabalho interdisciplinar e a emergência de processos como terceirização, contratos de trabalho parciais, por projetos ou temporários. Concretamente, sob os impactos dessas transformações que já interferem no cotidiano de seu trabalho, o Serviço Social brasileiro enfrenta novas demandas, atribuições e competências, a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado de suas práticas de sempre.

Assim, por exemplo, os profissionais que atuam na esfera estatal sofrem as conseqüências da redução de recursos para a área social, o que muitas vezes compromete a qualidade dos serviços prestados. Mas, também, com os processos de descentralizadores das políticas sociais, vemos crescer, para esses profissionais, demandas por ações de planejamento e gestão política. Os conselhos de defesa de direitos e de controle das políticas públicas destacam-se como espaços em que o protagonismo dos Assistentes Sociais se faz notar. Na área empresarial, onde crescem as demandas “por perfil”, o Assistente Social atua nas áreas de recursos humanos, planejamento estratégico, qualidade de vida e saúde do trabalhador, prevenção de riscos, além de prestação de serviços e gestão de benefícios sociais.

Toda essa demanda assinalada por Yazbek, exige da profissão maturidade profissional, o que evidencia novos conhecimentos e habilidades profissionais.

Esses conhecimentos e essas habilidades são construídas através das relações que se estabelecem entre os conhecimentos adquiridos na vivência, na prática, construindo um processo dialético, que estabelece a inter-relação com a sociedade, com outros profissionais, com os representantes da categoria, bem como na relação intrínseca entre instituição, profissional e usuário. A história permeia toda essa construção e é parte integrante desse processo de produção do conhecimento e de maturação da intervenção.

Com esse crescimento de reflexão e crítica, os profissionais, com os órgãos representativos, e com grande participação da categoria,

constroem o Código de Ética da profissão¹⁶, tendo, em sua última versão, como princípios: a liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos, a cidadania, a democracia, a equidade, a justiça social, o respeito à diversidade, a garantia do pluralismo, uma nova ordem societária, o aprimoramento técnico e intelectual e a defesa contra a discriminação.

O Código de Ética do assistente social construiu dispositivos que estabelecem os padrões de relacionamento do profissional com os usuários; com as instituições empregadoras e as outras; com os profissionais; com as entidades da categoria, entre outras organizações civis. Trata, ainda, do sigilo profissional, um instrumento que o assistente social tem e que assegura ao usuário que as informações passadas ao profissional não serão reveladas sem prévia autorização deste.

Constam também, neste código, as observâncias das penalidades; da aplicação; e do cumprimento do código.

O Código de Ética Profissional e a lei de regulamentação da profissão são instrumentos importantes ao profissional, para que possa exercer a profissão com maior competência, delimitando seu campo de ação e instigando-o no papel técnico-operativo e político.

Netto (1990:95) defende que os projetos profissionais:

apresentam a auto imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

¹⁶ Para maior aprimoramento, encontra-se o Código de Ética do Serviço Social no livro de *Legislação*

Yazbek (2004:23) afirma:

Um projeto de profissão envolve, portanto, um conjunto de componentes que necessita se articular: são valores, saberes e escolha teóricas, práticas, ideologias, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, processos de debate, investigações, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão é parte e expressão.

Para Yazbek (2004), a construção desse projeto ético-político contou com algumas exigências, como a necessidade de ruptura com o histórico conservadorismo que acompanhou o pensamento e a ação do Serviço Social desde sua emergência; a crescente produção de conhecimento, conquistando reconhecimento como área de pesquisa; a reflexão sobre a formação profissional, questionando a formação e provocando a revisão curricular ocorrida em 1982 e a atual revisão curricular de 1996.

Ainda dialogando com Yazbek (2004:25):

Cabe assinalar que as atuais diretrizes curriculares – impostas pela vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394, de 20.12.1996 – LDB) – reafirmam um projeto de formação profissional comprometido com os valores e princípios de um projeto profissional que tem no horizonte a autonomia, a emancipação, a defesa da liberdade e da equidade, a socialização da política e da riqueza socialmente produzida e o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. A condução de uma prática profissional nessa perspectiva pressupõe competência teórica, técnico-operativa e ético-política. A formação do Assistente Social é realizada em curso superior de graduação em Serviço Social, com duração de quatro anos a cinco anos, e o currículo se organiza, conforme as diretrizes curriculares, a partir de três áreas ou núcleos : 1) Núcleo de fundamentação teórica; 2) Núcleo de fundamentos da particularidade brasileira; 3) Núcleo de fundamentação do trabalho profissional (...) A formação do Assistente Social é de natureza generalista, de modo que o profissional possa

para o Serviço Social, 2004, Cress/SP. O Código de Ética Profissional do Assistente Social – Resolução CFESS 273, de 13 de março de 1993.

recriar continuamente suas alternativas de trabalho, mobilizar recursos humanos e materiais, em face de situações de mudança e de crescente complexidade, comunicar-se, negociar relações diversas e partilhar seus compromissos ético-profissionais com seus usuários e com outros profissionais. Por essa característica – o caráter generalista da formação e da intervenção – para muitos o Serviço Social é identificado como uma das profissões do futuro.

De acordo com essa fala, em que o Serviço Social é uma profissão do futuro, cabe salientar que, dessa forma, aumenta a responsabilidade do profissional, tendo que estar se apropriando de conhecimentos fundamentados teoricamente, técnicos, e éticos políticos, que lhe dê a capacitação para leitura da realidade social e compreender as manifestações da questão social, a fim de ter qualificação para intervir nessa realidade, propondo com habilidades criativas, com senso crítico e com capacidade, partindo dessa perspectiva de intervenção, produzindo novos conhecimentos, que possam contribuir na construção e efetivação da cidadania, possibilitando à população acesso aos bens e serviços.

Com a gestão do PT de 1993 a 1996, São José dos Campos é uma das primeiras cidades a formar o Conselho Municipal de Assistência Social, após a promulgação da Loas. Todo esse processo vem em decorrência da apropriação, por parte da categoria, da nova ordem constitucional e das construções coletivas da profissão, construídas em conjunto, enfocando um novo olhar ao exercício profissional e, correlatamente, uma nova postura profissional.

Moreira (2003:13), em nota de rodapé, ressalta que “o município viveu, em gestão anterior a partir das concepções defendidas na Loas, significando a consolidação de alguns programas cuja eliminação encontra resistência”.

Moreira refere-se ao fato de que, nessa gestão, os programas Renda Mínima e Plantão Social tiveram um desenvolvimento que contou

com o envolvimento dos usuários, inferindo na regionalização dos atendimentos, levando os serviços mais próximos à população, sendo difícil sua dissolução neste momento.

As gestões posteriores não deram a mesma ênfase, mas não puderam deixar de discutir a assistência social pela via da Loas, mesmo concebendo a assistência social pela via da benemerência e filantropia.

A assistente social Regina explicita:

De 96 para cá, vamos pegar até dois mil, nós vamos viver o movimento da resistência. O momento da resistência para que o PSDB não desmantele aquilo que foi construído. Então nós tivemos muito pouco tempo para ser corporativo, entendeu? Eu posso te dizer assim, talvez em outra época, o Serviço Social acho que nesse período que eu cheguei aqui, até a década de 90, nós fomos muito corporativos, mas na década de 90, nós fomos muito voltados para a realidade e para a Assistência. Na primeira metade, até 95, 96, ascendendo, avançando. Porque conseguimos implementar coisas importantes na Assistência Social e por isso a gente viu um crescimento do Serviço Social. Na segunda metade na resistência. E... agora, com perdas. Resistimos, conseguimos fazer alguns movimentos, mas, enfim, é muito difícil quando você junta a conjuntura nacional com a conjuntura municipal. Aí não há resistência de uma categoria que consiga. E hoje eu acho que vejo problemas maiores para resistir, porque você vai ter uma conjuntura municipal, que é do PSDB, e que portanto não vê a hora de completar a sua estratégia de terceirizar a Assistência. Você vai ter um governo federal com dificuldades também para, enfim... dificuldades para assumir a Assistência Social como Política Pública apesar do Suas. Eu acho que nós temos avançado muito, acho que o governo tem feito coisas importantes para o Sistema Único da Assistência Social, mas penso que investe pouco aonde tem que investir, porque não dá para só implantar serviços, sem mexer também com a questão cultural, entendeu? Acho que essas duas coisas têm que vir juntas se a gente quiser de fato construir uma Assistência Social como política. E eu falei da conjuntura nacional e... sim, e não deixamos de estar numa conjuntura do neoliberalismo, não deixamos. Nós não deixamos

de ter desemprego, nós não deixamos de ter sindicatos... o movimento social com problemas de articular também uma resistência. Quer dizer, isso tudo vai influenciando o que vai ser o movimento da categoria, o que vai ser o Serviço Social.

É importante lembrar que, nas décadas de 1960/70, surgem, na cidade, algumas entidades sociais, sendo que, na maioria delas, não havia esse profissional (assistente social), e com a promulgação da Loas, esse passa a ser requisito na formalização do convênio para receber verbas do poder público. Com a Loas, amplia-se o mercado de trabalho ao assistente social.

Hoje, a cidade conta com 130 entidades sociais, sendo 54 delas conveniadas, tendo o maior índice no segmento: Atenção à Família, Atenção à Criança e Adolescente e Atenção aos Portadores de Necessidade¹⁷.

Em seu depoimento, Regina esclarece o procedimento realizado no trabalho com as entidades sociais:

... lá 92, a gente já discutia que se entidade recebe verba pública, ela tem que atender às diretrizes do que é o público, mesmo que ela mantenha a sua autonomia. Tanto é que foi uma proliferação de reuniões, de discussões com as entidades, definição de meta. Na época, a gente discutia *per capita*, que hoje está passando para outra coisa. Mas, enfim, quer dizer, o envolvimento da categoria toda nisso, porque a gente sabe que as entidades sócias têm uma contradição difícil. Os assistentes sociais que estão lá, porque você tem uma diretoria por trás, e, dependendo da diretoria, os assistentes sociais não conseguem trabalhar. Mas foi a época em que o Serviço Social nas entidades, os assistentes sociais é que começaram a ir para as reuniões, porque os diretores não davam conta de fazer essa discussão. Foi a época que nós determinamos que para receber verba tinha que ter projeto assinado por um assistente social.

¹⁷ Dados obtidos do cadastro geral das Entidades Sociais do Município de São José dos Campos.

No período ocorre empenho de ambos os lados para concretizar um trabalho conjunto, abraçando uma filosofia comum e entendendo esse espaço privado enquanto extensão do trabalho de cunho público com diretriz social clara, com acompanhamento e assessoria do Poder Público.

O Conselho Municipal de Assistência Social foi criado em 1996, na gestão do PT, pela Lei 4.892/96 de 5 de julho de 1996, mas só começa a funcionar em 1997, por imposição da Câmara Municipal, que entendeu que esse processo poderia ser utilizado para fins eleitorais, ficando sua implantação para depois da eleição municipal. Nos dias atuais, esse conselho tem um perfil de defesa das propostas do poder público. Ocorreram mudanças na lei que criou o conselho, sendo a alteração da Lei 6.192/02 de 25 de outubro de 2002 votada na “calada da noite” pelos vereadores do município, retirando a representação de profissionais das regiões administrativas, passando, estes, a serem indicados pelo secretário, o que anteriormente não acontecia. Os representantes eram indicados pelos trabalhadores sociais ligados às regionais.

A lei ficou com a seguinte redação:

L E I N° 6192/02
de 25 de outubro de 2002¹⁸

Altera a redação da Lei nº 4.892, de 05 de julho de 1996, que "Cria o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal Ç.(f)-0.354213(e)-0.354213(i32€)2.63608

Art. 1º. O inciso I, do art. 6º da Lei nº 4.892, de 05 de julho de 1996, passa a vigorar com a

reprodução social intenso, defrontando, em momentos específicos, com a crise da economia, que é elemento constitutivo da ordem do capital e não se esgota em si, criando e se transformando de acordo com os ditames do mundo capitalista.

Oliveira (2005:40) relata:

Para isso foi necessário atravessar crises severas, como a que atingiu a cidade no final da década de 1980, quando a Embraer demitiu mais de 4 mil trabalhadores e a indústria bélica chegou a um impasse intransponível, que a levou a falência.

A mesma crise levou ao fechamento, em 1993, a mais tradicional das empresas joseenses, a Tecelagem Parayba ...

Com a recessão, na década de 1990, o número de desempregados é alto, a cidade vive momentos de profunda crise social, mas consegue, no setor econômico, dar vazão a um outro campo, aproveitando do potencial tecnológico, Oliveira (2005:40) contribui:

...em razão de seu perfil econômico, mais voltado para áreas de tecnologia de ponta e sua vocação exportadora, a cidade tem a peculiaridade de sair primeiro de qualquer crise. E, de fato, em São José é produzido o equivalente a 20% de tudo que Brasil exporta. Pelos dados de 2004, isso significa aproximadamente US\$ 18 bilhões.

Discordo, em parte, da fala do autor, no que concerne aos aspectos da crise social, visto que a mesma continua acentuada e o quadro de empregabilidade não teve absorção, pelo mercado, em expressividade. No âmbito do atendimento social realizado nas regiões, hoje com um cadastro em torno de 42.900 mil famílias, encontramos uma pequena porcentagem de pessoas trabalhando com carteira assinada, e uma grande parcela desempregada e/ou subutilizada; já no âmbito econômico, a cidade vem obtendo crescimento constante em arrecadação e configuração nacional no PIB.

Percebe-se claramente onde estão dispostas as classes sociais, tornando-se mais fácil a sua identificação em decorrência da cidade ter, em seus traços, ainda ranços conservadores. Existe até a classificação dos bairros por categoria, como, por exemplo: bairro classe A, classe B, classe C e bairro popular, onde encontramos a periferia.

Podemos também notar as diferenças e segregações, ao tocar na questão do desemprego, o não trabalhador que está à margem da classe, pois ele não se vê enquanto vendedor de sua força de trabalho.

Atualmente, São José dos Campos, com o aumento demográfico e a concentração na área urbana, tem algo em torno de 98% de população urbana e 2% de população rural.

Com as mudanças no mundo do trabalho, entre as quais o aprimoramento tecnológico, não há ocupação para todos, seja pelo enxugamento e eliminação de postos de trabalho, ou porque a qualificação exigida não alcança os trabalhadores, de modo geral.

E as expressões da questão social se fazem emergir em decorrência dessa relação perversa entre capital x trabalho, que inclui e exclui ao mesmo tempo, e se defronta com um Estado que visa à minimização dos gastos sociais e repassa à sociedade civil suas responsabilidades, destituindo, dessa forma, o caráter de direito dos programas sociais.

É sabido que as políticas sociais não dão conta de sanar as expressões da questão social, pois a raiz dessa questão está na relação capital x trabalho. Essa relação desigual e injusta desfoca a centralidade do ser trabalhador e sua expressão enquanto fonte de identidade social fica vulnerável, quase inexistente. Embora não dêem conta da questão social, as políticas sociais respondem às necessidades concretas dos que vivem do trabalho.

Essas questões, na verdade, aprofundam a crise que é do próprio cenário nacional e reproduz situações diferenciadas quanto às demandas da profissão, mesmo que sob determinação de um contexto histórico-social determinado.

As crises são inerentes ao sistema capitalista, em seu movimento contraditório. Há uma reestruturação do processo econômico e esse sistema fortalece os interesses do capital, e o lucro, enquanto boa parte da população vive à margem da sociedade sem condições de acessar

demandatária da assistência social, ficando, ainda, no plano da focalização, e mesmo com todas as contradições vivenciadas no cotidiano da vida dos trabalhadores, esbarramos na questão social, que é um desafio à humanidade, vemos iniciativas postas de enfrentamentos que propiciam alguns caminhos como: fórum social, o papel da universidade, o Movimento dos Sem-Terra (MST), entre outras ações.

Regina fundamenta:

As faculdades têm formado profissionais, mas com pouca inserção no mercado, embora eu não ache que o Serviço Social viva a sua maior crise em termos de mercado. Eu acho que, apesar da conjuntura, diversos problemas sociais não são eliminados. E hoje, com a perspectiva do Sistema Único da Assistência, há uma demanda para os assistentes sociais... . Acho que nós temos que enfrentar a grande discussão moral por trás de assumir a Assistência Social como Política Pública e acho que as universidades têm um papel fundamental, que ainda não entenderam. Ainda estão muito voltadas para formar na graduação sem entender que precisam ter uma intervenção hoje junto aos municípios e que isso pode ser o grande diferencial inclusive para que a gente possa fazer com que os municípios implementem os Suas numa direção que a gente acredita.

Em 2004, é criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que acelera e fortalece o processo de construção do Suas, que edita, em dezembro do mesmo ano a Política Nacional de Assistência Social.

Em 2005, o MDS apresenta a proposta da NOB 2005, em evento que contou com a participação de 1.200 gestores e assistentes sociais de todo o Brasil, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, Após debates em seminários municipais e estaduais, sua versão foi aprovada em 14 de julho, na reunião do Conselho Nacional de Assistência Social, e posto em prática a partir de agosto daquele ano.

O Suas vem normatizar e dar efetividade à Loas, cumprindo, em seu teor, diretriz de trabalho que estabelece padrões de atendimento, unificando ações no trato da Política de Assistência Social.

Yazbek (2006:129-130) coloca:

A construção e implementação do Sistema Único da Assistência

público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações de Assistência Social.

Enquanto sistema cabem ao Suas:

1 - Ações de Proteção Básica:

- prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A população-alvo: são famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Cras Centros de Referência da A. S. ou de forma indireta nas entidades e organizações de A. S. da área de abrangência dos Cras.

2 - Ações de Proteção Especial:

- atenção assistencial destinada a indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social. São vulnerabilidades decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência, etc.

Essas ações destinam-se ao enfrentamento de situações de risco em famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou, em situações nas quais já tenha ocorrido o rompimento dos laços familiares e comunitários.

Podem ser:

- de média complexidade: famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

¹⁹ A NOB em vigência é a editada no ano de 1999, com base na então Política Nacional. A partir da aprovação dessa nova proposta de política, far-se-á imprescindível sua revisão, para

- de alta complexidade: famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referência, e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário.

São os assistentes sociais que estão implementando o Suas, apoiados pela NOB 2005, enfrentando inúmeros desafios entre os quais destacamos a consolidação e a democratização dos Conselhos e dos mecanismos de participação e controle social;

a organização e apoio à representação dos usuários; a participação nos debates sobre o Suas, a NOB, os Cras e os Creas; a elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade dos municípios; o monitoramento e a avaliação da política; o estabelecimento de indicadores e padrões de qualidade e de custeio dos serviços; contribuindo para a construção de uma cultura democrática, do direito e da cidadania.

Na atuação do Serviço Social na esfera pública, seja no patamar estatal ou seja no patamar privado, os recursos, ou seja, os bens e serviços aos quais o usuário tem direito, advém do financiamento do fundo público, embora o setor público-privado, em muitas situações, obtenha outras fontes de recursos que se somam ao financiamento do fundo público.

Desta forma, os maiores entraves para o Serviço Social, dentro da perspectiva do pensamento neoliberal, são: o enfrentamento da concepção que super valoriza o mercado, onde impera o lucro, por esta via se complexifica a relação de universalidade e não contributividade das políticas sociais, inferindo na precarização dessas políticas; na focalização; e na privatização das políticas sociais estatais.

Nesta relação Estado – Sociedade Civil cria-se um novo setor que se autodenomina Terceiro Setor. E esse polêmico setor coloca em xeque a profissão, pois, apesar de abrir espaço à colocação profissional, favorece a constituição de vínculos empregatícios precários,

que atenda às previsões instituídas.

desestabilizando a relação de trabalho e abre campo para o trabalho voluntário.

Quando, através da Constituição, é atribuído ao Estado o papel de assegurar o acesso aos bens e serviços à população, com normas e regras estabelecidas num patamar de direitos universalizantes, ao serem repassados à sociedade civil, ao terceiro setor, essa referência tende a perder efeito e esses direitos tornam-se não direitos, passam a ser assistidos socialmente num processo de voluntarismo, perdendo o patamar técnico e profissional, isso quando não são mercantilizados, remetendo aos que podem pagar pelos serviços.

Ao assumirmos nosso projeto ético-político-profissional, nos deparamos com o compromisso de garantir aos usuários o acesso aos bens e serviços, o exercício da cidadania e a promessa da luta pela garantia dos direitos.

Há saídas?

É necessário repensar posturas, repensar os rumos da própria profissão e buscar caminhos que não sejam descolados da história da luta dos trabalhadores, dos movimentos sociais e que estes possam nos indicar possíveis espaços de reconstrução da dignidade da pessoa, da profissão e da sociedade.

A assistente social Regina, assim reflete sobre a prática dos assistentes sociais na cidade de São José dos Campos e os evidencia:

Você vai ver gente enroscada para defender isso. Quer dizer, consegue articular, conhece bem a Loas, conhece os artigos 203, 204, é capaz de operacionalmente fazer proposta que são coerentes, mas ainda tem uma visão da Assistência Social como: “é direito por enquanto. É direito porque é uma sociedade que ainda precisamos da Assistência” como se ela fosse uma... como Assistência Social, como direito fosse uma coisa provisória, entendeu? E existe uma outra parcela que teve que fazer um esforço enorme, e eu me incluo nisso,

de elaborar o que significa assumir a Assistência Social como direito numa sociedade como a nossa. Como a nossa, não só capitalista, mas Brasil, que tem as características históricas do Brasil. O que significa incorporar isso de verdade? Dizer assim: “nós vivemos numa sociedade em que o trabalho jamais vai ser para todo mundo, que nós não podemos querer ter esse discurso, que o trabalho vai ser para todo mundo, porque isso é apostar numa Assistência Social do não-direito, ou seja, de uma Assistência Social provisória, compensatória, de eliminar tudo o que foi aprendido como moral relativo à Assistência Social. Então isso significa, Conceição, ir nas raízes da nossa cultura. É cultura política, é cultura econômica, é a cultura de direito. Você pode incorporar o direito numa perspectiva liberal e até numa perspectiva socialista conservadora. Se você for, por exemplo, numa perspectiva mais conservadora, mais ortodoxa do socialismo, você não vai encontrar respaldo também para defender a Assistência Social na perspectiva de direito, você está entendendo? Então eu acho que essa é uma discussão ainda por fazer na categoria. Eu acho pouco elaborada na categoria. E, portanto, pouco traduzida para a Assistência Social também. E eu acho que isso tem consequência na hora de você elaborar projeto. Você vai ver ainda projetos que tem a preocupação de estabelecer critérios, projetos que ainda colocam a Assistência Social como um patamar a ser superado. Projetos maravilhosos, mas que você ainda vai ver isso. E eu acho que passa por essa, por aprofundar essa discussão que mexe com entranhas nossas, entranhas objetivas e subjetivas. Então eu acho que é um exercício que nós estamos por fazer.

Nessa fala, a assistente social Regina desnuda o olhar e a atenção dados à assistência social e a dualidade atribuída no seu entendimento teórico que é um, e na sua execução é efetivada com outra perspectiva, tendo, na maioria das vezes, concepções pessoais de vida voltadas à legitimação do projeto da classe dominante.

É claro que, no conjunto, o corpo efetivo do Serviço Social na cidade conquistou espaços fundamentais, os quais atribuo à gestão do PT nessa área e à direção estabelecida pela gestora da pasta de

Assistência Social no governo, o que, em contrapartida, permitiu à administração visibilidade social em sua gestão.

A assistente social Regina relata:

Nós vamos ter uma conjuntura a partir da década de 90 com toda a força para implantar os mecanismos aí de avanço do neoliberalismo, nós vamos viver aqui no município uma ascensão do PT da esquerda, na época, eu deixo bem claro isso: na época! E nós vamos tentar traduzir a Lei Orgânica, mesmo antes de aprovado numa administração do PT e fazer força, e lutar, porque a gente sabia que aquilo talvez fosse um momento ímpar para a gente de tentar adequar a Assistência Social a alguma perspectiva mais avançada e que na época estava correspondendo e que corresponde até hoje, a Assistência Social como Política Pública de Direito e tal. Então eu penso assim, que aqui também... é interessante que eu estava falando da minha formação, o que vem primeiro? O Serviço Social é militância política? Eu acho que aqui dá para pensar o Serviço Social, aqui em São José e a Assistência Social aqui em São José dos Campos, muito vinculada. Eu não sei o que vem primeiro, se foi o PT ter ganhado a eleição ou se foi a gente ter incorporado ou ter se preparado para incorporar a Assistência Social como Política Pública. Eu acho que essas duas coisas, elas foram fundamentais e elas tiveram muito juntas. Eu não sei se, por exemplo, o PT não tivesse ganhado a eleição aqui, se a gente teria condição de incorporar toda a discussão da assistência como a gente incorporou. E eu não sei, também, se não houvesse a discussão da assistência, se o PT teria o sucesso que teve na nossa área, que eu acho que foi uma das pontas de lança, uma das coisas mais importantes que o PT fez aqui, foi na área da Assistência Social. Então, essas coisas caminharam muito juntas. E aí, nesse sentido, a nossa categoria, os assistentes sociais, eles vão assumir um protagonismo, nesse momento, nesse município.

Nesse período, a política local favoreceu o estabelecimento de um trabalho consistente e de acordo com as linhas gerais de atribuição do papel da política de assistência social na cidade, passando a mesma a ser, de uma certa forma, modelo para as cidades vizinhas.

O intercâmbio realizado neste período, através da formação do quadro profissional, a contratação de pessoal qualificado e mesmo o conhecimento em lócus de experiências vividas em outras cidades, trouxe, ao trabalho dos assistentes sociais, maior consistência e confiabilidade, introduzindo-o em um caminho de construção da assistência social como política pública, conquista que não pode parar mesmo com a mudança de partido na administração da cidade. Como coloca a assistente social Regina:

Não ache que essas prefeituras, em geral, estão assumindo Sistema Único porque assumiram uma concepção de política pública. Assume porque é um instrumento legal, porque é jurídico, porque tem a questão do financiamento. Mas está valendo. Acho que é isso mesmo, acho que a lei serve para isso. Agora nós temos que dar a consequência necessária que é comprar a briga na profundidade que ela merece.

Com toda a movimentação em torno do processo de estabilização do Suas na cidade de São José dos Campos, vemos, por outro lado, a constituição de um novo perfil para a cidade, o que expressa a grande distorção e ambigüidade: por um lado, há pessoas desempregadas e semi-analfabetas e, por outro, bons empregos e o título de excelência, ganhando o perfil de cidade tecnológica.

Dialogando com Oliveira (2004:45), o autor coloca:

Um levantamento feito periodicamente pela empresa Simonsen Associados e publicados na revista Exame, mostrou que a cidade saltou da 16.^a para a nona posição entre as melhores cidades brasileiras para se fazer negócios. A pesquisa leva em conta fatores econômicos, tecnológicos, educacionais e também índices de evolução social e de qualidade de vida.

Com tantos fatores favoráveis, não é surpresa que empresários e especialistas já admitam a hipótese de um novo período histórico estar iniciando. Para eles, depois do ciclo do ouro, do café, dos sanatórios e do tecnológico, pode estar iniciando agora, em São

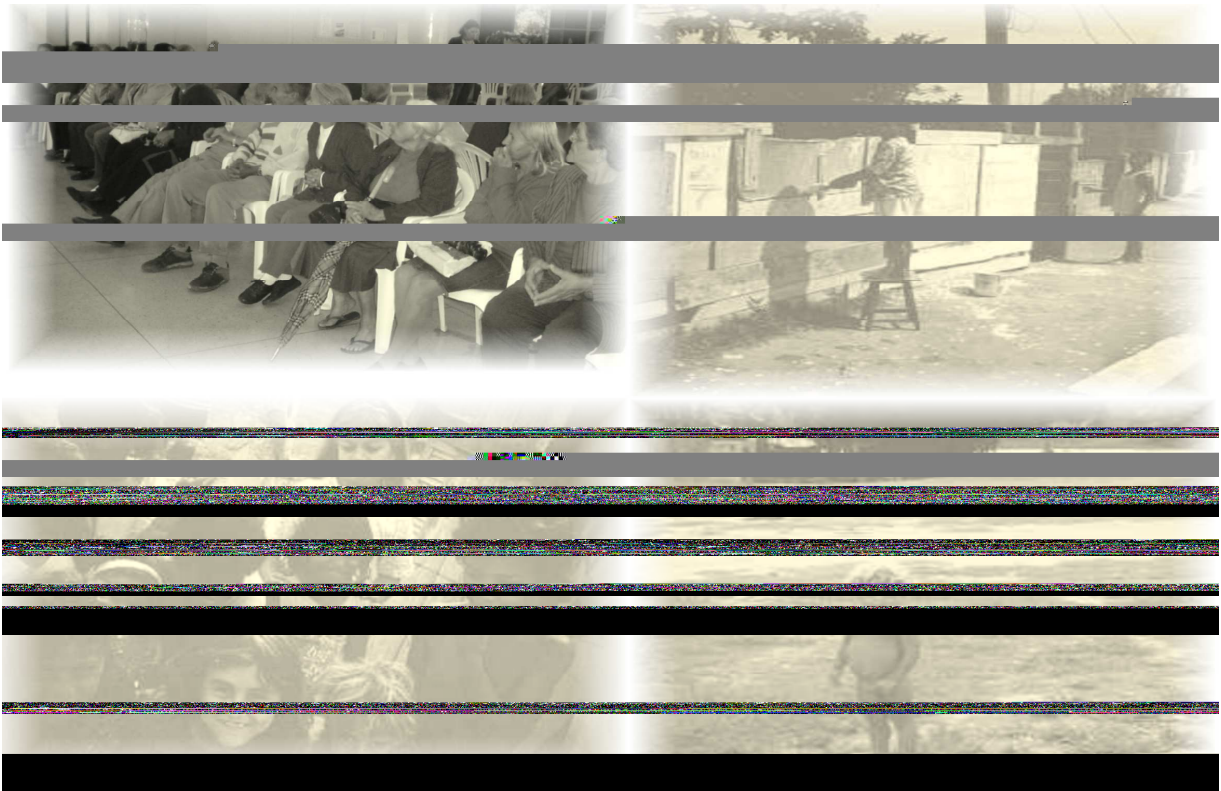
José, uma nova e igualmente importante fase da história: a do conhecimento, visto pelos pensadores como a que maiores benefícios trará à humanidade.

Acredito que é nesse contexto, com essa fase, que se coloca para as disciplinas do saber e da intervenção, o desafio de avançar na construção do conhecimento e da ação, colocando-os à disposição da população não só local, mas ampliando seu espaço de lutas e possibilidades de conquistas.

IV Capítulo

Considerações Finais:

Marcas e Marcos de uma História de Profissão.



Considerações Finais: Marcas e Marcos de uma História de Profissão

E tal como no passado uma de nossas tarefas é descobrir as vidas e pensamentos das pessoas comuns e resgatá-las (...) assim, no presente, nosso problema é também o de desnudar as suposições igualmente presunçosas daqueles que pensam saber o que são fatos e as soluções..

Eric Hobsbawm

Nesta tese, buscamos reconstruir a história do Serviço Social em São José dos Campos tendo a partir de personagens que fizeram parte desta história e, através de seus depoimentos, traçar o movimento histórico do Serviço Social na cidade, tendo como objetivo apreender, através dessa reconstrução histórica do Serviço social na cidade, as

práticas e tendências da profissão, presentes em marcos históricos previamente definidos.

Buscando estabelecer uma síntese da relação dos depoimentos dos sujeitos com os eixos escolhidos para análise: história, formação e trabalho, constatamos:

_ Na fala do Professor Geraldo Vilhena de A. Paiva, conseguimos apreender que a história do Serviço Social na Cidade de São José dos Campos tem seu marco fundamental na constituição do trabalho do técnico social no Sesc e, em seguida, na Prefeitura. Como consequência da demanda por esse tipo de intervenção, é criada a Faculdade de serviço social na cidade. E é criada no contexto da ditadura militar, quando São José dos Campos iniciava um processo mais intenso de industrialização, e registrando, também nesse período, alguns problemas tais como: migração, falta de capacitação técnica para o trabalho, falta de infra-estrutura, déficit habitacional, entre outros. O que nos coloca um ponto de reflexão. A que essa profissão veio neste período impar na história da constituição da Sociedade Brasileira, o que isso significa na instância municipal?

Sem conhecer a história da formação social, econômica, política e cultural de São José dos Campos, dificilmente é possível fazer qualquer menção do traço de conservadorismo que persiste na construção histórica desta cidade e, conseqüentemente, do modo como esse fator influenciou sobremaneira a constituição da profissão do Serviço Social local. Esse é um período histórico de intensa repressão social e de demanda crescente do profissional por suas características facilitadoras da inter-relação Estado x Sociedade, intervindo nas expressões da questão social que se ampliava e se expressava pela manifestação popular através dos movimentos civis.

Nesse período é que a industrialização ganha vulto na cidade e os “problemas sociais” também crescem. É preciso controlar, é preciso manter a paz social.

Nessa época, a formação do Assistente social na cidade tem perspectiva a psicologização do processo de tratamento dos usuários dos serviços sociais. O usuário não é visto como sujeito, como agente de história, mas como um ser isolado desta história e deste cenário.

O Serviço Social é absorvido pelo Estado e os objetivos institucionais e objetivos profissionais se misturam e não se percebe divergência entre eles. Trabalha-se na disfunção individual e social deslocando para uma intervenção psicologizante.

As Escolas de Serviço Social se estabelecem no Cone Leste Paulista, caracteriza-se pela ditadura militar. É um período vivido por grande parte da população apenas como um processo de repressão do governo, sem perceber na realidade o que estava se passando. Onde ocorria aproximações com a capital (São Paulo), havia em determinados setores maior informação, além do que os meios de comunicação estavam cerceados.

A região e em especial a cidade de São José dos Campos, neste período viveu a repressão, mas não vivenciou os confrontos com as organizações e movimentos estudantis, porque não tinha naquele momento movimentos organizados.

Acredito que o estabelecimento das Escolas de Serviço Social neste momento foi uma constituição também imparcial, mas que serviu aos interesses do Estado.

É importante lembrar que em meados dos anos sessenta tem início no Serviço Social Latino americano e brasileiro, um amplo movimento de busca de novos referenciais para a profissão.

É importante ressaltar que esse período não foi homogêneo no continente. No Brasil houve repressão aos movimentos contrários à ditadura militar, e os que permaneceram, viveram na clandestinidade. Isso levou o Serviço Social Brasileiro a não questionar-se politicamente e a buscar alternativas metodológicas, como bem demonstram os documentos de Araxá e Teresópolis. Posteriormente com abertura política o Serviço Social Brasileiro avança na crítica teórica. E vai delineando correntes de pensamento para a profissão que vão desde a manutenção de suas diretrizes a intenção de ruptura.

Em São José dos Campos, no entanto, esse movimento não trouxe grande renovação profissional, apesar de ter envolvido alguns profissionais na discussão dos documentos de Araxá e Teresópolis. Fundamentalmente continuou compondo a profissão um misto teórico, embasado pelas doutrinas sociais da igreja e pela corrente psicologizante.

A partir do ano de 1975, formaliza-se a discussão do Currículo de Serviço Social, pelos docentes e discentes, essas discussões são coordenadas pela ABESS (Associação Brasileira do Ensino de Serviço Social) e através do ENESSO (Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social), levam a elaboração da proposta de um currículo mínimo.

Quanto à abordagem profissional desenvolvido nesse período, percebe-se a predominância do trabalho comunitário, grupal, e de caso, no qual a população e as dificuldades e os “problemas” que enfrenta ainda são abordados com os métodos tradicionais de Serviço Social, numa perspectiva de participação social.

Em síntese, no final da década de 1960 e início da década de 1970, em São José dos Campos, o Serviço social começa a ser requisitado, o que implica na vinda de profissionais de outras localidades, que vão institucionalizar sua visão de homem e de mundo, incorporando em suas ações os anseios do poder constituído local, pois

parte do Prefeito Elmano Ferreira Veloso a proposta da criação do curso de Serviço social, tendo como objetivo ter profissionais desta área de conhecimento para atender à demanda social, tanto no setor público, quanto no setor privado, tendo como fundamental o papel de socialização e promoção social.

Esse mix de marcas e marcos históricos desse período influencia sobremaneira a história do Serviço Social na cidade, não se configurando enquanto reflexos de mudança, mas acoplado com o traço conservador da região. Faz com que o Serviço Social tenha uma perspectiva de manutenção dos conceitos e normas vigentes da profissão, com traço ainda conservador, tendo ainda no conteúdo das disciplinas acentuação nos fundamentos do pensamento tomista.

Na década de 1980, analisada a partir dos depoimentos da assistente social Maria Célia Comparoto Minamisako e da assistente social Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira, percebe-se um movimento de refluxo econômico e aceleração dos movimentos da sociedade civil. Particularmente em São José dos campos nesse período, observamos o afloramento dos movimentos sociais, interferindo no processo de formação social, econômica e política da cidade.

Os movimentos sociais conquistam patamar de representatividade neste período; eles que não tinham a vivência da participação e com pouca formação cultural, ficam sem saber muito bem o que fazer. Os assistentes sociais são contratados para trabalhar com essa população, mas ao mesmo tempo que conseguem formar e informar as lideranças, se vêem em “saia justa”. O governo local quer trabalho com a população, mas não quer que a população lhe dê trabalho.

Percebe-se que nem a população e nem o governo estão preparados para trabalhar pela via da democracia participativa. Atribuímos isso a questão cultural e ao traço conservador que impera na construção histórica da cidade.

Falar em democracia e participação é uma referência, viver essa democracia e essa participação é uma questão de concepção para a vida, se tornando muito mais complexo, exigindo desprendimento, poder de negociação e em muitos momentos, abrir mão de espaços que antes eram dominados por um poder hegemônico, a favor da burguesia estamental e conservadora local.

A discussão iniciada em 1975 sobre o currículo em Serviço Social, que perdurou por todo o final desta década, desencadeia em setembro de 1982, a aprovação pelo Conselho Federal de Educação, do currículo mínimo apresentado pela Abess, compreendendo todos os cursos de Serviço Social do Brasil, com o parecer 412/82, se fazendo obrigatória a revisão curricular para todos os cursos.

Segundo Silva e Silva (1994:76):

“Torna-se fundamental a problematização da realidade, permitindo uma relação direta com as formas sociais em mudança, procurando se romper com o pragmatismo histórico do Serviço Social, incluindo no processo de formação profissional, a preocupação de pensar e repensar a realidade e a própria prática profissional, tendo-se presente a preocupação de saber realmente à quem servimos e que serviço oferecemos, adotando-se o materialismo histórico como pressuposto teórico fundamental nessa formação profissional, não eliminando porém, o estudo de outras correntes teóricas historicamente presentes no Serviço Social”.

Essa nova concepção adotada no novo currículo, tem como princípio, afastar a concepção psicologizante adotada para entender os problemas econômicos, bem como também entender a instituição enquanto um espaço ideológico.

É importante ressaltar que, à medida que o currículo mínimo é aprovado, sua adoção pelas escolas de Serviço Social se dá de formas diversas, tendo em vista que a maioria das escolas é privada e tem a característica forte de mercado, principalmente nas regiões centro-sul; a

própria formação dos docentes, que tem um salto qualitativo com a ampliação dos cursos de pós-graduação neste período; o próprio desnível educacional dos alunos que não tiveram formação de qualidade e atualização nos quadros do ensino primário e médio; e a falta de autonomia das escolas, tanto administrativa, quanto financeira. Essas questões que fazem com que os cursos se diferenciem e se estabeleçam de acordo com o comprometimento individualizado do corpo diretivo.

Quanto a formação profissional nesse período na cidade de São José dos Campos, há uma perspectiva também particular. Só no ano de 1983, em que se inicia a adoção na Faculdade de Serviço Social da nova grade curricular, incorporando o estudo da filosofia e de um novo modo de ver a metodologia, antes fragmentada enquanto, caso, grupo e comunidade. Esse novo modo busca a integração metodológica no ensino e na prática profissional.

Na Faculdade de Serviço social Ministro Tarso Dutra, em 1981 – retira-se do quadro curricular as disciplinas complementares, tais como: medicina social, psiquiatria e higiene mental, e limita-se o curso as disciplinas obrigatórias do currículo mínimo, como: sociologia, economia, direito, legislação social, teoria do Serviço Social, política social e ética profissional.

Em 1983 há nova reformulação curricular, buscando uma dimensão do ensino e formação profissional ainda com tendência teórico-metodológica funcionalista.

De 1989 em diante, as escolas buscam direcionar suas grades curriculares em consonância com o desenvolvimento sócio-estrutural da sociedade.

Na perspectiva profissional, ocorre a expansão na oferta de trabalho, vindo compor com o grupo de profissionais regionais,

profissionais vindos de outras regiões do País, conquistados pela proposta de um trabalho coletivo. Na realidade, não passou de um trabalho centrado na aproximação do poder constituído às lideranças, e as possibilidades de condução deste, atrelando-os a proposta de governo vigente. Se tinha uma proposta de trabalho voltada a organização da população, através dos grupos constituídos, tais como as sociedades amigos de bairros e outras representações afins, os assistentes sociais os instrumentalizava, capacitando-os a uma atuação comprometida com os anseios e necessidades dos quais estes representavam, auxiliando-os na compreensão e no aprendizado do poder da participação, e este novo posicionamento incomoda, havendo conflitos produzidos a partir desta nova perspectiva de relação, desencadeando em demissão dos profissionais.

Nesse processo, ocorrem embates dos profissionais com as instituições, tendo referência nesse período de perfil de profissional mais crítico. Alguns destes profissionais após demissão, se direcionaram a área da docência, nas escolas de Serviço Social da região.

O quadro profissional das duas escolas, concentra alteração com a presença de profissionais vindos da prática cotidiana.

Baptista²⁰ (2002:11), coloca:

“A vida cotidiana é a vida do homem inteiro: ele participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua personalidade, coloca ”em funcionamento” todos os seus sentidos, sua capacidade intelectual, habilidades, sentimentos, idéias, ideologias ... Ele é atuante e fruídos, ativo e receptivo, mas não se envolve inteiramente, nem com intensidade, em nenhum desses aspectos”.

A relação do profissional com seu campo de trabalho, seja qual for, exige uma aproximação a realidade vivenciada, mas isto não o torna

²⁰ Texto produzido pela Prof.a Dra. Myrian Veras Baptista, com o título de “O cotidiano na tradição marxista”, no ano de 2002, ministrado em uma de suas aulas na disciplina Prática Profissional no Cotidiano, na Pós-Graduação – Serviço Social da PUC/SP.

mais um naquela realidade, ele tem o papel que é de intervenção seja no cunho social, no cunho educacional e/ou no cunho empresarial. Essa vivência torna-se conteúdo de análise, que vai compor sua ação.

Neste período na cidade, o trabalho social mostrou que existem outros caminhos de ação e que podem ser utilizados em prol da população, e que esses caminhos também podem compor o conteúdo da formação profissional.

É importante destacar que, no final dos anos de 1980, foi aprovada a nova Constituição Federal do País que traz como novidade a seguridade social brasileira. Com a seguridade constituída pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, abrem-se para os assistentes sociais brasileiros e, particularmente da cidade de São José dos Campos, novas possibilidades de reflexão e trabalho.

Com todos os embates, com toda dificuldade de colocar em pratica o trabalho de educação popular à comunidade: de um lado a própria comunidade que não tinha o costume da participação; e por outro lado o poder legislativo que se viu ameaçado com a possibilidade de mudança nessa nova relação da população com a gestão municipal, evidenciando procurar um “Judas para sacrificar”, e recai sobre os profissionais o ônus desse confronto.

É necessário não deixar de colocar, que os profissionais, com toda repressão, buscam uma organização extra-fórum de trabalho, constituindo a partir de então, uma relação mais próxima com os órgãos da categoria, mais especificamente com o CRAS, hoje CRESS, e através dessa aproximação, elenca um processo de formação, informação e abre espaço à participação da categoria profissional da cidade, contribuindo com sua reflexão e maior envolvimento sócio-político. Os profissionais que iniciam a formação do grupo de discussão, grupo esse que inicialmente teve a função de agregar e aprofundar conhecimentos, tornam-se Comissão Pré-sindical da APASSP.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, mesmo com toda a conjuntura neoliberal, abre-se não só aos profissionais, como também e principalmente à sociedade a perspectiva do direito.

Essa concepção é assumida gradativamente pelos profissionais, mas especificamente no campo da administração pública. Neste momento, a inserção do Serviço social nos outros campos de trabalho é pequena e de pouca expressividade, não em relação ao exercício profissional, mas do ponto de vista da representatividade do campo de trabalho.

Os assistentes sociais que trabalham na indústria, constituem um grupo de estudos e de organização sócio-política, Gasevap – Grupo de Assistentes Sociais do Vale do Paraíba, buscando apoiarem-se e ao mesmo tempo trocarem experiências, em decorrência das mudanças introduzidas ao mundo do trabalho, onde o assistente social começa a perder a sua especificidade, sendo necessário adequar-se as novas exigências do setor, figurando agora como um profissional generalista, disputando espaço com outras áreas afins.

O rebatimento do novo patamar assumido pela assistência social com a Constituição Federal, confere diretamente aos profissionais que estão na linha de repasse de recursos, e nos processos sócio-educativos, tendo como princípio a adoção agora formal da assistência social como direito e a possibilidade de nos espaços sócio-educativos motivar os usuários ao exercício da cidadania e em contra partida se vê atuando na contramão do curso da conjuntura social, pois, tem-se direitos, mas não se tem recursos suficientes e nem programas que possibilitem a inclusão dos que estão excluídos do acesso aos bens e serviço.

_ No década de 1990, com o depoimento da Assistente Social Maria Regina de Ávila Moreira, evidenciam-se mudanças do capitalismo contemporâneo, sua crise e o processo acentuado de pauperização da

população. As relações de trabalho são precarizadas, sob a égide da globalização neoliberal, ocorrendo, entre outros aspectos, o fechamento de postos de trabalho, o desemprego, o crescimento do trabalho informal.

Nesta década, ocorrem transformações significativas, e o enfrentamento de algumas das expressões da questão social, ficando alguns desafios que o tempo não deu conta de resolver.

Esta década é marcada pelos efeitos das mudanças no mundo do trabalho e principalmente os efeitos da reestruturação produtiva, que alija trabalhadores nos quatro cantos do país e na cidade de São José dos campos, esse fator não ficou alheio. Vários postos de trabalho são fechados e grandes industrias começam a buscar outros espaços, onde possam contar com maior incentivos fiscais e encontrem mão-de-obra mais barata. A própria tecnologia é colocada a disposição do capital, produzindo grande numero de desempregados. À medida que uma família fica sem renda, esse dinheiro deixa de circular, e ao deixar de circular a própria cidade perde com isso; as áreas de serviço são afetadas, pois menos dinheiro vai circular no mercado, e quem perde mais continua sendo o “cidadão” que necessita dos recursos e precisa ter acesso aos bens e serviços.

Com a retração do Estado e o crescimento da demanda por serviços, se estabelece um grande impasse à atuação profissional, e um desafio a ação das profissões de uma maneira geral.

Temos uma crise instalada e as expressões da questão social emergem de diferentes formas e aspectos.

As relações de trabalho são precarizadas, sob a égide da globalização neoliberal ocorrendo entre outros aspectos, o fechamento de postos de trabalho, o desemprego, o crescimento do trabalho informal..

Há nesse período uma preocupação com a formação, no sentido de acompanhar as demandas e exigências do contexto e das novas manifestações da questão social. O objetivo é que a profissão possa acompanhar o movimento da história da sociedade e esteja em condições de intervir de modo crítico e criativo. O movimento constante da sociedade, que acompanha o processo de pauperização decorrente das mudanças na relação capital x trabalho, provoca outros fatores que desestabilizam, exigindo do trabalhador social, contínua formação e informação, estando de “olho” na realidade, acompanhando o movimento cotidiano da vida em sociedade.

Ocorre nesse período amplo debate sobre a formação profissional e sobre a reforma curricular, sendo conduzida pela ABESS, desencadeando na revisão do currículo de 1982, sendo implantado novo currículo em 1998, tendo como direção a capacitação do aluno, como Yazbek (2004:25), nos coloca:

- “- a apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- a apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades contidas na realidade social;
- a apreensão das demandas, consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
- o exercício profissional, cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor”.

Esse currículo vem dar à formação profissional competência teórica, técnico-operativa e ético-política, desenvolvendo as disciplinas a

partir de três eixos: Fundamentação teórico-histórica das configurações sócio-econômicas, culturais , políticas e teóricas do ser social; Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e Fundamentos do trabalho profissional.

Sobre este item Yazbek (2004:26), relata:

“Esses núcleos (fundamentos) se organizam em disciplinas teóricas, oficinas, outras atividades curriculares complementares, estágio curricular supervisionado obrigatório e trabalho de conclusão de curso – TCC, momento em que o aluno produz uma sistematização de conhecimentos teórico-práticos adquiridos no curso”.

No Cone Leste Paulista no início da década de 1990, boa parte do corpo docente da Faculdade de Serviço Social da UNIVAP, também fazia parte do corpo docente do departamento de Serviço Social da UNITAU. Com a re-estruturação interna, a UNIVAP dispensa vários professores, entre eles os docentes que eram também da UNITAU, diminuindo sobremaneira o quadro de professores na formação de Serviço Social.

Não existiu entre estas escolas qualquer relação ou intercâmbio de informações pela via legal. A faculdade de Serviço Social da UNIVAP, não adota uma linha teórica específica e/ou explícita. Já o Departamento de Serviço Social da UNITAU, adota a perspectiva do materialismo histórico como diretriz no curso, mas respeitando e discutindo as demais linhas de pensamento.

O intercâmbio entre os alunos se deu em espaços de organização estudantil, seja nos encontros regionais de estudantes, ou nos encontros nacionais.

Todo esse percurso demonstra a “montanha” que os separa e as diferenças empreendidas na formação profissional.

No que tange ao espaço de exercício profissional, a década de 90 tem um leque de possibilidades e de aportes à intervenção do assistente social, no que se refere a Leis e organização da categoria, mas no que se refere a conjuntura social-econômica e política, há um cenário contraditório e de difícil evolução.

A Lei Orgânica de Assistência Social, que tramitava no Congresso, após as negociações é finalmente regulamentada em 1993. Neste ano também é aprovado o Código de Ética Profissional do Assistente Social. É importante ressaltar, que essas conquistas foram alcançadas com muita mobilização, luta e organização.

Em São José dos Campos, há o acompanhamento desta mobilização, mas não ocorre participação mais ativa. Só com a eleição para prefeito na cidade, quando é eleita a candidata do PT, a Dra. Angela Guadagnin, é que abre-se à discussão de reformulação das ações da pauta de assistência social, tendo como diretriz a Loas, mesmo antes de ser aprovada²¹. Estabelecendo a Política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, priorizando a reversão de uma concepção de assistência social vinculada ao clientelismo, adotando-a como política pública básica e de direito.

O trabalho foi pautado no estabelecimento de programas de combate à pobreza, assumindo ações:

- trabalho social nas favelas, com organização da população na perspectiva de urbanização;
- Política de incentivo as Entidades Sociais, com repasse de recursos, assessoria técnica, e alinhamento à concepção de direito;
- Plantão social regionalizado, e acompanhamento sócio-familiar (PASFAM);

²¹ A LOAS é regulamentada em 07.12.93, e a Gestão do PT toma posse a partir do dia 01.01.03.

- Aprovação do Programa Renda Mínima (embora sua execução tenha sido postergada pela câmara Municipal).

Esse processo desenvolvido na administração do PT na cidade, não ocorreu desvinculado do contexto da conjuntura nacional, mas, construiu-se na contramão de todo o processo de recessão e retração imposta pela ofensiva neoliberal. Esta gestão buscou garantir a assistência social na construção da cidadania, abrindo espaço e canais de participação como o planejamento estratégico e encontros com a comunidade.

Podê-se iniciar um processo, que havia necessidade de ser consolidado, mas esta administração apesar de ser “vitrine” no campo social, não conseguiu garantir a sua continuidade.

Diante do exposto, muda-se a administração e o Serviço Social termina a década de 1990, tentando contrapor-se aos desmanches direcionados aos ganhos obtidos na assistência social.

Conclusão

“A crença de que o presente deva reproduzir o passado normalmente implica um ritmo positivamente lento de mudança histórica, pois, caso contrario, não seria nem pareceria realista, exceto à custa de imenso esforço social...” Eric Hobsbawm

Sempre que nos colocamos a estudar e refletir determinados temas e questões, normalmente eles nos aguçam e nos inquietam, e nos enveredamos pelo caminho da pesquisa e da investigação. Que bom seria, se não houvesse tempo determinado, neste caso em que temos que entregar as nossas anotações e impressões, pois o que construímos

parece já estar necessitando de reformulações, aparecem novos caminhos e novas possibilidades de investigação.

Isto indica que há muito a aprofundar, e que nossas anotações , criaram novas indagações no intuito de continuar o processo de desvendamento deste objeto.

Perseguir a história do Serviço Social na Cidade de São José dos Campos, permiti-nos abrir vários caminhos a serem enveredados, bem como também, possibilitar reconstruir uma trajetória histórica pela ótica dos personagens selecionados, sendo que todos os sujeitos da pesquisa são docentes e não sendo este um critério para a sua escolha, mas acredito, veio somar e complementar sua participação enquanto sujeito histórico.

Ir ao encontro desta historia de profissão, implicou desvestir-nos de conteúdos pré-estabelecidos, e poder viver na fala dos sujeitos, os marcos e marcas estabelecidos nesta construção, e constatarmos que a conjuntura influenciou a construção desta história de profissão e demarca seu exercício profissional.

O profissional tem possibilidades de escolha, mas esta escolha pode ter um preço e sua complicação. Resta saber se interessa aos profissionais pagarem pelo preço que lhe é cobrado se houver necessidade de enfrentamento, mas por outro lado há a satisfação pela opção do direito, pela possibilidade da inclusão social, pela exigência do respeito e pelo direito a autonomia, mesmo que esta seja relativa.

A construção profissional dentro do espaço sócio-ocupacional, seja em que frente for, nos leva a ter como preocupação, entender essa estrutura, seja no campo organizacional, seja no campo político, pois, necessita-se conhecer para poder criar estratégias e mecanismos, que possibilitem o exercício profissional respeitando as legislações e normas que regem a profissão.

Desta forma, o Serviço Social na Cidade de São José dos Campos, se põe a caminhar. Um caminho que não é homogêneo, e que muitas vezes se particulariza. Essa particularidade tem sua especificidade no início do Serviço Social na cidade, momento em que essa especificidade acentua-se em decorrência da imaturidade da profissão na cidade e da característica da demanda expressa para o trabalho do assistente social.

A abertura da concepção do profissional, conjugada a realidade nacional, acontece por um lado com a vinda de profissionais de outras cidades e de outros estados; a busca dos profissionais em maior número na capacitação e reciclagem profissional, colocando a disposição da categoria esses novos conhecimentos adquiridos; e a participação efetiva dos profissionais nos movimentos e entidades da categoria; e por outro lado a própria formação profissional que já exige do aluno uma postura frente as determinações das expressões da questão social, com formação e capacitação para leitura e análise da conjuntura social.

Tendo como base os eixos, podemos concluir:

- a história

Percorrer a trajetória histórica da cidade, nos deu elementos essenciais para desvendar a ação da profissão, entendendo que é imprescindível conhecê-la para compreender o curso tomado pelo Serviço Social neste espaço e instrumentalizar-nos em nosso exercício profissional, pois o passado como nos diz Hobsbawm, não é para ser seguido, mas para sabermos que a história não começou agora, ela tem uma raiz que explica o presente, e pode dar pistas de condução para o futuro.

- A formação profissional

Também trazida num percurso histórico, para entender as mudanças que empreenderam a formação profissional e as reações nas

Escolas de Serviço Social do Cone Leste Paulista e mesmo o que representou os dados levantados pelos TCCs, que compreendeu de modo geral a caracterização do trabalho social desenvolvido nas décadas. Fazendo relação com a fala dos sujeitos, a década de 1960 na Unitaú prevaleceu a formação profissional, e os dados é de trabalho a campo. Na década de 1970, há o enfoque no trabalho em empresa e entidade Social, configurando a grande demanda do trabalho para o Serviço social no momento. Na década de 1980 não há uma predominância, mas pela fala dos sujeito ocorre na cidade o trabalho com comunidades, e na década de 1990 há o predomínio de trabalho com criança e adolescente, o campo da saúde e empresa. Com a imposição neo liberal, há o estreitamento do trabalho coletivo, impulsionando as ações individuais e a correspondência das áreas de estágio, representam bem esse quadro, determinando as ações mais no campo do atendimento individualizado, delimitando o campo de acesso bem como os focos de investimento em algumas áreas de proteção, haja visto as ações hoje direcionadas para a área de geração de emprego e renda.

Esse fator, contextualizado, mais a base teórica abordada na academia, possibilita ao aluno ter compreensão da conjuntura social, bem como também já direciona à construção de um projeto de profissão.

_ Quanto ao Trabalho

Marx, vem nos dizer que o trabalho é a transformação da matéria prima em um produto, onde o homem se realiza e nele se encontra.

Podemos dizer que em todo o percurso e no depoimento dos sujeitos da pesquisa, cada qual a seu modo e a seu jeito buscou ser inteiro na construção de sua vida profissional, seja ocupando espaços que entendem ser legítimos do Serviço social; seja se afastando para entender a importância da intervenção social; seja descobrindo a importância da docência e através dela repassar valores éticos-políticos;

ou seja conjugando a prática interventiva teórico-metodológica e política, extrapolando o campo estritamente social, possibilitando como nos coloca lamamoto, ultrapassar as paredes da instituição e construir redes de ação sócio-política, congregando parceiros para o trato da questão social.

É importante deixar registrado que na cidade de São José dos Campos, como em outras cidades da região e do país, há um campo sendo trilhado pelos profissionais, que remetem a reflexão dos caminhos que a profissão assume. Há uma gama de profissionais trabalhando na linha sistêmica, pois dizem não encontrar na linha dialética, respaldo para sua atuação.

Terminamos dizendo que não haverá história de um povo, de uma profissão, se não houver pessoas para construí-las. São passos largos e profundos, muitas vezes de indecisão e dúvidas que são investidas com determinação, abrindo caminhos. Nossa história no Cone Leste Paulista é de desbravamento, numa região que traz em seu bojo um conservadorismo arraigado pelos coronéis do café. Mas, o Serviço Social na região tem buscado ultrapassar as marcas do caráter conservador e caminhar aos passos do seu tempo, e essa história não se dá no hoje, ela começa com os precursores, que ao seu tempo foram avançando na busca de mudanças e hoje busca-se o tempo da história.

São marcas que não podem se perder, são pés que se põem a caminhar e a ultrapassar o tempo do conservadorismo, abrindo caminho a uma novo projeto societário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

**ABRAMIDES, M. Beatriz C.; CABRA, M. do Socorro R. C. O Novo
Sindicalismo e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995**

**ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis
pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.**

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos, São Paulo: Cortez, 2003.

BAPTISTA, Myrian Veras. Investigação Social. Portugal: CPHITS, 1999.

_____. “O cotidiano na tradição marxista”. (Texto de apoio). São Paulo, 2002.

_____. Planejamento Social: Intencionalidade e Instrumentação. São Paulo: Veras, 2002.

_____. “Um olhar para a gênese do Serviço social”. (Texto de apoio). São Paulo, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social – fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Pesquisa Perfil Profissional do Assistente Social no Brasil. Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2005.

DAGNINO, Evelina (org). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

DIAS, Augusto. Um tempo na vida em São José dos Campos. São José dos Campos: JAC Gráfica e Editora, 2000.

GIANNOTTI, Vito; NETTO, José Paulo. CUT – Central Única dos Trabalhadores, Por Dentro e Por Fora. Petrópolis: Vozes, 1990.

GOHN, Maria da Glória. Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. In. COUTINHO, Carlos Nelson; KONDER, Leandro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric. Sobre História Ensaio. trad. MOREIRA, Cid Knipel. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As décadas de crise. In Era dos Extremos – o Breve século XX. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.**

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.**

_____. **“20 anos do livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma leitura retrospectiva”. *Temporalis*, Suplemento 2. Niterói, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2002.**

JORNAL VALE PARAIBANO. Vale passa de 2,2 milhões de habitantes. 1º caderno, p. 4. São José dos Campos, 06.09.2005.

LESSA, Sergio. Serviço Social e trabalho: do que se trata?. *Temporalis*, nº 2. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2003.

LIMA, Arlette A. Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década. São Paulo: Cortez, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e Alienação. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **& RODRIGUES, Maria Lúcia; MUCHAIL, Salma Tannus. O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber. São Paulo: Cortez, 1995.**

_____. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: PUCSP-Nepi, 1994.**

_____.& RODRIGUES, Maria Lúcia; MUCHAIL, Salma Tannus. O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber. In. SEVERINO, Antonio Joaquim. O poder da verdade e a verdade do saber. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. A Miséria da Filosofia. In. NETTO, José Paulo. São Paulo: Global, 1985.

MARX_____. O capital – Crítica da Economia Política. In._____. Processo de Trabalho e Processo de Produzir mais valia, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Trabalho Produtivo e Improdutivo, Cap. VI – Inédito

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a Filantropia e a Assistência

MONTEIRO, Amilton Maciel. Elementos históricos da Univap e de seu berço. Pró-Reitoria de Cultura e Divulgação, São José dos Campos, SP. 2002.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila. A constituição de Gênero no Serviço social: Um estudo a partir das manifestações de empregadores e assistentes sociais. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. História e Civilização – O Brasil Imperial e Republicano. 3ª ed. São Paulo: Ática 1995.

MULLER, Nice Lecocq. Geografia das Indústrias. São Paulo: Instituto de Geografia/ USP, 1969.

MULLER, Nice Lecocq. Geografia Urbana. São Paulo, Instituto de Geografia/ USP, 1969.

NETTO, José P. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.

NETTO_____. Transformações societárias e Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, n.º 50. Ano XVII, São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Francisco. Os direitos do antivalor – A economia política da Hegemonia imperfeita. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Marcio Garcia de. Energia e Vida – 25 anos de Petrobras no Vale do Paraíba. São José dos Campos: Monitor, 2005.

PAIVA, Beatriz A de; et al. Fórum Social Mundial: “movimento de movimentos” contra a barbárie neoliberal. In: Serviço Social e Sociedade, nº 66, XXII. São Paulo: Cortez, 2001.

PAPALI, Maria Aparecida; OLMO, Maria José Acedo Del; ALMEIDA, Valeria Zanetti de. In: Projeto Pró memória - Colonização da região de São Paulo: Índios, colonos, jesuítas e bandeirantes. São Jose dos Campos, 2004.

PAPALI_____ . Atas da Câmara Municipal de 1803 a 1822: Um olhar a Vila de São José do Parayba. São José dos Campos, 2004.

PAPALI_____ . Primeiras notícias históricas de São José dos Campos (1611-1822). São José dos Campos, 2004.

_____ . Atas da Câmara Municipal de 1803 a 1822: Um olhar a Vila de São José do Parayba. São José dos Campos, 2004.

_____ . Primeiras notícias históricas de São José dos Campos (1611-1822). São José dos Campos, 2004.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In. Projeto História. n.º 14, São Paulo: Educ,1997.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Martins, 1942.

PRADO JUNIOR, Caio; FLORESTAN, Fernandes. Clássicos sobre a Revolução Brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do “indizível” ao “dizível”, ensaios, ciência e cultura. V. 39, n.º 3. 1987.

REVISTA PROJETO HISTÓRIA, nº. 12, diálogos com E. P. Thompson, São Paulo: PUC-SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, 1995.

RIDENTI, Marcelo. Classes Sociais e representação. São Paulo: Cortez, 1994

ROSIM, Rosangela Sossolote. A gestão social de uma política como ação político-pedagógica: A experiência da FUNDHAS – Fundação de Atendimento a Criança e ao Adolescente “Prof. Helio Augusto de Souza” no período de 1993 a 1996. 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifca Universidade Católica. São Paulo, 1997.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). Pós-neoliberalismo. In. ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1998.

SALAMA, Pierre. In: Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o estado Democrático. 5ª ed., São Paulo: Ed. Paz e terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Maria Teresa dos. Vale do Paraíba: Pais, Filhos e Netos Pobres. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifca Universidade Católica. São Paulo, 2004.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Livro Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos. Lei nº 1408, de 13 de novembro de 1967, pg. 111, 112, 113 e 114, 13.11.67.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. Formação Profissional do Assistente Social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Luiz Alberto Gomez. Lições do Fórum Social Mundial. In. Serviço Social e Sociedade, n.º 66, XXII. São Paulo: Cortez, 2001.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo. LBA Identidade e Efetividade das Ações no Enfrentamento da Pobreza Brasileira. São Paulo: Educ, 1989.

_____. A Assistência Social Brasileira: Descentralização e Municipalização. São Paulo: Educ, 1990.

TAUNAY, Afonso de E. Estudos de história Paulista. São Paulo: diário oficial, Separata do tomo III dos Annaes do Museu Paulista, 1927.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in) Visíveis da Produção – Informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. Medindo coisas, produzindo fatos, construindo realidades sociais. CENEDIC, novembro 2003

VIEIRA, Balbina Ottoni. História do Serviço social. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1989.

VIEIRA, Evaldo. Os Direitos e a Política Social. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Estado e Miséria Social no Brasil de Getulio a Geisel. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. “A po.33117(s)-4a 1980lo a GoGeoGalo: Ed -283.127 -32.764

75(n)076556(s)-444.33117(z)-0.295585(,) -2.16558()-2.16558(1)5.67474(9),4.33117(9)-4.33117(5)5.67474(.)278

_____. **Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social”. In: Serviço Social e Sociedade, nº 56, ano XIX. São Paulo: Cortez, 1998.**

_____. **“Os fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade”. In. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. Brasília: CFESS/ ABEPSS/ CEAD/ UNB. 2000.**

_____. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Brasília: CFESS/ ABEPSS/ CEAD/ UNB, 1999.**

_____. **O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira. In *Legislação Brasileira para o Serviço Social*, Cress, São Paulo: Pysis, 2004.**

_____. **A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento, *in Revista de Políticas Públicas do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Maranhão*, v.9,n.1, janeiro/junho 2005,São Luis: Edufama, 2006.**

_____. **A Escola de Serviço Social no Período de 1936 a 1945, *in Cadernos PUC*, n. 6, São Paulo: Cortez, dezembro 1980.**

história, utilizando de marco e marcas relevantes ao desenvolvimento do Serviço Social, com determinação de períodos específicos, venho até você, profissional de Serviço social, convidá-lo a participar da pesquisa, dividida em duas fases, sendo a primeira fase um contato individual com os sujeitos e posteriormente algumas sessões grupais. Solicito autorização para utilização dos dados colhidos em imagem e som.

Década de 60/70

Sujeito: Prof. Geraldo Vilhena de Almeida Paiva

Marco: Fundação das Escolas de Serviço Social no Vale do Paraíba

Marcas:

- Ditadura militar;
- Institucionalização da profissão na região;
- Movimento de reconceituação.

Justificativa: A década de 60 do século XX, é uma década que marca a história de repressão no País, com grande controle social. É nesta década que se dá a fundação das Escolas de Serviço Social no Vale do Paraíba e a inserção do Serviço Social respectivamente, diante dessa perspectiva é fundante entender em que bases e áreas de atuação foi a demanda justificar a criação do Serviço Social na região.

Identificação:

Nome:

Idade:

Local /Tempo de trabalho na área de Serviço Social:

Local de formação:

Cursos pós-graduação:

Eixo:

Na década de 60 do século XX, diante de toda conturbação política, como aconteceu a fundação das Escolas de Serviço Social e de que forma o movimento de reconceituação perpassou pela questão da formação e da postura do profissional neste momento histórico?

São José dos Campos, março de 2006.

Proposta de roteiro para as entrevistas

Tendo por objetivo apreender a história do Serviço Social na cidade de São José dos Campos, buscando através de seus personagens reconstruir essa história, utilizando de marco e marcas relevantes ao desenvolvimento do Serviço Social, com determinação de períodos específicos, venho até você, profissional de Serviço social, convidá-lo a participar da pesquisa, dividida em duas fases, sendo a primeira fase um contato individual com os sujeitos e posteriormente algumas sessões grupais. Solicito autorização da utilização dos dados colhidos em imagem e som.

Década de 80

Sujeito: As. Mônica Maria Trindade e Prof.a Maria Célia Camparotto Minamisako

Marco: Movimento sindical e movimento social

Marcas:

- Cooptação;
- Corporativismo;

- Constituição de 1988.

Justificativa: Essa é uma década de grande movimentação no interior do Serviço Social. Há a introdução do pensamento de Marx, por intermédio de Yamamoto, que culmina com o processo de ruptura no Serviço Social e com a movimentação na sociedade disseminando novos grupos sociais e complementação de outros em busca de melhores condições de vida. (sindicatos, moradia, sem-terra, mulheres, entre outros).

Identificação:

Nome:

Idade:

Local /Tempo de trabalho na área de Serviço Social:

Local de formação:

Cursos pós-graduação:

Eixo:

Como o Serviço social estava estruturado na década de 80 do século XX na região e quais foram as influências recebidas nessa década que caracterizaram e definiram o cenário político, social, econômico e cultural desse período, e o que isso determinou no seu exercício profissional?

São José dos Campos, março de 2006.

Proposta de roteiro para as entrevistas

Tendo por objetivo apreender a história do Serviço Social na cidade de São José dos Campos, buscando através de seus personagens reconstruir essa história, utilizando de marco e marcas relevantes ao desenvolvimento do Serviço Social, com determinação de períodos específicos, venho até você, profissional de Serviço social, convidá-lo a participar da pesquisa, dividida em

duas fases, sendo a primeira fase um contato individual com os sujeitos e posteriormente algumas sessões grupais. Solicito autorização da utilização dos dados colhidos em imagem e som.

Década de 90

Sujeito: Prof.a Dra. Maria Regina de Ávila Moreira

Marco: Lei Orgânica da Assistência Social

Marcas:

- Neoliberalismo;
- Governo do PT em São José dos Campos;
- Novas demandas e desafios para o serviço social.

Justificativa: Com a Constituição de 1988, na busca de entender a Assistência Social como política social, a promulgação da Loas é um marco na história do Serviço Social. É preciso entender como esse processo foi acompanhado pelo Serviço social local e quais seus desdobramentos e conquistas.

Identificação:

Nome:

Idade:

Local /Tempo de trabalho na área de Serviço Social:

Local de formação:

Cursos pós-graduação:

Eixo:

A década de 90 do século XX trouxe grandes conquistas, mas também detona grandes desafios à profissão. Como o profissional lida com essas questões no

cotidiano, que alternativas encontrou para o enfrentamento? Tendo como pano de fundo a conjuntura social, quais os desafios e perspectivas que o Serviço Social em São José dos Campos tem nos dias de hoje e a que atribui tal realidade?

São José dos Campos, março de 2006.

Complementação da Pesquisa – Roteiro

Ms. Geraldo Vilhena de Almeida Paiva

Com o intuito de dar complementação à entrevista realizada com a sua pessoa no dia 03.05 do corrente, venho solicitar por meio de questionário que V.S.^a responda uma pergunta, a qual vai contribuir no desenvolvimento da minha tese de doutorado

Com referência:

_ Ao movimento de reconceituação

O Senhor participou e/ou como entendeu esse momento?

Contando com a atenção de V.S.^a, me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Maria Conceição Silva
e-mail: mcsilve@gmail.com
Fone: 3923-2504
Celular: 9718-7409

Ms. Maria Célia Comparotto Minamisako

Com o intuito de dar complementação à entrevista realizada com a sua pessoa no dia 28.06 e 05.07 do corrente, venho solicitar por meio de questionário que V.S.^a responda duas perguntas, as quais vão contribuir no desenvolvimento da minha tese de doutorado.

Com referência:

_ À movimentação que havia na cidade de São José dos Campos nos anos 80 do século XX, no que tange à expansão dos movimentos sociais e ao corporativismo profissional;

_ A constituição Federal de 1988 e o início do debate sobre a assistência social.

Você participou e/ou como entendeu esse momento?

Contando com a atenção de V.S.^a, me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Maria Conceição Silva
e-mail: mcsilve@gmail.com
Fone: 3923-2504
Celular: 9718-7409

Ms. Mônica Maria Nunes Trindade de Siqueira

Com o intuito de dar complementação à entrevista realizada com a sua pessoa no dia 17.05 do corrente, venho solicitar por meio de questionário que V.S.^a responda a duas perguntas, as quais vão contribuir no desenvolvimento da minha tese de doutorado

Com referência:

_ À movimentação que havia na cidade de São José dos Campos nos anos 80 do século XX, no que tange à expansão dos movimentos sociais e ao corporativismo profissional;

_ A constituição Federal de 1988 e o início do debate sobre a assistência social.

Você participou e/ou como entendeu esse momento?

Contando com a atenção de V.S.^a, me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Maria Conceição Silva
e-mail: mcsilve@gmail.com
Fone: 3923-2504
Celular: 9718-7409

Anexo II

L E I N° 6.192/02
de 25 de outubro de 2002

Altera a redação da Lei nº 4.892, de 05 de julho de 1996, que "Cria o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São José dos Campos faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. O inciso I, do art. 6º da Lei nº 4.892, de 05 de julho de 1996, passa a vigorar com a redação abaixo, ficando revogado o parágrafo único do mesmo artigo.

"I - Da Secretaria de Desenvolvimento Social, estabelecendo-se 5 (cinco) representantes designados pelo Secretário de Desenvolvimento Social."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e expressamente as aqui mencionadas.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 25 de outubro de 2002.

Emanuel Fernandes
Prefeito Municipal

Luciano Gomes
Consultor Legislativo

Braz Alves de Siqueira Filho
Secretário de Desenvolvimento Social

José Adélcio de Araújo Ribeiro
Secretário de Assuntos Jurídicos

Registrada na Divisão de Formalização e Atos da Secretaria de Assuntos Jurídicos, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois.

William de Souza Freitas
Resp. p/ Divisão de Formalização e Atos

Anexo III

Projeto Pró-memória - Textos

Vale do Paraíba, dor

A pesquisadora Natia Monte Kojo disse que boa do material está recuperado e digitalizado. No arquivo, está coleção de livros de atas d mbara, com 756 volumes, 4 vros, muitos do século 19, jissaram por um processo de nização, para terem durab de.

Outros 70 livros históricam restaurados. No nomearquivo guarda com muito odo um livro recebido de tros, datado de 1864, com at câmara. O livro também vrecuperado.

Alunos e estagiár

Laboratório de Históri

Univap trabalha:

'garimpagem' de docum históricos sobre São dos Ca

Pró-Memóri acha 1º ma de São José

São José dos Campos

Resgatar e recontar a ria oficial de São José Campos é um dos motoprojeto "Pró-Memória", rdo pela Univap (Univers do Vale do Paraíba) em rria com a Câmara e a Fção Cultural Cassiano Ric

Na "garimpagem" de ntação histórica, os grantes do projeto, que abrigo no Instituto de Pias e Desenvolvimento d vap, não medem esforços Os pesquisadores e es

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)